

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

**O EMBLEMA DA RAZÃO:
MOVIMENTO OPERÁRIO E HISTORIOGRAFIA**

Dissertação apresentada ao programa de pós graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz

Maringá
2016

ANGELITA CRISTINA MAQUERA

**O EMBLEMA DA RAZÃO:
MOVIMENTO OPERÁRIO E HISTORIOGRAFIA**

Dissertação apresentada ao programa de pós graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz
Universidade Estadual de Maringá

Co-Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias
Universidade Estadual de Maringá

Prof.Dr. João Fábio Bertonha
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Jozimar Paes de Almeida
Universidade Estadual de Londrina

Suplente externo: Prof.^a Dr.^a Isabela Candeloro Campoi
UNESPAR/Paranavaí

Suplente interno: Prof. Dr, Angelo Aparecido Priori
Universidade Estadual de Maringá

Maringá
2016

Pobre país carregador
Dessa miséria dividida
Entre Ipanema
E a empregada do patrão
Varrendo lixo
Prá debaixo do tapete
Que é supostamente persa
Prá alegria do ladrão
Hey! Anos 80! (Que barato!)
Charrete que perdeu o condutor
Eu disse: Hey! Anos 80!
Que esperança
Sonho de um sonhador!...

Raul Seixas

AGRADECIMENTOS

Dizem que o trabalho do historiador é solitário, em parte creio que isso se dá porque nos ocupamos a maior parte do tempo em meio as fontes e os debates teóricos que nos cercam. Mas nesse presente trabalho isso não se deu, essa pesquisa teve a colaboração e a participação de muitas pessoas, que cabem aqui serem lembradas.

Primeiramente, eu agradeço ao meu inspirador orientador, Sidnei J. Munhoz, sem a paciência, a compreensão e sua atenção, este trabalho não existiria. Quando digo inspirador, é porque é a única palavra que consigo usar para descrever o modo alegre como fala de seu trabalho, inspirando todos que os cercam. Sidnei J. Munhoz me acolheu em seu espaço, e só tenho a agradecer por ter dito “que meus textos precisavam melhorar”, pois aprendi muito e ainda tenho tanto pra descobrir e aprender.

Agradeço a disponibilidade e disposição do professor Reginaldo Benedito Dias, que a todo momento esteve envolvido nessa pesquisa, desde o processo de seleção até este momento da defesa. Ouso afirmar que não existe professor tão disposto a ajudar. Destaco também o auxílio do professor Angelo Aparecido Priori que sempre esteve à disposição e me incentivou quando as fontes pareciam me engolir.

Nessa jornada exaustiva da pós graduação, conheci pessoas que fizeram com que tudo ficasse mais leve. Agradeço a minha companheira Natália Abreu Damasceno pelos incentivos, pelas críticas sinceras que mudaram muitas das minhas perspectivas. Assim como Giceli Warmling do Nascimento, que mesmo nas dificuldades nunca deixou de demonstrar apoio, e abriu a porta de sua casa quando precisei. Destaco outros nomes, Thauan Bertão e Jacqueline Rodrigues como grandes parceiros de mestrado.

Não poderia deixar de fora todos os integrantes do Labtempo que muito ajudaram nessa pesquisa, sempre dispostos, me salvaram quando eu precisei de artigos e textos, mas também como amigos, sempre presentes e humanos.

Aos meus velhos amigos que me incentivaram a ir pra UEM, “a voar mais longe” como disse o professor André Luiz Joaquinho, sou muito grata. Senti muita falta de vocês durante esses dois anos, Marcela Taveira Cordeiro, Jemima Fernandes Simongini, Cinthia Torres e Amábile Sperandio. Deixei vocês todos de lado um pouco

para focar neste trabalho, agradeço pela compreensão de vocês em todo esse tempo e pelo apoio incondicional que me deram.

A minha família sempre fez de tudo para termos, eu e meu irmão, uma educação de qualidade, apesar de meus pais não terem tido acesso, eles fizeram de tudo para que eu tivesse, desse modo, estou aqui por eles. Aos meus pais Ademar e Maria, eu dedico tudo que realizei até hoje, e não há palavras que irão conseguir explicar o tamanho do sentimento de gratidão que tenho por eles.

Ao irmão Alexandre Gabriel Maquera, que além de “quebrar o galho” em tudo que sempre precisei, ainda ajudou em muitos trâmites da programação do site do Labtempo, sem reclamar e disposto a ajudar em todos os aspectos.

Por fim, ao meu marido João Paulo Trevizan Baú que durante esses dois anos, foi meu psicólogo, e até orientador, amigo e conselheiro. Durante dois momentos quis desistir devido às adversidades financeiras e emocionais, tive seu apoio. Obrigada por dividir o peso comigo, por me mostrar que tudo tem solução, agradeço imensamente por tê-lo em minha vida. Você é meu porto seguro, meu equilíbrio, além de me inspirar em muito como pesquisador também, dedicado e responsável.

Agradeço também ao financiamento da CAPES que fez muita diferença para o desenvolvimento do trabalho, assim como a participação em eventos, contribuindo também para adquirir materiais necessários.

Gostaria de ressaltar que esse trabalho não foi realizado sozinho, sem os nomes citados acima e tantos outros não mencionados, nada disso estaria aqui. Obrigada.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC Paulista	Região Paulista que comporta os bairros Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
ANPUH	Associação Nacional de História
BOC	Bloco Operário Camponês
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CNN	Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ONG	Organização não governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PD	Partido Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
SBPC	Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Ciência
SBPH	Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

RESUMO

Resumo: Durante a década de 1980, proliferaram no Brasil trabalhos sobre a história da classe operária brasileira do início do século XX. Este trabalho busca apresentar as principais características desses estudos, ressaltando principalmente os seus aspectos teóricos e metodológicos. Para além de compreender a emergência dos movimentos sociais a partir de 1978, o estímulo para a realização daqueles estudos, se relaciona com problemáticas legítimas vinculadas ao contexto histórico, social e político vivenciados pela sociedade brasileira do início do século XX. Desse modo, ao analisar os principais aspectos de tais obras, destaca-se que a maior parte delas enfatizou o período conhecido como Primeira República, sobretudo, as manifestações ocorridas entre os anos de 1917 a 1921. Alguns trabalhos escaparam a essa delimitação e apresentaram modos de resistência operária nas décadas de 1930 e 1940, assim como também houve preocupações com o próprio presente, primordialmente, sobre as novas formas de organização operária que se concretizaram em 1978. Entende-se que as transformações ocorridas na sociedade brasileira daqueles anos, somadas às renovações ocorridas no campo da história, possibilitaram um modo de produção historiográfica singular, que rompendo com modelos de análise, até antes consolidados, fizeram emergir a classe operária como sujeito de sua própria história.

Palavras-chave: 1980, Brasil, Historiografia, Classe Operária.

ABSTRACT

Abstract: During the 1980s, it has proliferated in Brazil works on the history of the Brazilian working class of the early twentieth century. This study aims to present the main characteristics of these studies, particularly highlighting their theoretical and methodological aspects. In addition to understand the emergence of social movements from 1978, the incentive to perform such studies relate to legitimate issues linked to the historical, social and political context experienced by the Brazilian society of the twentieth century. Thus, to analyze the main aspects of such works, it is noted that most of them emphasized the period known as the First Republic, especially the manifestations that occurred between the years 1917 to 1921. Some works have escaped that delimitation and presented modes of working resistance in the 1930s and 1940s, as there were also concerns about the present itself, primordially, on the new forms of working organization that materialized in 1978. It is understood that the changes occurred in Brazilian society of those years, together with the renovations occurred in the field of history, allowed a singular historiography production, that breaking with the analysis models, even before consolidated, made emerge the working class as the subject of its own history.

Key words: 1980, Brazil, Historiography, Working Class.

SÚMARIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: 1980 NO BRASIL.....	19
1.1. Abertura política e as greves do ABC paulista.....	19
1.2. Alguns apontamentos sobre a emergência desses movimentos sociais na década de 1980.....	23
1.3. Formação do Campo Acadêmico.....	38
1.4. Algumas considerações da pesquisa histórica no Brasil em 1980.....	47
CAPÍTULO II: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DAS FONTES.....	58
2.1. A produção acadêmica: objetivo dos autores(as) e suas críticas à historiografia.....	58
CAPÍTULO III: OS AUTORES E SUAS INSPIRAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	85
3.1. As perspectivas e representações trazidas na obra.....	85
3.1.1. <i>As críticas e o pensamento de Cornelius Castoriadis</i>	86
3.1.2 <i>A influência de Edward Palmer Thompson</i>	94
3.1.3 <i>Michel Foucault: poder e disciplina</i>	99
3.1.4. <i>Algumas outras influências dos debates nacionais</i>	102
3.2. O historiador em seu tempo: breve debate sobre as influências das greves de 1980 no trabalho desses acadêmicos.....	109
3.3. Especificidades dos trabalhos – conclusão.....	113
CAPÍTULO IV: A HISTÓRIA OPERÁRIA BRASILEIRA E SUAS PERIODIZAÇÕES.....	116
4.1. O que as fontes disseram sobre 1917.....	116

4.2. As greves operárias brasileiras de 1917 e suas relações com a Revolução Russa	126
4.3. As análises que priorizaram a década de 1930 e outras décadas	134
CONCLUSÃO.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

INTRODUÇÃO

Em 2010, o historiador Kazumi Munakata comentou na revista *História e Perspectivas de Uberlândia*, sobre seu emblemático texto “*O lugar do Movimento Operário*” publicado em 1978. O autor, mais de 30 anos depois sublinha que seu antigo texto ainda gera grande interesse de leitura. Munakata afirma, que não é o conteúdo e nem somente sua autoria que explica essa procura, mas, a conjuntura em que foi escrito e a situação vivida durante a própria apresentação do texto no Encontro Regional da Anpuh em 1978. O autor explica a dificuldade de organização do próprio evento:

O IV encontro Regional de História de São Paulo [...] deveria ter ocorrido em Franca, no Instituto de História e Serviço Social da UNESP, em setembro de 1978. Esta fora a decisão da Assembleia Geral do III Encontro realizado em Santos, em setembro de 1976, graças ao empenho de alunos e professores francanos. Por não ter contado com o apoio da comunidade acadêmica daquela instituição, ligada ao seu Departamento de História, acabou por acontecer em Araraquara. A falta de apoio, manifestada, inicialmente, pelo Diretor do Instituto, Professor Doutor Manuel Nunes Dias, prendia-se a duas questões: não concordava com as mudanças estatutárias sofridas pela Associação Nacional de Professores Universitários de História, no seu Simpósio de Florianópolis, e punha reservas ao tema central do IV Encontro – Movimentos Sociais – uma vez que criticava a sua demasiada abrangência (MUNAKATA K. 2010).

Kazumi Munakata entende que naquele momento muitos pilares que sustentavam a sociedade estavam se transformando, e não foi diferente no âmbito científico, considerando que a Anpuh, como ele destacou acima, estava alargando seu espaço, buscando abranger estudantes e professores da rede básica de ensino. Em uma outra entrevista em 2009, o autor fala sobre sua participação naquela Anpuh e qual a representação e repercussão disso:

Então, fui lá avaliar e percebo que o movimento operário era entendido como uma coisa meramente subsidiária, marginal. Era considerada como mera força econômica. E queria perceber a importância do movimento operário [...] aquela ANPUH, aquele Encontro Regional foi realizado às pressas [...] Aquele encontro já nasceu como uma resistência [...] eu acho essa repercussão {que o texto teve} muito mais simbólica do que realmente {de} uma importância acadêmica. O cara que falou de repente, meio que na “porralouquice”, falou umas coisas que estavam engasgadas na garganta de muita gente (MUNAKATA, K. 2010).

As declarações de Munakata expressam alguns anseios de muitos historiadores da década de 1980 que se debruçaram sobre a história da classe e do movimento operário. As rupturas estavam ocorrendo, dentro do espaço acadêmico, nas ruas e bairros, no ABC paulista, nas esferas sindicais, nos discursos da esquerda, enfim, viam-se rachaduras dentro do regime militar em vigor desde 1964.

Tendo em vista esses apontamentos, o presente trabalho procurou analisar, em meio a esse contexto de transformações, dissertações e teses acadêmicas que foram publicadas na década de 1980, que tinham como objeto a classe operária. Para se tornar possível estudo, dividimos o texto em quatro partes que se completam.

No primeiro capítulo, sublinhamos os principais aspectos da atmosfera política e social da década de 1980, enfatizando as grandes greves ocorridas no ABC paulista, que tiveram início em 1978, impulsionadas para além do arrocho salarial. Esses movimentos contestatórios e reivindicativos constituíam-se nas possíveis respostas às mudanças que ocorreram em toda a estrutura social, espacial e econômica da classe trabalhadora.

Essa nova configuração foi proveniente do desenvolvimento industrial do país, que transformou algumas regiões do país em grandes parques industriais e concentração urbana, alimentada por grande parcela de migrantes que deixaram o campo e regiões de poucos recursos, buscando empregos nas grandes regiões metropolitanas, reconfigurando o cenário e a organização das cidades.

Nesse novo espaço urbano, os problemas de moradia, transporte, saúde, entre outros, passam a fazer parte do cotidiano desses trabalhadores do novos centros industriais, que somados às mudanças de ordem econômica, representada principalmente pelo arrocho salarial, culminaram em crescentes formações de ligas e grupos de bairros. Aproveitando-se do processo de abertura política, e nessa conjuntura específica de transformações, construíram novas formas de participação política, constituindo assim, “os novos movimentos sociais” que “entraram em cena” ao final da década de 1980 (SADER, E.1988).

A emergência desses movimentos sociais em 1978 contribuiu para o processo de democratização do país (acelerando) e ampliou as formas de participação política de sujeitos que até então eram excluídos do poder político institucional.

Esses movimentos sociais tiveram suas bases de organização e formação principalmente, nas Comunidades de Base da Igreja Católica (CEBs), na reestruturação dos modelos sindicais, ou, o “novo sindicalismo” e também nas mudanças dentro do discurso da esquerda, que levou as discussões sobre a luta de classes em diferentes espaços da sociedade.

As transformações também ocorreram dentro das universidades. Nesse período, observou-se a ampliação e fundação dos cursos de pós-graduação em história no Brasil, assim como também aumentaram o número de agências de financiamentos. Esse alargamento do campo da pesquisa e a consolidação da História como disciplina, proporcionou o desenvolvimento de novos trabalhos, sob novas temáticas, e um maior distanciamento das análises sociológicas que predominavam (1960) os estudos sobre as relações de trabalho no Brasil. Sobre essa relação entre as novas temáticas e as mudanças que estavam emergindo na sociedade, Ângela de Castro Gomes entende que;

Tais escolhas {temáticas} estavam claramente articuladas com preocupações voltadas para o estudo do que se convencionou chamar de pensamento social brasileiro, especialmente em suas formulações autoritárias, abrindo-se caminho para investigações centradas no tema da cidadania e dos direitos, em sua trajetória de transformações no Brasil. [...] pode-se dizer que tal conjunto retomava o grande tema da questão social, recusando a predominância de um enfoque socioeconômico mais estrutural, e passando a privilegiar abordagens que ressaltavam variáveis políticas e culturais [...] (GOMES, A. C. 2005, p.23).

Após estabelecer alguns dos principais acontecimentos políticos e sociais da década de 1980 e a consolidação da pesquisa histórica no país, no segundo capítulo, apresenta-se uma análise minuciosa das fontes recortadas.

Inicia-se a análise “pelo fim”, sendo que a primeira fonte apresentada se caracteriza pelo estudo da própria década de 1980, é a dissertação de mestrado de Amnéris Maroni, publicada em 1982, intitulada “*A estratégia da recusa*”. Nesse trabalho, a autora sublinha a “recusa” dos trabalhadores frente às novas organizações de trabalho, que culminou nas greves ocorridas em 1978. A obra de Maroni destaca a importância da ação das comissões de fábrica nesse processo, considerando que tinham mais proximidade com os trabalhadores do que as organizações sindicais.

Em seguida destaca-se a relevância dos trabalhos realizados por Maria Célia Paoli, representado pelo seu artigo: “*Os trabalhadores urbanos na fala dos*

outros” (1982). A autora tendo à luz os movimentos emergentes naqueles anos, faz uma importante ressalva sobre as greves ocorridas em períodos que não foram enfatizados pela história, nas décadas de 1930 e 1940, sobretudo, em 1935 e 1946. Os estudos de Paoli trazem à tona alguns questionamentos sobre a historiografia tradicional que, segundo ela, desloca a história para o Estado após 1930.

Seguindo essas análises que demonstram preocupação com 1930, apresenta-se do trabalho emblemático de Edgar De Decca, nomeado “*1930: o silêncio dos vencidos*” (1981), resultado de sua tese de doutorado. Nesse trabalho, o autor “conta a história” dos acontecimentos políticos de 1930 sob a ótica do Bloco Operário e Camponês (BOC), demonstrando a não passividade da classe operária nesse período (o autor retoma acontecimentos de 1928) frente o fortalecimento do Estado.

Nessa mesma perspectiva de De Decca, apresenta-se também o estudo de Carlos Alberto Vesentini, “*A teia do fato*” (1979). Esse trabalho foi muito recorrente no período, principalmente porque o autor atenta para a construção de uma memória unificada dos acontecimentos de 1930, afirmando que essa memória transmitida, foi a do “vencedor”, e foi propagada com naturalidade por diferentes discursos, inclusive da historiografia. Ambos trabalhos fizeram emergir diferentes agentes sociais no período de 1930, desconstruindo teses que enfatizavam uma participação ‘una’ de agentes, representados pelos tenentes.

Destacando os aspectos de resistência da classe operária, observa-se o trabalho de Cristina Campos Hebling, “*O sonhar libertário*”, (1988), resultado de sua dissertação de mestrado. A autora analisou as greves ocorridas entre 1917 e 1921 no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, enfatizando a diversidade das organizações anarquistas nas duas cidades. Ao apresentar a diversidade dessas organizações operárias do início do século XX, Hebling diverge da concepção de fracasso e passividade dos trabalhadores.

Demonstrando a riqueza das características dessas organizações, tem-se também o trabalho de Margareth Rago, “*Do cabaré ao lar*” (1985). A dissertação de Rago, assim como Hebling, apresenta os diferentes modos de resistência operária. Entretanto, a autora insere novos agentes sociais: as mulheres e as crianças operárias, observando seus modos de resistência aos discursos que os cercavam, destacando, assim, a importância das práticas cotidianas.

O destaque para as práticas de resistência anarquista também foram encontradas no trabalho de Silvia Magnani, *“O movimento anarquista em São Paulo”* (1982). A autora trabalha com as relações entre o anarquismo e a imigração, defendendo a hipótese de que as ideias anarquistas não foram apenas implantadas no Brasil, mas que a situação econômica e social do país naquele momento colaborou para o florescimento das ideias libertárias.

Os modos de organização da classe operária do início do século XX, também aparece no trabalho do historiador Kazumi Munakata, *“A legislação trabalhista no Brasil”* (1981). Esse trabalho ganhou ampla divulgação por ser componente da coleção “Tudo é história”. Nesse trabalho, Munakata aborda o desenvolvimento da legislação trabalhista no país, ressaltando não somente os “ganhos” que muitas análises destacam, mas a consolidação dessas leis também representam derrotas, como o maior controle sobre os operários, por exemplo.

Entretanto, também apresenta-se outro trabalho do autor de grande relevância naquele período, seu artigo *“O lugar do movimento operário”*, apresentado na tumultuada Anpuh de Araraquara, que trouxemos no início do texto. Nesse trabalho, o autor se aproxima de Maroni e Paoli ao discorrer sobre a importância da ascensão dos movimentos sociais em 1980 e nova configuração da classe operária. Ele destaca esses novos modos de organização, principalmente, a constituição do operário como um sujeito político, diferentemente dos julgamentos anteriores, que os colocavam como “mera questão econômica”.

Seguindo a análise dos trabalhos, contempla-se também o conjunto documental organizado pelos professores Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, *“A classe operária no Brasil”* (1981). A relevância dessa obra se dá pelo rico conteúdo trazido em suas páginas, além de se ter pela primeira vez impresso cartas e textos jornalísticos que traziam as condições de vida e trabalho da classe operária brasileira do início do século XX. Os documentos trazidos nessa obra integravam o Acervo Edgar Leuenroth da Unicamp.

Por fim, a última fonte descrita é o trabalho do historiador Francisco Foot Hardman, *“Nem pátria, Nem patrão”*, (1983). Esse estudo consiste em uma análise crítica da cultura operária por meio de sua literatura. Hardman apresenta a cultura operária como algo intrínseco a vida cotidiana e as práticas de resistência operária.

Desse modo, realizou-se uma descrição cuidadosa de cada obra, destacando suas propostas e como tais trabalhos ressaltaram aspectos diversos sobre o mesmo objeto, a classe operária.

Após a apresentação sistemática das fontes, constatamos influências teóricas e metodológicas semelhantes em diferentes trabalhos. Assim, no terceiro capítulo, agrupam-se essas influências, buscando estabelecer os conceitos utilizados, e de que maneira foram apresentados nas obras.

Primeiramente, destaca-se a influência dos trabalhos de Cornelius Castoriadis (1922-1997). O autor apresenta um modelo de análise que rompe com postulados marxistas ortodoxos, destacando a heterogeneidade da classe operária e sua multiplicidade de ação, desse modo, o autor diverge de modelos deterministas econômicos e estruturais que por um longo período dominaram as pesquisas sobre a classe operária. A valorização das práticas cotidianas de resistência propostas pelo autor, foi observada emblematicamente no trabalho de Amnérís Maroni, também aparecendo em menor escala nas obras de Kazumi Munakata, Cristina Campos Hebling e Maria Célia Paoli.

Os novos debates e rearranjos da teoria marxista teve como principal representante e influente, Edward Palmer Thompson (1924-1993). Thompson também descarta os reducionismos e determinismos nas análises da classe operária, ao entender classe como um fenômeno histórico, o autor ampliou as possibilidades de análise desse objeto. Valorizando práticas culturais, antes desprezadas por análises mais ortodoxas, Thompson abriu um leque de possibilidades para a pesquisa histórica. Seus principais conceitos; **experiência, fazer-se e classe** aparecem nas obras de Amnérís Maroni, Maria Célia Paoli, Cristina Campos Hebling, Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall, Margareth Rago e Francisco Foot Hardman.

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) também ganhou destaque nas ciências humanas no Brasil a partir da década de 1970, sobretudo na História. Suas reflexões acerca do **poder, disciplina e discurso** atraiu alguns pesquisadores que buscavam novas compreensões para aspectos da classe operária. Esses conceitos foram apropriados dentro da história operária, encontrados como: disciplina industrial, relações de poder e dominação e construção de discursos e contra-

discursos. Tais conceitos foram observados nos trabalhos de Amnéris Maroni, Cristina Campos Hebling e Margareth Rago.

Esses debates externos contribuíram para a realização de diversos trabalhos, entretanto, destaca-se também que algumas reflexões dentro do cenário nacional também tiveram espaço.

Para tal destacam-se os trabalhos de Marilena Chauí e Maria Sylvia de Franco Carvalho (1978). Chauí trabalha com o conceito de ideologia, conceito que   revigorado (FORTES A.; NEGRO, A. 2003). Carvalho também trabalha com o conceito de ideologia, ao analisar o grupo de intelectuais do ISEB, ela buscou compreender a ideologia impregnada no discurso dominante, que era transmitido em forma de projetos desenvolvimentistas. A influência desses trabalhos foi constatada de maneira emblemática na obra de Edgar De Decca e Carlos Alberto Vesentini, e também suscitados nos trabalhos de Kazumi Munakata.

Finaliza-se o capítulo três buscando estabelecer a relação entre o contexto em que tais obras foram produzidas, destacando a influência da emergência dos movimentos sociais que somadas às renova es teóricas do campo da história, possibilitou tipos específicos de trabalhos, ou nas palavras de Paoli;

a demolição do velho e a construção do novo se deve menos ao movimento interno das categorias de análise e muito mais a emergência concreta dos movimentos sociais, de suas demandas e de suas práticas políticas, a apropriação destes temas propostos pela realidade se faz mais pela via da descoberta intelectual das categorias libertárias do que pelo registro paciente e sistemático desta realidade como auto-reflexão (PAOLI, M. 1982, p. 18).

Finalizando o trabalho, apresenta-se no quarto capítulo um breve debate sobre a periodização da história operária segundo as fontes estudadas.

Observa-se que os estudos priorizaram a análise das organiza es operárias do início do século XX, sobretudo entre 1890-1930. Dentro desse recorte temporal, destacaram-se análises sobre as greves ocorridas em 1917 que perdurou até 1921, enfatizando as práticas anarquistas.

Esses trabalhos ressaltaram os aspectos da vida cotidiana operária nacional, a situação econômica e social que o país enfrentava foi responsável por alimentar organiza es entre os trabalhadores e práticas de resistência. Esse tipo de

análise diverge de muitos estudos (principalmente de análises militantes), que enfatizavam a influência dos “ecos de outubro” e a fundação de partidos posteriormente (PCB), como amadurecimento da classe operária, e única forma de participação política.

Entretanto, muitos outros trabalhos escaparam a essa cronologia e destacaram a presença operária como agente histórico no período de 1930. Nessa perspectiva, destacam-se os trabalhos de Edgar De Decca e Carlos Alberto Vesentini que trouxeram em seus textos a importância do BOC como representante da classe operária desde 1928, que possuía um projeto político específico.

Maria Célia Paoli também enfatiza as greves ocorridas de na década de 1940, que foram omitidas pela historiografia tradicional. A autora propõe uma análise de tais manifestações, para demonstrar a não passividade da classe trabalhadora nesses anos.

Por fim, houve preocupações diretas com os próprios movimentos sociais emergentes, alguns autores buscaram explicar o presente, destacando as novas formas de organização operária, e como que esses novos movimentos não cabiam em velhos modelos explicativos, a exemplo disso, observamos Amnéris Maroni, Maria Célia Paoli e Kazumi Munakata.

As diferentes práticas e ações da classe operária brasileira foram valorizadas nesses trabalhos estudados, houve também a percepção das transformações e reestruturações dos modelos de organização dos trabalhadores. Foram rupturas significativas na historiografia nacional, por meio das quais os operários surgem em 1980 como sujeito de sua própria história. É sobre o resgate destas histórias revisitadas e reconstruídas em um contexto de profunda transformação do país que versa esta dissertação de mestrado. Esperamos possibilitar ao nosso leitor a compreensão desse intrincado e rico processo nos capítulos que se seguem.

CAPÍTULO I: 1980 NO BRASIL

Atores sociais e intérpretes, no próprio calor da hora, se aperceberam de que havia algo de novo emergindo na história social do país, cujo significado, no entanto, era difícil de ser imediatamente captado. (SADER, E. 1988).

Neste capítulo serão abordados alguns elementos importantes para a compreensão da produção acadêmica sobre a História operária ao longo da década de 1980. Primeiramente, destacamos as greves ocorridas no ABC paulista, por serem uma referência direta ao objeto de estudo dos historiadores naquela década: o movimento operário. Entretanto, é válido também entender as configurações desses movimentos emergentes e até que ponto podemos considerá-los “espontâneos”. Por fim, faz-se alguns apontamentos sobre o campo acadêmico do período, ressaltando dois aspectos principais: o próprio conceito de campo e suas implicações na organização brasileira e o crescimento dos programas de pós-graduação no Brasil nesse período de maior abertura política.

1.1. Abertura política e as greves do ABC paulista

Primeiramente, é importante compreender as principais características do contexto dessas décadas que influenciaram a produção historiográfica. Dentre as especificidades daquele período, destacam-se a abertura política, devido à crise do regime militar, e também os movimentos sociais em cena novamente, por intermédio do crescimento das oposições sindicais que combatiam os chamados sindicatos pelegos, pela criação de comissões de fábrica e pelas greves iniciadas no ABC paulista e que, rapidamente, se espalharam por diferentes regiões industriais do país. Entendendo também que houve um amplo leque de movimentos sociais emergentes, que como veremos posteriormente, ficaram conhecidos como “novos” movimentos sociais.

Marco Aurélio Santana afirma que o golpe civil-militar de 1964 desestabilizou o movimento operário, assim como manteve um maior controle sobre os sindicatos e os partidos de esquerda (SANTANA, M. A. 2008). Entretanto, desde a década de 1950, o Brasil vinha passando por mudanças econômicas, ressaltando a

intensificação da produção industrial, que contribuiu, aos poucos, para a formação de uma “nova classe operária” concentrada em determinadas áreas geográficas (sobretudo, na região metropolitana de São Paulo e também em outras grandes capitais por todo país).

Esse processo era, em grande medida, decorrente das migrações do campo para as áreas urbanas. Kimi Tomizaki afirma que;

Esses indivíduos passaram a constituir a nova classe média urbana. [...] a aceleração do processo de urbanização fez a sociedade brasileira na década de 60, deixar sua condição rural. Entretanto, como a população urbana cresceu em ritmo muito mais rápido do que o desenvolvimento industrial, houve grandes dificuldades na absorção dos trabalhadores pelo mercado formal, o que implicou o crescimento do desemprego e do subemprego. [...] apesar do aumento da mobilidade, não houve diminuição da desigualdade (TOMIZAKI, Kimi, 2007, p. 47.).

Essa nova “massa” trabalhadora, aos poucos, se estabeleceu nas principais montadoras automobilísticas situadas no ABC paulista. Em decorrência dessa grande afluência de trabalhadores às regiões industriais, é possível afirmar que essas décadas (1960/1970) se caracterizaram como uma fase de deslocamentos. Desse modo, apresentam-se duas especificidades desse período, uma nova forma de trabalho, ou seja, novos modos de produção industrial e, principalmente, uma maior expressão política. Kimi Tomizaki aponta a importância, bem como as fases desses “deslocamentos” que proporcionaram um cenário específico:

- 1) deslocamento espacial, concretizado na migração; 2) de setor econômico, através da saída do mundo rural e entrada na indústria; 3) posição ocupada nas relações de poder no interior das fábricas, resultado das greves, que impuseram modificações significativas nas relações de força entre capital e trabalho; 4) nas condições de vida, que permitindo acesso a moradia e à formalização de trabalho, entre outros, implicaram a ocupação de um espaço social, econômico e simbólico bastante diferente daquele do ponto inicial de suas trajetórias (TOMIZAKI, Kimi. 2007, p. 56).

Assim, teve-se uma nova ocupação do espaço urbano, social e econômico. Compreender esse fenômeno é necessário para estabelecer as relações que fizeram com que esses novos trabalhadores se organizassem como um novo grupo político, entrando em cena e chamando atenção, inclusive, dos pesquisadores.

As greves deflagradas em Osasco e São Paulo, em todo o grande ABC paulista, no ano de 1978, se estruturaram por meio de um conjunto de lutas contra o

arrocho salarial decorrente da corrosão provocada pelas altas taxas de inflação. Santana sublinha que esses trabalhadores passaram a enxergar não somente os patrões, mas também o Estado como “inimigo”, e isso se evidenciava pelas tentativas de controle dos sindicatos durante o regime militar (SANTANA, M. A., 2008).

Essas greves ocorreram principalmente durante o período que compreende o fim do período em que Ernesto Geisel era o chefe de Estado da ditadura brasileira e a posse do general João Batista Figueiredo como novo mandatário do regime. Entretanto, já em 1978, houve uma grande onda grevista. A citação abaixo, retirada da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, descreve o descontentamento dos trabalhadores em relação ao regime militar:

No dia 12 de maio de 1978 os trabalhadores na Scania bateram o cartão, trocaram de roupa, foram até seus locais de trabalho mas não ligaram as máquinas e cruzaram os braços. Era uma greve por melhores salários que se espalhou pelo ABC e depois pelo País, abrindo caminho para uma nova proposta sindical. O movimento foi uma decisão dos trabalhadores e já refletia a nova postura que o Sindicato havia adotado, de não se submeter às imposições políticas e econômicas da ditadura militar. Era um tempo de sufoco. Em 1977, o general Ernesto Geisel, presidente do País, fecha o Congresso para baixar medidas tentando impedir o avanço da oposição. Mas o movimento popular já estava nas ruas. Desde o início dos anos 70 a sociedade se rearticulava contra a repressão dos generais. Os estudantes saem às ruas exigindo a democratização do País, o movimento pela anistia cresce e os trabalhadores participam de movimentos contra a carestia e a alta do custo de vida. Em 1977, o Sindicato desencadeia campanha pela reposição salarial de 34,1%, já que os militares haviam manipulado os índices de inflação e imposto um reajuste menor. A campanha não trouxe ganhos salariais, mas políticos. Ela mostrou um grande descontentamento da categoria contra um governo repressivo e também uma disposição de luta por um País diferente, com melhores condições de trabalho e mais liberdades políticas (Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CNM/CUT, 2014).

Assim, pode-se apontar que essas manifestações colaboraram para o processo de democratização do Brasil. É importante entender que, nos momentos de maior repressão do regime militar, o único espaço de ação para os trabalhadores foi a própria fábrica¹. Marco Aurélio Santana afirma que essas greves, mesmo organizadas no interior das fábricas e estando relacionadas às condições de trabalho, transcendem a dimensão salarial. No ABC paulista, por exemplo, esses trabalhadores visaram uma

¹ Posteriormente veremos em Eder Sader a emergência de diferentes movimentos sociais já em 1973-1974, ligados à Igreja, aos sindicatos, grupos de bairros etc.

nova organização operária, uma reconstrução. É necessário, nesse sentido, entender as dimensões desses movimentos que, segundo Santana;

O ano de 1979 veria desenvolver-se e aumentar a participação dos trabalhadores no cenário político nacional. Desde a greve de 1978, o movimento desdobrava-se, espalhava-se e atingia diversas categorias e diversos estados, entre os quais, centros importantes como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.[...] a campanha salarial dos metalúrgicos do ABC trazia elementos novos. Além do reajuste salarial, eram reivindicadas também a garantia de emprego e a implantação de delegados sindicais no interior das empresas (SANTANA, M. A., 2008, p. 298).

Desse modo, observa-se que esses trabalhadores vão se destacando como sujeitos sócio-políticos ao considerar, essencialmente, a institucionalização dessas lutas. A criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a burocratização dos sindicatos e, principalmente, a formação de um novo sindicalismo que também demarca esse período, ajudam a criar uma maior visibilidade política aos movimentos. Sobre esse aspecto, Giovanni Alves conclui que:

A expressão política do novo processo social, que se deflagra em maio de 1978 no ABC paulista, é a criação, num primeiro momento, de uma nova esquerda – o PT –, ao lado de outras organizações políticas de esquerda e, mais tarde, em 1983, da CUT, ao lado de outras articulações intersindicais como o CONCLAT, que daria nas CGTs (ALVES, G. 2000, p. 111).

Assim, percebe-se que esse período também se configura em novas organizações sindicais que representa uma maior institucionalização das lutas. Pode-se concluir, desse modo, que fatores econômicos e políticos, conjuntamente com a crise do regime militar, alimentaram tais manifestações. Alessandro de Moura compreende que;

a inflação crescente corroerá os salários, este será o motivo principal das quatro greves gerais que serão desencadeadas durante a década de 1980 (1983, 1986, 1987 e 1989). Desta forma, a fresta aberta pelas greves do ABC, soma-se a crise econômica que aprofunda imensamente a crise política do Estado-ditatorial, sendo que a principal expressão da crise do Regime foi a onda de mobilizações, greves, ocupações e piquetes que serão desencadeadas a partir dos diversos locais de trabalho durante toda a década de 1980 (MOURA, A. 2012, p. 19).

Assim, aos poucos, esses trabalhadores vão construindo sua identidade, vão se constituindo como um grupo social específico. Essa nova expressão da classe trabalhadora foi muito explorada pela mídia. Logo, essa grande visibilidade atraiu diferentes olhares e percepções sobre esse sujeito. Tomizaki afirma que;

Por meio das greves, os metalúrgicos do ABC colocaram-se no centro das atenções de diferentes grupos: o empresariado, o Estado militar, a imprensa, os *intelectuais* e a esquerda brasileira em suas diferentes reações às greves

do ABC, do apoio à repressão, e cada uma delas contribuiu para sedimentar o processo de unificação simbólica da categoria metalúrgica (grifos nossos) (TOMIZAKI, K., 2007, p. 290).

Entende-se que os movimentos grevistas, iniciados na década de 1970 e sequenciados em toda a década posterior, foram singulares. Eles expressam a emergência de novos atores sociais e são resultado de uma conjuntura política e social brasileira específica. Eder Sader afirma que:

a movimentação operária não apenas forçou alterações de fato nas esferas da política salarial, da liberdade sindical, do direito de greve, como fundamentalmente provocou o nascimento de novos atores no cenário político [...]. Mas é preciso que nos situemos naquele momento para poder avaliar a dimensão da ousadia. Basta aliás, acompanhar seu empenho ao polemizar sobre o lugar atribuído ao movimento operário nas representações dominantes. Na forma mais visível, nos meios de comunicação de massa, as greves eram noticiadas nas seções de economia e referidas separadamente aos diferentes setores da produção em que ocorriam (SADER, E. 1988, p 23.).

Esses “novos” sujeitos em cena atraíram o interesse de muitos pesquisadores, devido à sua grande visibilidade. Houve, portanto, um grande interesse de pesquisadores da esquerda, que analisavam essa nova formação operária, ultrapassando, desse modo, as fronteiras da sociologia marxista da década anterior.

1.2. Alguns apontamentos sobre a emergência desses movimentos sociais na década de 1980

Procurou-se, anteriormente, situar um pouco as greves ocorridas no ABC paulista a fim de fazer um paralelo e me aproximar mais do objeto classe operária, que era o objeto de estudo dos historiadores analisados. Entretanto, é necessário apresentar alguns aspectos e elementos mais detalhados desses movimentos sociais.

Para tal, utiliza-se dois trabalhos que, de modos diferentes, ajudam a compreender o panorama dos movimentos sociais na década de 1980. A primeira análise exposta é da socióloga Ana Maria Doimo (1995) que realizou, com excelência, um estudo sobre as contradições e a organização desses movimentos emergentes, analisando atentamente os movimentos sociais que faziam parte da instituição da Igreja Católica. Doimo demonstra as contradições e impasses pelos quais os movimentos

passaram na conjuntura política de 1980. Contudo, a autora realizou sua pesquisa já na década posterior (1990), o que demonstra algumas particularidades. Sua atenção recai sobre “os frutos” desses movimentos, seja na legislação brasileira, seja em uma desilusão a determinadas expressões desses movimentos, os quais a autora entende como “consolidação do liberalismo”.

O segundo trabalho apresentado é a pesquisa de Eder Sader, *Quando os novos personagens entraram em cena* (SADER, E. 1988). Sader apresenta esses movimentos como criação de um novo sujeito social e histórico. Para isso, ele demonstra que foi a crise de três importantes instituições que colaboraram para a emergência desses movimentos: crise da Igreja, crise do pensamento de esquerda e crise do sindicalismo. É importante sublinhar também que o autor tece sua análise ainda na década de 1980, quando os acontecimentos não estavam distantes, portanto seu trabalho enfatiza as próprias organizações como um resultado de todas as mudanças que estavam ocorrendo no país.

Iniciemos com os apontamentos feito por Ana Maria Doimo. Primeiramente, destaca-se a problematização feita pela autora sobre o próprio conceito de “movimento social”. Segundo Doimo, o marxismo aderiu a esse conceito (e até difundiu-o) como uma categoria econômica e estrutural, e esse modelo teórico não atendia às novas configurações sociais. Nesse sentido, a autora descreve que;

Até o início dos anos 60, falar em movimento social significava referir-se à suposta virtualidade revolucionária do proletariado – entendido como classe determinada pelas relações capitalistas de exploração do trabalho pelo capital – e acreditar em sua organização racional, isto é, diagnósticos claramente baseados em premissas científicas, metas previamente definidas, além de regras e normas dotadas de eficácia para o alcance dos objetivos táticos e estratégicos. Os sindicatos e os partidos políticos de orientação socialista e comunista representariam, nessa perspectiva, a forma mais acabada desse tipo de organização, e tudo o que fugisse desse raio de ação sequer podia ser incluído sob a rubrica do verdadeiro movimento social; quando muito, seriam movimentos arcaicos e pré-políticos ou, então, meros “assuntos da classe trabalhadora” (DOIMO, A. M., 1995, p. 39).

Doimo ainda ressalta que a influência dos trabalhos do historiador Eric Hobsbawm² fez com que fosse valorizado apenas os movimentos organizados. A mudança, contudo, se deve aos movimentos sociais na Europa e à crise do marxismo.

A autora entende que, desde o começo (1840), o conceito de “movimento social” transitou entre o espontâneo e o racional, proporcionando diferentes debates. Com a crise do pensamento marxista, alguns pesquisadores apontaram que os novos acontecimentos não caberiam em antigos conceitos.

Cabe abrir um parêntese sobre esse aspecto de incorporação de conceitos fixos nas manifestações sociais. O historiador Sidnei Munhoz, sobre os trabalhos do historiador Dieter Groh, argumenta que havia uma preocupação sobre o conceito de espontâneo nos movimentos sociais. Para este pesquisador alemão, algumas manifestações sociais escapavam aos conceitos já estabelecidos e o intelectual, por não conseguir compreender esses fenômenos, acabava agregando distintos movimentos sob um mesmo rótulo (MUNHOZ, S.). Munhoz explica que;

Muitos dos movimentos sociais não explicados através dos modelos teóricos existentes, são transformados em resíduos que depositados em um compartimento da história, recebem a denominação espontaneidade. Aglutina-se, assim, distintas formas de manifestação sob um mesmo rótulo. Para Groh, a própria tensão entre processos de base e organização tenderia a tornar tentadora a associação dos primeiros com espontaneísmo. Desta forma, ele opta por utilizar a categoria *não-organizados* para se referir a esses movimentos até que, segundo ele, se encontre uma palavra melhor, pois para ele espontaneidade seria o pior dos mitos burgueses e a melhor das psicologias ruins. A principal decorrência da utilização de espontaneísmo seria que, ao se analisar fenômenos muito distintos a partir de um denominador comum, ao contrário de iluminar um dado problema, de fato, poder-se-ia contribuir para torná-lo ainda mais confuso (MUNHOZ, S., p. 132).

O autor ainda entende que a ausência de um estudo aprofundado das manifestações fez com que muitos conceitos fossem repetidos. Assim, percebemos que, nas décadas anteriores à 1980, os trabalhos acadêmicos priorizavam as análises dos movimentos organizados, “racionalizados” e, desse modo, os movimentos não organizados transitaram entre a ideia de “criminalidade” e o “banditismo”, sendo, posteriormente, nomeados de “espontâneos”. As mudanças conceituais, advindas de

² Sobre a obra rebeldes primitivos em que o autor prioriza a análise de movimentos sociais organizados.

uma crise das ideias marxistas, possibilitaram a análise e a valorização dos movimentos anarquistas, focada na ação direta, como será exposto nos capítulos seguintes.

Entretanto, Doimo pontua que essas mudanças também ocorreram dentro dos próprios movimentos sociais. Ela entende que, nos períodos anteriores aos anos 1980, as manifestações, em sua maioria, cobravam a racionalidade e a mediação do Estado, e isso muda, pois a sociedade civil desconfia e entende como hostil a postura do Estado, lembrando que o Brasil, nesses anos, estava sob domínio da ditadura civil-militar (DOIMO, A., 1995). Doimo destaca que essa possibilidade de “tomada” do Estado pela sociedade civil incentivou um “otimismo teórico” no âmbito acadêmico. Segundo a autora;

Trata-se de um otimismo que propugna a possibilidade de transformação social através da reapropriação do Estado pela sociedade civil, autonomamente construída. Como ideia-força, também essa encontrou forte ancoragem na filosofia política dos anos 70 e desdobrou-se num significativo leque de variações, como a “revolução molecular” de Felix Guattari (1987), a “sociedade autônoma” de Cornelius Castoriadis (1981), a “invenção democrática” de Claude Lefort (1987), ou a “microfísica do poder” de Michel Foucault (1984) (DOIMO, A., 1995, p. 42).

Desse modo, esses movimentos sociais tiveram também um caráter mítico de promessa de transformação social, e isso atingiu vários espaços sociais, inclusive a universidade. Assim, acredita-se que a junção da emergência dos movimentos sociais nesses anos em conjunto com esse amadurecimento dos debates teóricos no âmbito acadêmico favoreceram a construção de uma historiografia específica, com temas e metodologias próprias da década de 1980.

Como já foi mencionado, houveram manifestações em diferentes setores da sociedade. Doimo destaca que, dentre esses movimentos, a maioria defendia os direitos humanos e, principalmente, queriam mudanças sociais e exigiam participação política. Mas é necessário lembrar que também houve a proliferação de movimentos de cunho racista como a formação de grupos de crime organizado. Segundo a autora;

Ademais, é bom lembrar que se os “novos” movimentos surpreenderam os analistas durante a década de 70, hasteando a bandeira dos direitos humanos por meio de ações-diretas e da recusa à política institucional, os anos 80 assustaram o mundo com o vertiginoso crescimento dos movimentos xenofóbicos, a proliferação das chamadas tribos urbanas e a maior visibilidade das sinistras redes

do crime organizado. Todos construídos molecularmente, *também a partir de ações-diretas e ao sabor do desprezo pela política convencional* (DOIMO, A., 1995, p. 44).

Diferentemente dos movimentos que caracterizaram o início do século XX, esses grupos não exigiam a extinção do Estado ou a mediação feita por ele. Havia, contudo, a cobrança pela participação política, pelos direitos e até em defesa de ideais liberais.

Um dos pontos mais importantes destacados pela autora é que a diversidade desses movimentos e seu caráter disperso dificultaram o reconhecimento de uma marca comum entre eles, sendo uma tarefa delicada nomear essas ações e práticas. A autora entende que,

assim, longe de pensarmos em “novos sujeitos”, em “nova identidade”, ou mesmo na redução dos movimentos contemporâneos a meros fragmentos, vamos questionar os movimentos de ação-direta como parte do fenômeno da socialização da política, isto é, como parte de um processo que, se fertilizou o repertório participacionista, ampliando as possibilidades de surgimento de novos formatos de participação política, não deixou também de produzir elementos perversos que, no limite, podem conspirar contra a própria possibilidade da política, instaurando a intolerância e a violência (DOIMO, A.1995, p. 50).

Doimo também discute a problemática sobre o conceito de “espontâneo”, no entanto, o que vale salientar é o modo como a autora apresenta a ação direta como algo conflituoso. A ação direta, para ela, foi entendida e abordada de três modos diferentes: como contraponto da organização racional (como já mencionamos acima), como forma de enaltecer algumas formas de organização (acredito que o anarquismo está inserido nessa perspectiva de análise) e, por fim, entendida como algo explosivo, ocorrido devido aos “choques culturais e étnicos” (DOIMO, A. 1995).

Esses modos de compressão não levaram em conta o caráter ambíguo dos movimentos sociais. Dentre essas ambiguidades, destaca-se as diferentes relações que cada grupo tinha com o Estado, por exemplo: as reivindicações que os metalúrgicos do ABC paulista exigiam do Estado não eram as mesmas postas pelas organizações da Igreja Católica, há muitas semelhanças entre ambos, mas deve-se também atentar para as diferenças.

Nesse sentido, Doimo explica que, antes de ater-se às mudanças ocorridas nas organizações dos próprios movimentos sociais, é importante notar que a representação do Estado se modificou muito nesse período (e desde o pós-guerra). O Estado, anteriormente, devido às interpretações marxistas, era compreendido apenas em sua estrutura econômica. Todavia, isso vai se configurando aos poucos, pois tem-se exemplos de marxistas que fogem a essa perspectiva, como Edward Palmer Thompson, que veremos posteriormente. O aparelho estatal passa a incentivar o desenvolvimento industrial investindo em políticas de educação da mão de obra, como há, também, uma crescente socialização da política: interesses do domínio privado são transferidos para o público (salário, educação) e questões abrangentes, como segurança pública, são transferidas para o cotidiano do cidadão comum (DOIMO, A., 1995).

O Estado, em seu aspecto liberal, induz o indivíduo a reivindicar aquilo que foi posto como um direito seu, tornando-o um ator social, “assim, o Estado cria, nas sociedades contemporâneas, *a potencialidade da reivindicação e a inevitabilidade da ação direta*, mesmo em contextos onde o sistema político é profundamente democrático, como as sociedades europeias” (DOIMO, A., 1995, p. 55).

Segundo a autora, o conceito de participação política, consagrado em seu caráter liberal (direitos e eleições), despertou uma ambiguidade na busca pela participação no sistema político para a efetivação de suas ações e a negação do Estado. A rejeição pelo sistema de participação política, é explicada por Doimo;

A participação “de movimento”, ao contrário, justamente por tornar a mobilização e a pressão seus mais importantes recursos políticos para a eficácia da ação, requer padrões dialógicos de organização. Há, portanto, pelo menos dois bons motivos para que este tipo de participação se afaste das regras do sistema de representação política. Primeiramente, porque, ao constituir-se em referência às várias ramificações do próprio Estado, tende a manifestar-se fragmentariamente por meio de disputas corporativas e, em segundo, porque, ao depender de altos níveis de coesão interna logrando sucesso mobilizador, lida com valores éticos, morais e comunitaristas, em substituição aos conceitos políticos (DOIMO, A., 1995, p. 59).

O aspecto fragmentário da ação direta foi importante (além de pressionar) para se pensar novas formas de participação política que abarcasse as diferenças e os excluídos. Entretanto, é válido destacar que o caráter ambíguo dos movimentos resultou na formação de muitos grupos racistas e intolerantes que também

se apropriaram da ação direta e, mesmo os movimentos contra os ideais preconceituosos também, por vezes, eram contra a liberdade de expressão.

Desse modo, no Brasil de 1980, tinha-se uma ascensão dos movimentos sociais guiados pela ação direta, e isso não significa que se pode afirmar que todos estavam sob as mesmas bandeiras. Concomitante às lutas pelo “novo sindicalismo” e democracia liderado por setores da esquerda, existiam grupos que defendiam a consolidação de ideais neoliberais, sem nos esquecer também das redes de crime organizado e grupos paramilitares³. Sobre isso, Doimo faz um apontamento de Bobbio em que;

A inadvertida reabilitação da ideia de democracia direta na sociedade contemporânea tanto pode significar uma reivindicação da esquerda em defesa dos direitos do homem contra toda forma de despotismo, quanto pode igualmente servir ao fortalecimento do neoliberalismo de direita que, conspirando contra o Estado intervencionista e reivindicando um Estado mínimo e governável, é capaz de sacrificar a democracia (Bobbio, 1986, Apud DOIMO, p 66).

Assim, a formação dos movimentos sociais está relacionada a ação direta, aos projetos sócio-políticos e as experiências e vivência política. Isso demonstra a complexidade do envolvimento desses grupos e isso não pode ser suprimido por categorias e conceitos estáticos, ou seja, não se encaixa em um determinismo estrutural.

Outro aspecto importante, analisado por Doimo, é a substituição do conceito de “novos movimentos sociais” por “movimento popular”:

Nessa perspectiva, quando falamos em “novos movimentos sociais” estamos lançando mão de uma categoria *européia*, cunhada por intelectuais europeus para dar conta daquele perfil de condutas coletivas e de conexões ativas entre diversos agenciamentos que, nos anos pós-70, passaram a girar em torno da crise do padrão assistencial-previdenciário do *welfare state* e das transformações da própria sociedade industrial (DOIMO, A., 1995, p. 67).

Desse modo, a autora entende que não há refluxo nos movimentos sociais brasileiros, mas sim constantes recriações, reinvenções e novas construções de acordo com cada período ou conjuntura histórica. Afirma também que o conceito de popular ganhou novas adequações a partir da década de 1980, sendo, de acordo com a autora,

³ É importante ressaltar que havia tensão no seio desses movimentos, uma vez que haviam movimentos sindicais de caráter tradicional, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SADER, E. 1988).

mais apropriado para as análises da emergência desses movimentos. Ela ressalta que a valorização da ideia de povo e popular foi influenciada pelos intelectuais e pelos segmentos da “nova esquerda”, pois;

segmentos da intelectualidade acadêmica, principalmente os que fundaram centros independentes de pesquisa em resposta ao expurgo das universidades, impetrado pelo regime militar; e agrupamentos de esquerda, então dilacerados pela ditadura e tão logo desencantados com as fórmulas violentas de ação transformadora. Ao interpretar as coordenadas estruturais do seu tempo, ao processar as novas influências intelectuais e correntes europeias de pensamento, ao estabelecer um diálogo crítico com a tradicional cultura política autoritária brasileira, bem como as resgatar e revalorizar outros traços da tradição cultural – comunidade, relações interpessoais -, esses atores recuperaram de tal sorte a capacidade ativa do “povo” que conseguiram não só colocá-lo no centro da elaboração teórica como promove-lo a personagem central da vida política (DOIMO, A., 1995, p. 75).

Assim, a recuperação do povo como sociedade civil ativa foi legitimada pelos intelectuais, ressaltando que as especificidades das relações políticas na América Latina, como o exílio, por exemplo, aproximaram esses acadêmicos e militantes de outros sistemas de pensamento, colaborando, desse modo, para focarem seus estudos no povo e/ou no popular.

Um exemplo que a autora apresenta para demonstrar essa forte relação entre os intelectuais e militantes com a sociedade civil, é que a maioria das ONGs, formadas no Brasil nesses anos, eram dirigidas, em sua maioria, por líderes que tinham alguma formação no ensino superior. Doimo ainda destaca a presença da Igreja nessas organizações, principalmente dos adeptos da “teologia da libertação” e os projetos de educação popular influenciados pelos trabalhos de Paulo Freire.

Observamos, diante disso, que são diferentes grupos da sociedade que convergem na busca por “direitos” e representatividade. O “povo” tornara-se o sujeito de sua própria história:

A ideia do “povo como sujeito da sua própria história” ganhava, pois, cada vez mais corpo e tudo convergia para se imaginar que a dimensão da vida sócio-política prescindia dos canais convencionais de comunicabilidade política, expressando a capacidade de auto-organização popular no sentido de engendrar, por si mesma, os elementos portadores de futuro (DOIMO, A., 1995, p. 86).

A valorização das práticas cotidianas também foi recorrente, pois, ainda sob o regime militar, os canais de institucionais estavam fora do alcance dos sujeitos, sendo os espaços cotidianos os principais aglutinadores dos movimentos. Exemplo claro disso foram as fortes organizações no ABC paulista e também nas instituições relacionadas a igreja católica.

Ao analisar diferentes grupos que participaram dos movimentos ocorridos na década de 1980, Doimo defende que, apesar de muitos autores ressaltarem seus aspectos de “espontaneidade”, esses movimentos tiveram bases de sustentação sim, como os setores da igreja, assim como as comissões de fábrica presentes nas organizações das greves das empresas automobilísticas. Para Doimo;

É indubitável que tamanha carência só explodiu no espaço público pela via movimentalista porque havia instituições de peso interessadas neste tipo de participação. Ora, no início de 1990, a recessão e o desemprego foram iguais ou até piores do que no início de 1980, mas nem por isso repetiu-se a mesma experiência movimentalista (DOIMO, A., 1995, p. 109).

Entretanto, os pesquisadores que teceram esperanças revolucionárias nesses movimentos se decepcionaram, pois, segundo a autora, a maioria deles seguiram a lógica corporativa e integrativa.

A autora também destaca dois momentos de refluxo dos movimentos, o que nos ajuda a compreender o seu caráter político. Ela trabalha com os documentos de diversas ONGs e organizações do período e, nessa documentação, observa o primeiro refluxo em 1979, devido a reforma partidária, e o segundo em 1985/86, em que havia o debate sobre as eleições e a constituição (DOIMO, A., 1995). Isso evidencia que os movimentos mudavam suas posturas de acordo com os processos políticos do período, ou seja, eles se reciclam; alguns, por exemplo, aderiram à busca pela institucionalização de seus interesses.

Apesar da diversidade e das ambiguidades que caracterizavam esses movimentos, as experiências em comum e as redes de socialização (territoriais, intercâmbio de grupos) além de ajudarem a manter a organização do movimento, influenciaram também a continuidade dos projetos.

Nota-se também que a transformação do cidadão em sujeito político fez com que se buscasse transformar a esfera da política institucional como uma

continuação ou extensão dos movimentos sociais, forjando uma identidade coletiva (lembrando que cada grupo possuía sua hierarquia e seus sistemas de inclusão e exclusão). Para Doimo é necessário;

Reconhecer a especificidade da esfera política significa não só admitir a separação entre Estado e sociedade, como perceber a autonomia da política como esfera governada por leis próprias, distinta da moral e da religião. A separação entre o público e o privado é, enfim, precisamente o princípio do Estado Moderno, criado através de regras universais e racionais que não especificam a política como simples prolongamento da sociedade ou como mera extensão dos grupos de interesse (DOIMO, A., 1995, p. 184).

Nesse sentido, a esfera da política institucional não poderia apenas absorver os interesses dos movimentos sociais, era necessária uma mediação. Pode-se afirmar que os debates pela formação da constituição, eleições e a defesa dos direitos humanos não foram apenas conquistas, mas um modo de inserção desses ideais na esfera política, não sendo somente uma transposição ou continuação.

Para finalizar nossa problematização a respeito dos movimentos ocorridos na década de 1980 no Brasil, ressaltamos que também é necessária uma crítica sobre seu “refluxo”. Doimo entende que não é apropriado afirmar que houve um refluxo dos movimentos sociais (principalmente na segunda metade da década de 1980), mas novas formas de participação, e muitos de seus objetivos foram conquistados e inseridos nos projetos da Constituição (1988). Para a autora;

Que há uma crise, ninguém duvida. Mas sua explicação mais profunda, para além das mudanças conjunturais ou da visão reificada do descenso, deve ser buscada na intersecção entre a condição estruturalmente ambígua dos movimentos de ação-direta, e as conexões ativas que os atualizaram conjuntamente enquanto campo ético-político referido ao popular (DOIMO, A., 1995, p. 201).

Assim, com as configurações políticas que estavam voltadas para o âmbito da democracia, eleições e direitos humanos, as ONGs e as organizações sociais que foram fundadas desde os anos de 1970 passaram a ocupar suas agendas com os problemas advindos dessa nova configuração social. Essa nova configuração se caracteriza na luta pela cidadania, e pode-se afirmar que houveram resultados positivos disso: para além da constituição, também destaca-se o surgimento do ECA (Estatuto da

Criança e do Adolescente), orçamento participativo e muitos outros direitos sociais conquistados.

Dessa forma, a autora conclui que a década de 1980 ampliou a participação popular, e suas ambiguidades são marcas de um período específico da nossa história. Os resultados desses movimentos estão ainda visíveis, por exemplo, na legislação brasileira.

É importante sublinhar que a autora produziu essa análise na década posterior à emergência dos movimentos sociais, sendo assim, ela enfatiza os resultados e destaca os rumos liberais que tais grupos/instituições seguiram. Contudo, é necessário ressaltar a complexidade das organizações envolvidas e a tensão interna e externa que fez parte da sua própria existência.

Desse modo, destacam-se mudanças significativas dentro das principais instituições da sociedade e, como veremos a seguir no trabalho de Eder Sader, houveram rupturas e transformações nessas instituições que marcaram a década.

O trabalho de Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena*, é resultado de sua tese de doutoramento. Primeiramente, é necessário entender o porquê que o autor afirma que são novos sujeitos;

Antes de mais nada, porque criado pelos próprios movimentos sociais populares do período: sua prática os põe como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado. Em segundo lugar, porque se trata de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto, despojado das suas marcas que caracterizaram o advento da concepção burguesa da subjetividade [...] O novo sujeito é social; são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões a atividades realizadas. Em terceiro lugar, porque é um sujeito que, embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro (SADER, E. 1988, p. 10).

Desse modo, Sader guia sua análise sob a perspectiva de três grandes instituições em crise, que se deslocam e se refazem, tornando-se, assim, “novos sujeitos sociais”. Ele entende que esses movimentos - que emergiram por intermédio de instituições importantes - criaram novos espaços de participação política, como mencionamos no início do capítulo, a fábrica passa ser um espaço importante, assim

como a emergência do novo sindicalismo, as comunidades de base da Igreja (já também apontado por Doimo) e as reformulações do pensamento de esquerda. Sobre a construção de novos espaços por meio da crise dessas instituições, Sader explica que;

Crise da igreja, que conduz à reformulação de seu discurso e de sua prática, graças à “matriz discursiva da teologia da libertação”. Crise das esquerdas que, sob o impacto das derrotas das décadas anteriores e dos impasses internacionais, ainda não reformularam a “matriz discursiva marxista”, embora tragam “em seu benefício um corpo teórico consistentemente elaborado a respeito dos temas da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo”. Crise do sindicalismo que, entretanto, graças à “matriz discursiva do novo sindicalismo”, supera a ausência das tradições populares [...] vindo a ocupar um lugar institucional cuja eficácia será decisiva para repensar e praticar os conflitos na esfera trabalhista (SADER, E. 1988, p. 11).

Essa crise nas instituições possibilitou uma releitura de sua organização, bem como a inserção de novos discursos e novas práticas. Não se trata apenas de uma mudança de ponto de vista desses grupos sociais, mas de uma crítica sobre as estruturas e práticas anteriores formando, assim, novos sujeitos.

Para tanto, o autor sublinha a importância de entender as novas características desses movimentos que emergiram já em 1970, não sendo semelhantes aos do início do século XX, ou seja, eles fogem dos modelos estabelecidos, e também alargam a noção de política existente. Sobre esse aspecto, Sader explica que;

Ao observarmos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, eles “inventaram” novas formas de política (SADER, E, 1988, p. 20).

A política, antes compreendida apenas em seu aspecto institucional e oficial, era “separada” dos agentes sociais. Entendiam os movimentos sociais apenas em seus aspectos econômicos (MUNAKATA, K. 1980), e isso se configura em 1980, ou seja, essas grandes manifestações não cabiam mais em determinismos, principalmente o econômico.

Sobre a valorização do espaço cotidiano, Sader também atenta para a ambiguidade desse espaço, não sendo apenas um lugar de resistência, mas também como um espaço de tensões – como já mencionara Doimo -, o conformismo também

contrastava com as lutas de resistência (o sindicalismo, em seu aspecto mais tradicional, continuou existindo, por exemplo). Entretanto, Sader destaca que o que caracteriza esses movimentos são também os novos significados atribuídos às práticas e condições de vida⁴:

Ao observarmos os movimentos sociais que dão uma nova configuração social aos trabalhadores no cenário público na segunda metade dos anos 70, nós nos damos conta da existência de novos significados atribuídos às suas condições de vida, e esses novos sentidos nem se desprendem “naturalmente” do cotidiano popular e nem decorrem dos discursos previamente instituídos sobre os trabalhadores. Eles constituem reelaborações filtradas em novas matrizes discursivas – quer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com o meio e, portanto, abordam diversamente a realidade (SADER, E. 1988, p. 143).

Partindo dessa perspectiva, Sader diverge de alguns autores que destacam a emergência “espontânea” desses movimentos. Para o autor, haviam três matrizes discursivas essenciais que, de modos diferentes, influenciaram diretamente a emergência desses movimentos.

Sobre essas matrizes, Sader destaca a importância da Igreja Católica – destacada também por Doimo ao apresentá-la como uma importante matriz discursiva mobilizadora. Sader destaca a importância das comunidades de base e do trabalho das pastorais que refazem seus discursos e que, por meio da educação popular e da “Teologia da Libertação”, tiveram um papel decisivo na organização dos movimentos sociais, como já mencionado em Doimo.

Para além de abordar a importância da Igreja nessa configuração social, é necessário sublinhar os apontamentos de Eder Sader sobre a crise da esquerda e a emergência do novo sindicalismo. ao autor aponta que as derrotas da esquerda em suas organizações partidárias, assim como nas lutas revolucionárias, levaram os militantes a buscarem outros espaços de ação e também a criticarem o próprio pensamento de esquerda, para Sader;

⁴ Um exemplo interessante sobre esse aspecto refere-se às comissões de fábrica. Há registros que indicam sua existência bem antes de 1970 (PAOLI, M. 1982), no entanto, nesse período, novos significados são atribuídos a elas, principalmente sobre as organizações das greves e seu papel na nova configuração do sindicalismo. Sobre isso, Sader sublinha as “Movimentações que antes podiam ocorrer de modo silencioso, como se fossem a reiteração de um cotidiano onde “nada acontece”, passam a ser valorizadas enquanto sinais de resistência, vinculadas a outras, num conjunto que lhes dá a dignidade de um ‘acontecimento histórico’ “ (SADER, E. 1988, p. 243).

Estampado o deslocamento entre as supostas vanguardas e suas supostas massas, sobrevém uma verdadeira crise de identidade na esquerda revolucionária. A autocrítica que lhe corresponde tem como tema central justamente a ligação das “vanguardas revolucionárias” com as “massas trabalhadoras” (SADER, E. 1988, p. 170).

Essa autocrítica e busca pela ligação com as “massas” (que não tiveram participação em suas guinadas revolucionárias) foi caracterizada pela inserção dos militantes em diferentes lugares como suas presenças em algumas oposições sindicais, estiveram também envolvidos na alfabetização e educação popular - também dentro das fábricas -, ressaltando que parte de suas ambições e produção de material estavam na clandestinidade. Sobre esse aspecto, Sader sublinha:

Nos rumos tomados por esse movimento de autocrítica é possível reconhecer uma espécie de culto às virtudes da “paciência pedagógica”. Ou seja, sem cancelarem estratégias revolucionárias elaboradas nos pequenos círculos conspirativos, esses grupos procuram enraíza-las nas massas, vinculando-se às ações coletivas de resistência, por diminutas que fossem. Pensavam que ao longo dessas experiências – e desde que orientados por suas “vanguardas” – os trabalhadores fariam o aprendizado que os levaria à consciência de classe (SADER, E. 1988, p. 172).

Desse modo, os militantes de esquerda são inseridos em diferentes lugares da sociedade (inclusive em algumas comunidades de base da igreja), levando o debate sobre a luta de classes e as angústias do capitalismo para diferentes sujeitos, reelaborando suas experiências.

A outra matriz discursiva apresentada pelo autor é a construção do novo sindicalismo. Sader explica que o sindicato, legalizado em 1970 (sob a ditadura), não atendia à nova organização operária e, por isso, era visto com desconfiança por parcela significativa dos trabalhadores:

A humilhante insignificância que os sindicatos representavam para o governo era o reverso da medalha de sua perda de funções enquanto organismo de representação de reivindicações operárias. Sua principal função nesse campo – que se manifestava nos dissídios coletivos quando cada categoria batalhava por melhores índices de reajuste salarial – fora totalmente esvaziada em decorrência da legislação imposta pelo regime militar sobre a política salarial (SADER, E. 1988 p. 179).

Nesse sentido, o caráter reivindicativo dos sindicatos estava esvaziado. Acomodados sob essa estrutura, não conseguiam absorver as inquietações dos trabalhadores. Nesse contexto, surge uma corrente sindical que questionava a representatividade da organização sindical, eles se denominavam como “novo sindicalismo”. O que difere essa corrente sindical era que eles traziam as reivindicações da base para o âmbito sindical.

Sader explica que dentro da legalidade eles exploravam as possibilidades e não estavam acomodados:

O “novo sindicalismo” se beneficiava do clima da distensão política. Mas isso quer dizer que não se acomodava passivamente aos projetos de “abertura” do governo, mas sim que explorava suas possibilidades. Apoiava-se numa mobilização existente nas bases e que carecia de amparo legal. Os discursos emitidos pelo “novo sindicalismo” se fazem de um lugar social – os próprios sindicatos – que integra a institucionalidade estatal. Se essa obrigatória cumplicidade impunha sérias limitações às falas e movimentos dos sindicalistas, a verdade é que em contrapartida eles assumiam o papel – institucionalmente definido – de agenciadores dos conflitos trabalhistas (SADER, E. 1988, p. 183).

Ele destaca que em cada empresa isso operou de forma distinta, mas deixa claro que foi no ABC paulista onde ocorreu a maior concentração desses movimentos sindicais. Ressaltando ainda que esses trabalhadores sabiam que eram um dos maiores polos econômicos do país, e puderam usar isso como “barganha”, contudo, os grupos sociais marginalizados que não detinham esse poder de barganha se apoiaram nessas instituições (nos sindicatos, na Igreja).

Desse modo, Sader argumenta que são diferentes os movimentos que emergiram, com diferentes modos de ação e que, apesar dessa diversidade, eles tinham referências comuns que se cruzavam. Ressalta-se, ainda, que a identidade política de tais movimentos foi forjada porque eles eram ignorados nas práticas políticas institucionalizadas. O autor explica que “por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de carência” (SADER, E. 1988, p. 199).

A análise de Eder Sader colabora para a compreensão da diversidade dos movimentos sociais emergentes e também para a problematização sobre o “espontaneísmo” dos movimentos, pois o autor apresenta que tais organizações estavam

amparadas em matrizes discursivas importantes, como a Igreja, as propostas do “novo sindicalismo” e os novos debates trazidos pelos militantes de esquerda.

Compreende-se, assim, que Ana Maria Doimo, por ter feito uma análise mais distante do objeto, enfatizou os “ecos” desses movimentos sociais, ressaltando as mudanças na legislação brasileira, a construção de ONGs e a fundação de grupos que ainda buscaram manter contato. Eder Sader, de outro modo, esmiúça seu texto a fim de apresentar as instituições que reformularam seus discursos e influenciaram diretamente os movimentos emergentes nas décadas de 1970 e 1980.

As contribuições dos autores são importantes para atentarmos para a complexidade das transformações ocorridas no período, além de analisar como esses movimentos que emergiram eram compostos por “novos sujeitos sociais”, nas palavras de Sader, e sua existência não conseguiu ser explicada dentro dos padrões de análises deterministas.

Não podendo esquecer que é necessário destacar que, fundamentalmente, as renovações ocorridas no campo da historiografia, assim como o próprio rejuvenescimento da História Política e Social (e na área das ciências sociais), colaboraram para a ampliação das análises dos grupos sociais.

1.3. Formação do Campo Acadêmico

Nessa pesquisa se faz necessário apresentar algumas características específicas do meio acadêmico a fim de compreendermos a relação entre a pesquisa, a sociedade e o pesquisador.

Para tal reflexão, apresentaremos algumas observações do sociólogo Pierre Bourdieu. Bourdieu formula o conceito de *campo* para dar conta das especificidades desse grupo constituído por acadêmicos, buscando compreender a própria lógica do mundo científico⁵. Segundo ele,

existe um universo intermediário que chamo *o campo literário, artístico, jurídico ou científico*, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo

⁵ O objetivo aqui consiste em apresentar alguns apontamentos sobre a organização do campo acadêmico. Sublinho que em relação às transformações do pensar intelectual dentro do campo são feitas algumas reflexões nos últimos capítulos, destacando, sobretudo a importância de Antonio Gramsci.

social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (BOURDIEU, P. 2004, p. 20).

Nessa conferência intitulada “Os usos sociais da ciência” (2004), Bourdieu apresenta, resumidamente, a relação entre o grupo de pesquisadores e a sociedade, apresentando, assim, o que o motivou a definir seu conceito de Campo. Segundo o autor, na tradição pós-moderna, o texto (pesquisa/tema) é entendido por ele mesmo, sendo assim, ele é auto-explicativo. Já no marxismo, houve a busca por relacionar o texto com contexto social e econômico no qual foi produzido. Destacando também que a produção francesa trabalha com uma perspectiva fora da intervenção do mundo social, fechada em suas próprias perspectivas.

Desse modo, Bourdieu utiliza-se do conceito de campo porque entende que não basta apenas o contexto social e o texto, as relações não são assim facilmente definidas, há disputas internas e constantes tentativas de influências externas. Ele explica que;

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem (BOURDIEU, P. 2004, p. 21).

Desse modo, como em todo o seu trabalho, Bourdieu entende que as estruturas sociais exercem poderes em relação às demais, mas não significa que há uma “passividade”, ou seja, o campo acadêmico não segue apenas o que emana dos sistemas sociais, políticos e econômicos, mas há uma constante disputa de poderes e de representações.

Pierre Bourdieu defende a necessidade de autonomia para o mundo científico. No entanto, apesar dessa autonomia e das relações específicas que envolvem o campo acadêmico, ele não deve ser totalmente alheio ao mundo social e muito menos escravo da iniciativa privada. O autor explica que;

é preciso escapar à alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo

social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, seja de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo (BOURDIEU, P., 2004, p. 21-22).

Assim, as interferências externas no campo acadêmico só são possíveis quando passam pela lógica daquele campo. Bourdieu utiliza o exemplo dos estudos de agronomia na França (que se assemelham um pouco à realidade brasileira), em que os pesquisadores, em parte, executam apenas a “ciência pura” que não possui uma demanda social e econômica imediata e outra parte que busca a demanda social dos agricultores locais (ressaltando também que há muitos pesquisadores vinculados aos interesses do grande capital, que visam expandir a venda e patente de produtos). A partir disso, Bourdieu defende que a autonomia é necessária para conseguir mediar esses conflitos de interesses, mas ele atenta que os interesses externos no campo científico não podem ser totalmente desconsiderados já que eles também fazem parte das estruturas sociais.

É importante atentar que a autonomia do campo, assim como suas relações de força, não é fácil de se identificar ou medir o seu grau de autonomia, é variável e depende de cada caso específico. Bourdieu também ressalta que a existência do campo depende das práticas dos agentes, ou seja, a estrutura não é simplesmente apenas⁶, ele aponta que:

Pode-se, num primeiro momento, descrever um espaço científico ou religioso como um mundo físico, comportando as relações de força, as relações de dominação. Os agentes – por exemplo, as empresas no caso do campo econômico – criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram (BOURDIEU, P., 2004, p. 23).

Desse modo, o campo não é apenas construído por espaço físico, mas ele existe a partir das relações objetivas entre os agentes. Pode-se afirmar que os grupos de pesquisa no Brasil, na década de 1980, existiam não somente pelo espaço que ocupavam, (Unicamp, USP e outras grandes universidades públicas brasileiras) mas, principalmente, porque as relações objetivas existiam e eram favoráveis (como veremos

⁶ Relembrando que em seus estudos, Pierre Bourdieu entende o indivíduo como um agente, ele não prioriza as ações das estruturas, e as relações de dominação não são entendidas apenas de “cima para baixo”, mas há, constantemente, apropriações, negação e assimilação.

adiante, houve uma configuração nos cursos de História e a construção dos programas de pós-graduação, considerando também a preocupação com os acervos e documentos que resultou na formação de muitos grupos de pesquisadores).

Entende-se que os trabalhos desenvolvidos no campo acadêmico que envolve a temática, a publicação, o financiamento, entre outros, depende dessas relações objetivas entre os agentes. Quando buscamos compreender essas relações, nos aproximamos do modo como se organiza o ambiente acadêmico, “o que pode pesquisar hoje” e o “que não se pode”. Para Pierre Bourdieu;

É a *estrutura das relações objetivas* entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo (um economista, um escritor, um artista etc.) se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos “de onde ele fala” (BOURDIEU, P. 2004, p. 24).

Isso difere da perspectiva marxista que prioriza a condição de classe do indivíduo e a posição ocupada na estrutura social. Bourdieu entende que as relações objetivas são mais amplas e específicas. No entanto, o autor continua explicando o que é essa estrutura acadêmica e como ela age, entendendo que;

Essa estrutura é, *grosso modo*, determinada pela distribuição do capital científico num dado momento. Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todos os outros espaços (BOURDIEU, P. 2004, p. 24).

Assim, quem detém maior capital científico em um determinado período, exerce uma pressão sobre os demais agentes nos caminhos da pesquisa e daquele campo. Isso não quer dizer que os agentes sejam totalmente passivos a essas pressões, isso é válido para demonstrar que há uma postura acadêmica diferenciada dependendo de quem está no “topo” da hierarquia daquele espaço.

O capital científico é adquirido em relação aos outros agentes, ou seja, pelos próprios pares que garantem o crédito e a hierarquia. Esse capital é conferido a

partir de publicações e prêmios de destaque, dentro do próprio campo, por exemplo. Para Bourdieu;

Esse capital, de um tipo inteiramente particular, repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema (BOURDIEU, P. 2004, p. 27).

Pode-se afirmar que o campo demonstra autonomia porque cria regras próprias, sendo que essas normas só existem por meio de um consenso do campo. Considera-se que inclusive as inovações no campo científico também estão inseridas na sua própria lógica, ou seja, faz parte dessa estrutura objetiva. Entende-se que no campo da história, por exemplo, uma tese é construída enfatizando as “faltas” dos trabalhos anteriores (FICO, 1992), desse modo, a antecipação de tendências, como nomeia Pierre Bourdieu, já são esperadas e fazem parte do campo acadêmico. Para ele;

Essa arte de antecipar as tendências, observada por toda parte, que está estreitamente ligada a uma origem social e escolar elevada e que permite apossar-se dos bons temas em boa hora, bons lugares de publicação (ou mesmo de exposição) etc. é um dos fatores que determinam as diferenças sociais mais marcantes nas carreiras científicas (e isso é mais manifesto ainda na arte moderna) (BOURDIEU, P. 2004, p. 28).

Bourdieu aponta que as escolhas dos temas de pesquisa, assim como o próprio lugar de atuação científica, são estratégias acadêmicas. Para ele, assim como em um jogo, um bom cientista faz boas escolhas e aproveita as oportunidades oferecidas por aquele grupo. Entretanto, ressalta-se que há disputas intrínsecas a todo momento; entendendo que,

Há, portanto, estruturas objetivas, e além disso há lutas em torno dessas estruturas. Os agentes sociais, evidentemente, não são partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo (mesmo se às vezes se diz que há essa semelhança: caso se observem algumas evoluções políticas, como a do número de nossos intelectuais, como não dizer que a limalha segue realmente as forças do campo?). Eles têm disposições adquiridas – não desenvolverei aqui esse ponto – que chamo de *habitus*, isto é, maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, leva-los a resistir, a opor-se as forças do campo. (BOURDIEU, P. 2004, p. 28).

Como já mencionado, o campo não é imóvel, ele é construído por meio de relações de forças e de disputas. Denota-se que a diferença entre o jogo e o campo acadêmico está nas regras, pois no campo da ciência as próprias regras aceitas em “consenso” fazem parte de uma disputa pela representação de mundo. Desse modo, os agentes inseridos nessa estrutura e munidos de capital científico buscam estratégias para o controle ou a transformação da representação do campo.

Apesar do campo ser um espaço conflituoso e não homogêneo, Bourdieu explica que alguns aspectos consensuais da ciência são necessários para a construção do campo. Nesse sentido, destacam-se os métodos para a realização de teses e hipóteses, ou seja, um trabalho objetivo. O consenso sobre eles constrói uma representação “geral” do campo que confronta com outras representações, e essa relação de diferença com os “outros campos” mantém a existência real de um determinado campo científico. Sobre as diferentes representações, Bourdieu explica que,

aquilo com que se defronta no campo são construções sociais concorrentes, *representações* (com tudo o que a palavra implica de exibição teatral destinada a fazer ver e fazer valer uma maneira de ver), mas representações realistas que se pretendem fundadas numa “realidade” dotada de todos os meios de impor seu veredito mediante o arsenal de métodos, instrumentos e técnicas de experimentação coletivamente acumulados e coletivamente empregados, sob a imposição das disciplinas e das censuras do campo e também pela virtude invisível da orquestração do *habitus* (BOURDIEU, P. 2004, p. 34).

Portanto, o campo acadêmico assemelha-se ao campo econômico, sendo que envolve concentração de poder e capital e constantes relações de forças (também apropriação, dominação, monopólios etc.).

O autor entende que há dois tipos diferentes de capital científico: o primeiro seria o poder temporal que está relacionado com a ocupação de posições importantes dentro da instituição; um poder sobre os meios de produção da pesquisa (chefe de departamento, coordenador de programa de pós-graduação etc.). Um segundo capital é o poder específico que é adquirido na própria área de pesquisa “pura”, é um prestígio conquistado pelo reconhecimento dos pares, garantindo, por exemplo, algumas regalias de financiamento. Bourdieu atenta que esses dois modos de capital possuem maneiras distintas de acumulação:

As duas espécies de capital científico têm leis de acumulação diferentes: o capital científico “puro” adquire-se, principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, portanto aptos a conferir prestígio à moda de bancos de crédito simbólico, são o melhor indício); o capital científico da instituição se adquire, essencialmente, por estratégias políticas (específicas) que tem em comum o fato de todas exigirem *tempo* – participação em comissões, bancas (de teses, de concursos), colóquios mais ou menos convencionais no plano científico, cerimônias, reuniões, etc. -, de modo que é difícil dizer se, como como o professam habitualmente os detentores, sua acumulação é o princípio (a título de compensação) ou o resultado de um menor êxito na acumulação da forma mais específica e mais legítima do capital científico (BOURDIEU, P. 2004, p. 36).

Ainda, os modos de transmissão desses capitais são diferenciados: enquanto o “puro” é mais frágil e depende do poder simbólico da consagração, o capital institucional depende dos aspectos burocráticos gerais, como eleição, por exemplo, dependendo de um amplo trabalho de cooptação.

Adquirir esses capitais é um trabalho difícil e, como explica Pierre Bourdieu, depende da posição que o pesquisador ocupa na estrutura. O autor destaca que isso ocorre, frequentemente, entre os pesquisadores que acumulam um forte crédito científico que, posteriormente, levam a obter poderes econômicos e científicos, podendo ocorrer também um descrédito por conta disso, ressaltando que na área das ciências humanas isso é bem comum.

Salienta-se, também, que as disciplinas acadêmicas possuem necessidades de recursos e financiamentos, e alguns pesquisadores que estão envolvidos na administração conseguem controlar e manter recursos para a própria pesquisa. Assim, afirma-se que a estrutura pode ser invertida frequentemente, não são estáveis, atentando ao fato de que os conflitos intelectuais são, também, conflitos de poder. Sobre essa disputa de poderes e acúmulo de capital, Bourdieu destaca a importância do campo manter sua autonomia, segundo ele;

O que é certo é que, quanto mais a autonomia adquirida por um campo for limitada e imperfeita e mais as defasagens forem marcadas entre as hierarquias temporais e as hierarquias científicas, mais os poderes temporais que se fazem, com frequência, os retransmissores dos poderes externos poderão intervir em lutas específicas, especialmente mediante o controle sobre os postos, as subvenções, os contratos, etc. que permitem à pequena oligarquia dos que permanecem nas

comissões manter suas clientelas. Como as diferentes disciplinas científicas têm necessidade de recursos econômicos para se manter, em diferentes graus, alguns pesquisadores, às vezes convertidos em administradores científicos (mais ou menos diretamente associados à pesquisa), podem, por intermédio do controle dos recursos que lhe assegura o capital social, exercer sobre a pesquisa um poder que se pode chamar de tirânico (no sentido de Pascal), uma vez que não encontra seu princípio na lógica específica do campo (BOURDIEU, P. 2004, p.41).

Sendo assim, quando a autonomia está enfraquecida, as influências externas podem se apropriar de tomadas de decisões que não conferem à lógica específica do campo científico.

A necessidade de uma defesa da autonomia do campo científico é recorrente. Nesse texto de Bourdieu, o progresso da ciência só ocorrerá por meio dela, na sua função de mediadora dos conflitos, regulamentando as formas de competição, destacando a lógica e os valores de experimentação de cada campo específico.

Aponta também que é importante manter as diferenças de pontos de vista dentro do mesmo campo, a fim de destituir o absolutismo objetivista da instituição. Mas o que ocorre frequentemente é o oposto: há, constantemente, a supressão dos pontos de vista na busca pela homogeneização do campo, tudo isso por meio da “verdade” (prova) científica que garante legitimidade a uma determinada opinião.

Uma estratégia comumente utilizada pelos pesquisadores para universalizar e legitimar sua pesquisa e seus pontos de vista envolvidos é a demanda social do objeto em estudo. O autor explica que;

É assim, por exemplo, que a retórica da “demanda social” que se impõe, particularmente numa instituição científica que reconhece oficialmente as funções sociais da ciência, inspira-se menos numa preocupação real em satisfazer as necessidades e as expectativas de tal ou qual categoria de “clientes” (grandes ou pequenos agricultores, indústrias agroalimentícias, organizações agrícolas, ministérios, etc.), ou mesmo em ganhar assim seu apoio, do que de assegurar uma forma relativamente indiscutível de legitimidade e, simultaneamente, um acréscimo de força simbólica nas lutas internas de concorrência pelo monopólio da definição legítima da prática científica (BOURDIEU, P. 2004, p. 47).

A busca pela legitimidade, por meio da demanda social, tem por objetivo, além de criar uma legitimidade de determinada pesquisa, angariar acúmulo de capital

científico (sendo que as ciências ditas “puras”, longe da demanda social, acabam perdendo prestígio nessas disputas).

Esse exemplo sobre a “demanda social” está inserido em uma das grandes ambiguidades do campo acadêmico, que seria o antagonismo entre as “ciências puras” e as “ciências utilitárias”. Bourdieu atenta que essas divisões não são tão exatas assim e, utilizando-se de uma linguagem econômica, afirma que muitas “invenções” científicas ganham destaque e investimento e, posteriormente, tornam-se inovações.

O financiamento estatal das universidades garante que haja os dois modelos científicos (já que o Estado financia pesquisas que dificilmente seriam financiadas por empresas) e é esse financiamento que garante a autonomia da universidade frente às pressões econômicas. Sobre esse aspecto, Bourdieu exprime que;

O confronto de visões antagonistas que opõe a autonomia dos pesquisadores ditos “puros” à heteronomia dos pesquisadores “aplicados” impede de ver que aquilo que se confronta; na realidade, são duas formas, ambas relativamente autônomas de pesquisa, uma voltada, antes, pelo menos na intenção, para a invenção científica e participante (bem ou mal) da lógica do campo científico, a outra voltada, antes para a inovação, mas igualmente independente, para o melhor e para o pior, das sanções do mercado capazes de designar para si própria, fins igualmente universais de serviço público e de promoção do interesse geral (BOURDIEU, P. 2004, p. 58).

Assim, os dois modos de pesquisa são autônomos e a sua manutenção é importante, ambos complementam-se e colaboram para que sejam atendidas diferentes necessidades da sociedade.

No entanto, ao fim dessa conferência sobre *Os usos sociais da ciência*, Pierre Bourdieu aponta algumas soluções e reflexões que são necessárias ao campo científico. Ele afirma que a solução para os problemas acadêmicos é pensar coletivamente, o que ele denomina de “conversão coletiva” traria muitos ganhos ao campo, favorecendo, principalmente, a invenção científica e a inovação tecnológica. Para ele;

É só uma reflexão coletiva, capaz de mobilizar todas as forças vivas da instituição (e em particular, os pesquisadores mais ativos e mais inspirados, sobretudo entre os mais jovens) e todos os seus recursos (que seria preciso recensear e mobilizar e dar a conhecer a todos os membros da instituição), poderia conduzir a essa espécie de conversão coletiva que é a condição de uma verdadeira atualização (BOURDIEU, P. 2004, p. 65).

É necessário, portanto, aumentar a comunicação racional entre os agentes no campo, buscar entender os obstáculos e problemas específicos de cada campo e subcampo, e não buscar apenas interesses individuais. Buscando sempre lutar pela autonomia do campo e a regulamentação das suas práticas para que não se caia em atitudes tiranas, ou, uma ciência escrava de interesses que estão alheios à lógica do campo científico.

Essas reflexões apresentadas por Bourdieu são necessárias para compreender que as teses e dissertações, analisadas neste trabalho, fizeram parte de diferentes disputas internas e conflitos, ou seja, essas obras são resultados de um campo científico específico, o que implica em buscar entender alguns aspectos da dinâmica da pós-graduação em História no Brasil.

1.4. Algumas considerações da pesquisa histórica no Brasil em 1980

Para apresentar algumas características singulares dos anos de 1980 na pesquisa histórica no Brasil, mostraremos importantes dados coletados pelos pesquisadores Carlos Fico e Ronald Polito, em 1992. A necessidade desses levantamentos, publicados em formato de dois livros, ocorreu por conta da falta de documentação da produção historiográfica brasileira nos anos de 1990. Eles afirmam que a falta de informatização e de acesso às teses e dissertações fez com que, por muito tempo, os pesquisadores ficassem restritos apenas às obras de grande divulgação, não tomando conhecimento das pesquisas desenvolvidas no próprio campo.

Os autores partem da insatisfação das análises sobre o campo historiográfico no Brasil e a falta da reflexão sobre o próprio ofício do historiador. Apresentam a historiografia como uma disseminação social, sendo necessário sempre atentar à dinâmica econômica, política e social do período analisado, como, inclusive, ressaltamos no início do capítulo, pensando também na necessidade de compreender, como também já enunciou Pierre Bourdieu, as condições de consumo, reprodução e crítica. Os autores entendem que;

Pressupomos, para efeitos de nossa análise, que a produção do conhecimento histórico no Brasil atingiu, nos anos 80, um patamar de maior complexidade que vem a configurar uma efetiva especialização deste campo do conhecimento no país. Com isso se quer dizer que tal produção se dá abordando uma pluralidade de temas, enfoques

teóricos e procedimentos metodológicos muito grande, notadamente em comparação com os anos anteriores ao período dessa pesquisa. Da mesma forma, nos anos 80 assistiu-se à consolidação definitiva dos diversos cursos de pós-graduação, ao aumento dos periódicos específicos e a ampliação do interesse público pelos temas históricos (FICO, C.; POLITO, R. 1992, p. 20-21).

Acreditam que foi importante também a consolidação da universidade em seu sentido moderno, o que colaborou para reunir e produzir material de pesquisa que, anteriormente, estava pulverizado pelo país.

Muitos dos programas de pós-graduação no Brasil foram criados durante a década de 1970, mas começaram a colher frutos na década posterior, ressaltando que, apesar de a universidade ser o principal local de condensação, tinha-se outros centros de pesquisa (privados e públicos) que também passaram a desenvolver alguns trabalhos nas áreas de ciências humanas.

Apesar desse maior desenvolvimento nos anos de 1980, é importante destacar que as condições de trabalho ainda eram ruins, não havia organização de arquivos e também não havia base de dados (o explica, em parte, o grande número de trabalhos na Unicamp durante esse período devido à organização de um acervo desde 1975). Alguns dados apontados por Fico e Polito retratam o panorama acadêmico do período:

A pós-graduação em História, nos termos em que ela hoje se apresenta no país, iniciou sua implantação em 1971. Nos anos 70 é que se estabeleceu a maioria dos cursos até hoje existentes. Entre 1971 e 1974, foram instalados 8 cursos de pós-graduação, na USP, UFF, UFPR, PUC-SP, UFGO, PUC-RS, FFCLSJ/Bauru (posteriormente desativado) e UFPE. Todas essas pós-graduações eram cursos de mestrado, à exceção da USP, com doutorado em História Social e História Econômica. Na segunda metade dos anos 70, iniciaram suas atividades mais 4 cursos de mestrado, na UFSC, UnB, UNICAMP e UFRJ. Os anos 80 tiveram um número bem menor de cursos de mestrado criados, apenas 5, 2 entre 1980/1984 e 3 entre 1985/1989: UNESP/Assis (1980), UNESP/Franca (1980), UFRGS (1985), UNISINOS (1987) e PUC-RJ (1988). Temos, portanto, funcionando no fim dos anos 80, 16 cursos de mestrado e 5 de doutorado em História, o que representa um aumento de 75% em relação aos anos 80 (FICO, C.; POLITO, R. 1992, p. 33).

A predominância nesses programas de pós-graduação é a concentração dos estudos na área de História do Brasil, sob a perspectiva social e econômica caracterizadas por abordagens regionalistas.

Ao observarmos o volume dois do levantamento feito pelos autores, constatamos, além do grande número de estudos sobre o Brasil, as análises do período da Primeira República, assim como muitos estudos sobre a escravidão e sobre a “Revolução de 30” que trataremos mais adiante.

A organização de cada programa de pós-graduação não era homogênea, a Unicamp, por exemplo, consolidou um programa com abordagens mais específicas, enquanto a maioria dos outros cursos propuseram abordagens mais genéricas, que foi importante para a realização de alguns trabalhos de menor concentração como a História da América, por exemplo. Entretanto, Fico e Polito assinalam que as propostas mudavam bastante, o que torna difícil uma delimitação exata.

Desse modo, torna-se visível uma disparidade entre as universidades. Isso, segundo os autores, tem um aspecto positivo, por meio das preocupações em relação à teoria e à metodologia da história e as lutas em torno da criação de núcleos e centros de pesquisas no espaço universitário. O resultado disso foi a proliferação de publicações e criação de revistas para defenderem e divulgarem perspectivas específicas de pesquisa. É importante destacar que, nesse período, houve a aproximação da História com outras disciplinas e, dessa forma, muitos pesquisadores faziam mestrados e doutorados em áreas afins como Antropologia e Filosofia, por exemplo.

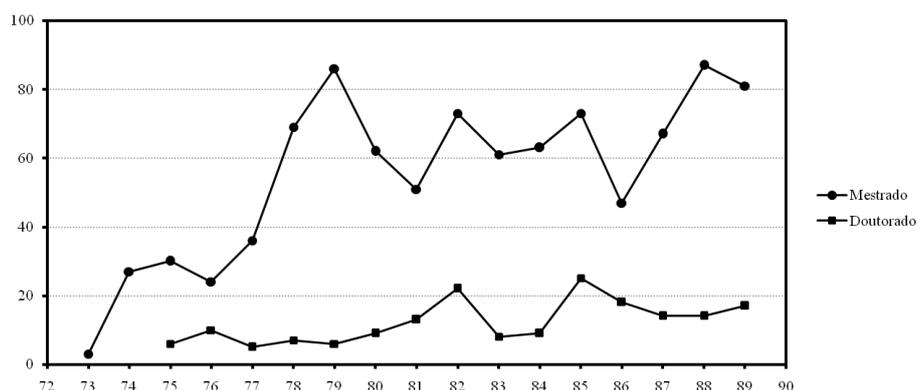
A ampliação do número de programas e a consolidação da pesquisa histórica resultou também no aumento de teses e dissertações defendidas durante a década de 1980. Na década de 1970 foram 275 dissertações defendidas e 34 teses. Já na década seguinte;

Os anos 80 apresentaram um número bem mais elevado de trabalhos, com 665 dissertações de mestrado e 152 teses de doutorado. Duplicou o número de dissertações e quadruplicou o número de teses. A média anual ficou em torno de 81 trabalhos, sem fortes oscilações no período, com um ligeiro crescimento para o fim da década (FICO, C.; POLITO, R. 1992, p. 42-43).

A maior produção de trabalhos científicos também foi consequência das demandas das agências de fomento (que se expandem nessa década) e também porque fazem parte da grade de conclusão de cursos (como os trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses).

O gráfico abaixo, adaptado dos dados apresentados pelos autores, mostra de forma bem clara o aumento no número dos trabalhos relacionados ao objeto de estudo desta dissertação. Nota-se alguns picos na produção que podemos relacionar à criação de cursos e ao número de anos para a defesa da dissertação ou tese (por exemplo, no curso da Unicamp criado na segunda metade de 1970, em decorrência de que o mestrado era feito em uma média superior a quatro anos, há um pico de defesas/conclusões em 1980).

Figura 1. Evolução do número de teses e dissertações defendidas nos cursos de pós graduação em História no país (1973-1989).



Fonte: FICO, C.; POLITO, R. 1992.

Sobre o tempo que era proposto para a realização dos trabalhos, os autores indicam que vai diminuindo com o passar dos anos e que, já na década de 1990, há a redução do período de realização do mestrado (o prazo vai diminuindo e, ao final da década de 1990, estabelece-se o prazo de dois anos de duração). Paralelamente a isso, houve um esforço para a padronização dos trabalhos (número de páginas, normas), o que contribuiu, também, para o fortalecimento dos programas que aumentaram seus níveis científicos.

Os autores apresentam dados que mostram os trabalhos que não eram da área de História do Brasil em minoria e ressaltam que, apesar da maior preocupação

com a teoria e a metodologia da história, houve um número muito pequeno de trabalhos que abordaram esses temas em si (apenas um trabalho pode ser classificado como de Teoria da História). Ressalta-se, ainda, que 85% dos trabalhos de História do Brasil abordavam o período republicano, segundo Fico e Polito;

Ainda a respeito dos trabalhos do período 80/89 sobre a República no Brasil, tem-se que 15,5% abordam de 1889 a 1964, 7,3% se estendem de 1930 até a contemporaneidade e 3,4% são trabalhos sobre todo o período republicano. A rigor, foi o espaço-tempo da República Velha o principal objeto de estudo nos cursos de pós-graduação, onde predominaram os trabalhos sobre as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro. De toda a República, destacou-se, também, um bom número de trabalhos sobre a Revolução de 30 e sobre o Estado Novo (FICO, C.; POLITO, R. 1992, p. 54).

Os enfoques metodológicos que os autores observaram nesses trabalhos são: História Social, História Econômica e História Política, nessa ordem. É interessante observar que, por mais que percebemos um crescimento de trabalhos sobre cultura (influência da antropologia e dos acalorados debates em torno da “nova história”), a predominância ainda era da História Social.

Entretanto, os autores salientam sobre o conceito de História Social utilizado pelos programas:

Para efeito deste momento da exposição, estamos trabalhando com um conceito amplo de História Social, que engloba estudos sobre a estrutura social, condições de vida de determinados grupos sociais, movimentos sociais, cotidiano, artes, literatura, família, mulheres, crianças, sexualidade, mentalidades, temas que perpassam aproximadamente 150 trabalhos. Neste grupo, ao menos metade dos estudos gira em torno do movimento operário, grupos de trabalhadores, sindicatos e o mundo do trabalho (FICO, C.; POLITO, R. 1992, p. 56).

Os autores também acrescentam que, na década de 1970, havia uma dependência externa desses programas de pós-graduação, principalmente dos brasilianistas, e que isso foi sendo superado nos anos 1980.

Destaca-se, também, o aumento do número de periódicos e artigos publicados em relação à década anterior. Todavia, a difusão não ocorria e as preocupações dos organizadores e autores pautavam-se mais na edição e no conteúdo. Nota-se também que, assim como nas teses e dissertações, não havia uma padronização de periódicos, além da pouca preocupação (e financiamento) com a regularidade das

publicações. Os autores também destacam que, devido à diversidade de temáticas e de grupos de pesquisa que se formam, ficou mais viável criar revistas específicas para cada grupo e/ou universidade, ou seja, uma valorização da publicação interna (dos acervos, por exemplo, CPDOC) (FICO, C.; POLITO, R. 1992).

É importante entender que, assim como apontam os autores, a publicação no formato de livro não é a melhor forma de compreender toda a dinâmica do conhecimento histórico produzido. Desse modo, optamos, nesta pesquisa, por analisar as dissertações e teses publicadas como um modo de recorte para não se estender muito na análise. Esse recorte indica a maior repercussão dos trabalhos, bem como suas relevâncias, devido aos trâmites das editoras.

Assim, concordamos com os autores que os artigos em periódicos, como abordamos acima, representavam melhor a demanda acadêmica do que o livro, considerando o formato. Mas, ao mesmo tempo, pode-se afirmar que, com o crescimento dos programas de pós-graduação, houve um aumento da demanda de livros específicos da disciplina de História. Sobre tal aspecto, os autores entendem que “certos temas, cuja publicação em livro é difícil, dada a alta especialização do assunto ou seu baixo apelo comercial, aparecem em artigos, o que significa que o mercado editorial não é índice mais seguro para se analisar a produção de conhecimento histórico em termos estritos” (FICO, C.; POLITO, R. 1992, p 61). Percebe-se, assim, que havia uma crescente demanda acadêmica que era suprida pelos pesquisadores que tinham uma possibilidade de publicação. Contudo, as revistas não conseguem, ainda na década de 1980, se especializarem em torno de um único tema, devido ao fato de a maioria dos programas serem mais genéricos, os periódicos acabam suprimindo essa demanda.

Nota-se também poucas publicações de dicionários e catálogos especializados, mas, concomitante a isso, houve um aumento significativo na reunião, organização e transcrição de fontes primárias. Uma própria ampliação nas fontes é verificada, passam a ser analisadas cartas, jornais, fotografias etc., destacando análises sobre o escravagismo e a República. Entende-se que “instrumentos de pesquisa e obras de referência, também em termos de transcrições, reproduções e fac-similares o volume de trabalhos é pequeno. [...] não obstante alguns setores parecem mais assentados em termos de organização e disponibilidade de informações, como o tema do escravismo e o período republicano no Brasil” (FICO, C.; POLITO, R. 1992, p 63).

A maior organização documental desses temas explica, em parte, o grande número de trabalhos realizados. No entanto, como apontou Bourdieu, o campo científico depende de relações de força, sendo assim, afirmamos que foi por meio da multiplicidade de fatores que se convergiram que a produção desses trabalhos serão analisadas no capítulo seguinte. Desses fatores, destacamos a agitação e emergência dos movimentos sociais, a abertura política, uma maior preocupação com os programas de pós-graduação e, por fim, as influências das mudanças dentro da própria teoria e metodologia da História. Todos esses tópicos são abordados ao longo do texto.

É importante destacar, como parte dos aspectos já citados, que a formação e consolidação de instituições de fomento à pesquisa e unidades universitárias colaborou para a ampliação do campo dos estudos históricos. A ANPUH (Associação Nacional de História), criada em 1961, buscava facilitar o diálogo entre os historiadores. Apesar de ser importante para a organização do conhecimento, a ANPUH não era um centro gerenciador de pesquisas e não possuía um banco de dados sobre a produção acadêmica do campo.

Isso abriu espaço (necessidade) de consolidação de dois principais grupos de pesquisa: Centro de Memória da Unicamp (1985) e Instituto de Estudos Avançados da USP (1986). Percebemos que os anos de suas formações foram posteriores às conclusões de célebres trabalhos, ou seja, já demonstrava uma consolidação científica (FICO, C.; POLITO, R. 1992).

Sobre a promoção de eventos, destaca-se que a ANPUH patrocinou a maioria deles, no entanto, outras instituições também atuaram na organização desses eventos, como a SBPH (Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica), a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Muitos desses eventos contaram com o apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico), da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). Essas promoções foram possíveis devido à abertura política, e buscaram, ao longo dos anos, montar reuniões e seminários sobre a produção do conhecimento histórico no país (FICO, C.; POLITO, R. 1992).

Fico e Polito também atentam para as temáticas dos eventos realizados e destacam que:

A República foi bastante enfocada no período, em função do centenário da Proclamação de 1889 e dos 50 anos da Revolução de 30 e da Revolução de 32. Destaque-se, a propósito, o “Seminário Projetos Políticos no Brasil Republicano”, realizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP, de 22 a 26 de setembro de 1986, onde os principais estudiosos do assunto estiveram presentes apresentando seus trabalhos. No campo dos temas tipicamente republicanos também tivemos o “Seminário sobre a Revolução de 30”, promovido pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, a partir de 22 de setembro de 1980, e o “Colóquio Estado Novo (1937/1945) e Autoritarismo no Brasil: uma avaliação histórica”, promovido pelo Departamento de História da UFRJ de 3 a 6 de novembro de 1987 (FICO, C.; POLITO, R. 1992, p. 97).

A temática desses eventos confirma também o grande número de pesquisas sobre o período republicano brasileiro. Os autores ressaltam que, dos 167 eventos registrados durante a década de 1980, apenas 36 anais foram publicados, isso condiz com as afirmações acima sobre “os primeiros passos” da consolidação da pesquisa histórica, ou seja, era um projeto em desenvolvimento.

Outro aspecto importante a ser destacado é a relação entre as editoras e os livros de História. Em 1980, as edições se tornaram mais cuidadosas e houve um grande aumento no número de traduções, surgindo, assim, novas editoras. Os autores destacam que, apesar disso, não é fácil encontrar muita documentação sobre elas, porque a maioria mudou de nome, fechou etc. Eles destacam três editoras que mais publicaram livros de História na década de 1980: a Brasiliense, a Ática e a editora Vozes, e afirmam que:

Ainda que a Brasiliense tenha perdido posições do ponto de vista geral, foi ela a editora que mais publicou livros de História entre 1980 e 1989, em número de títulos em primeira edição ou reeditados, principalmente em função de suas coleções, notadamente “Tudo é História”. A Ática confirmou seu movimento ascensional e, de maneira semelhante à Brasiliense, ampliou suas coleções de História. Destaca-se, entre os empreendimentos editoriais do período, a Companhia das Letras que, em termos de livros de História, em pouco tempo já alcançou posição entre as que mais publicaram (FICO, C.; POLITO, R. 1992, p. 119).

A localização dessas editoras, em sua maioria, são em São Paulo e Rio de Janeiro. Essas coleções - principalmente em formato de bolso - atendia às demandas do ensino superior e também representavam uma tendência historiográfica, sendo que a predominância das obras era acerca dos temas de História do Brasil, enfaticamente Brasil Republicano.

Essas coleções também tinham como consumidores um público mais amplo, e, desse modo, houve constantes reedições de obras consideradas relevantes. Em meio a tudo isso, muitas teses e dissertações foram publicadas, Fico e Polito apontam que 65 dos trabalhos concluídos na década de 1980 foram publicados em formato de livro. Eles explicam que;

Essas coleções e outros livros importantes publicados pelas editoras citadas, cujas oferta e demanda são predominantemente acadêmicas, são uma parte, ainda que a mais substancial tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, do universo das publicações em História. Os interesses do leitor definem também, em larga medida, a produção do mercado editorial, ainda que o leitor potencial de hoje seja o próprio contingente acadêmico, além do leitor médio comum, o que explica a preponderância mencionada (FICO, C.; POLITO, R. 1992, p. 126).

Assim, é estabelecido um laço entre a academia e o mercado. As reedições também marcam uma reconhecida importância da grade curricular e a consolidação de determinadas disciplinas e debates.

Sobre as traduções, os autores destacam que os idiomas mais traduzidos eram o inglês, o espanhol e o francês, destacando, por exemplo, muitas traduções da obra de Michel Foucault e dos *Annales*. Parte disso é conferido também nas dissertações que serão analisadas no capítulo seguinte. Entretanto, ao observar os levantamentos realizados por Fico e Polito, já percebemos, pelos próprios títulos, uma grande influência dos autores ingleses e franceses nos trabalhos produzidos em 1980. Sobre a relação entre as editoras e a academia, os autores entendem que;

o mercado editorial absorveu parte do que se produziu na academia, privilegiando determinados campos, como o da História Política, seguido pelos da História Social e Econômica. Se não há demanda mais especializada ou interesse do público extra-acadêmico, não há investimentos em tradução ou editoração (FICO, C.; POLITO, R. 1992, p. 133).

Desse modo, as editoras investiram em traduções e edições porque havia um público leitor dessas obras, não somente o público universitário, mas também um setor mais amplo de interessados.

Algumas datas “especiais”, como já mencionado, também influenciaram os intelectuais e historiadores a estarem na mídia. Dessa maneira, houve um interesse pela História, em parte, pela conjuntura política do país que colaborava para isso. Esse

destaque foi positivo, sendo expresso, inclusive, na demanda das editoras, elucidando uma busca maior pelo conhecimento histórico.

Em termos de conclusão sobre esses aspectos da pós-graduação no Brasil, é necessário entender que o aumento do número de trabalhos e da pesquisa histórica não foi um aumento apenas quantitativo, mas também qualitativo, pois foram intensos os debates teóricos e metodológicos. Destacou-se também o novo papel da universidade pública, preocupada com novos problemas e buscando consolidação na democracia instaurada.

Para além da prevalência de alguns temas (Primeira República/História do Brasil), é importante ressaltar que houve o aumento do interesse por temas novos, como a sexualidade, estudos culturais, religião etc. Sobre os estudos da classe operária realizados no período, é importante destacar que;

Embora haja uma grande produção de trabalhos sobre o tema (operariado nacional), notam-se algumas resistências nos espaços de reprodução, circulação e consumo: a crise teórica do marxismo e os problemas políticos da esquerda certamente tem a ver com este processo e, portanto, não foi por acaso que alguns autores buscaram alternativas, desde as análises menos deterministas e mais subjetivistas do operariado, até o simples abandono do tema (FICO, C.; POLITO, R. 1992, p. 180).

Apesar de alguns exíguos incentivos privados, foi a pós-graduação financiada pelo Estado brasileiro a grande responsável pelo crescimento e pelo desenvolvimento do conhecimento histórico no período.

Assim, entendemos que a conjuntura política do período que se destacou pela abertura democrática, somada à emergência dos movimentos sociais (distintos) colaboraram e influenciaram o desenvolvimento das pesquisas históricas e o próprio campo científico, que se configurou, pois a função do historiador se expandiu também.

Essa reflexão aqui realizada se faz necessária para compreender o panorama no qual as fontes analisadas neste estudo foram escritas.

Destaca-se que a produção das pesquisas no âmbito da história operária está intrinsecamente relacionada à emergência dos movimentos sociais, ao espaço de produção acadêmico e à falta de modelos explicativos. Isso fez com que, a partir de meados da década de 1970, houvesse um significativo incremento da leitura de autores

estrangeiros até então pouco difundidos no Brasil, como Edward Palmer Thompson, Michel Foucault, Cornelius Castoriadis etc.

As fontes selecionadas para esse estudo demonstram a tentativa dos pesquisadores em romper com antigos padrões analíticos, inserindo novas teorias e novos métodos aos antigos sujeitos: os anarquistas do início do século XX (HEBLING, C. 1988; RAGO, M. 1984; MUNAKATA, K. 1984; MAGNANI, S. 1982; HARDMAN, F. 1984), a classe operária silenciada em 1930 (DE DECCA, E. 1981; VESENTINI, C. 1997;) e, ainda, o estabelecimento de estudos que relacionaram a emergência dos novos movimentos sociais com a história operária brasileira (MUNAKATA, K. 1980; PAOLI, M. 1982; MARONI, A. 1982).

Nos capítulos que se seguem serão analisadas as fontes citadas acima, destacando os principais aspectos teóricos e metodológicos que cada obra traz, além de compreender como se deu essas mudanças conjunturais no país, observadas e a inserção de novos debates historiográficos no âmbito acadêmico. Observa-se também que a maioria dos trabalhos enfatizaram as práticas operárias do início do século XX, sob influência anarquista, no entanto, não se deixou de lado análises sobre o período de 1930, e a própria década de 1980.

Esses trabalhos apresentam uma classe operária ativa que reestruturou suas práticas e suas ações em cada período específico da história brasileira, enfatizando a criatividade, a resistência e a riqueza do cotidiano dos trabalhadores ao longo das décadas no país.

CAPÍTULO II: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DAS FONTES

Como observado no capítulo anterior, nos anos 1980 houve a expansão do mercado editorial no Brasil, em que as editoras tenderam a uma maior profissionalização e o processo editorial tornou-se mais cuidadoso. Em paralelo, houve uma relação mais intrínseca entre as editoras e a academia (FICO, C.; POLITO, R. 1992, p. 125). Assim, nesta pesquisa, as fontes selecionadas para análise buscam expressar essa relação entre os debates, a produção acadêmica e a publicação editorial.

As fontes analisadas, em sua maioria dissertações ou teses acadêmicas, publicadas como livros, excedem essa delimitação (1980) por serem obras referenciais que trouxeram grande reflexão para o período, como, por exemplo, *A legislação trabalhista no Brasil*, de Kazumi Munakata, cujo autor produziu uma gama de artigos e trabalhos que também influenciaram debates e pesquisas. Entretanto, essa obra que analisamos é um pequeno livro para iniciantes no campo da história, que circulou bastante no período (MUNAKATA, K. 1984), e demonstram um sucinto panorama dos estudos realizados na década de 1980.

Para facilitar a análise e a compreensão ao leitor, optamos por apresentá-la em duas partes: uma descrição detalhada neste capítulo, em que serão discutidos os objetivos dos autores em seus respectivos trabalhos, atentando também para as críticas que eles tecem à historiografia até então hegemônica, e uma análise teórica e metodológica no capítulo seguinte.

2.1. A produção acadêmica: objetivo dos autores(as) e suas críticas à historiografia

Neste tópico atenta-se para os objetivos das publicações dos anos de 1980. Iniciemos com um trabalho que obteve grande destaque no período: *A estratégia da Recusa* (MARONI, A. 1982), livro publicado pela editora Brasiliense, que contempla a dissertação de mestrado em História de Amnérís Maroni, defendida em 1982 e publicada no mesmo ano. O estudo é relevante ao levarmos em consideração os estudos de Fico e Polito que ressaltam que o tempo médio entre a defesa de uma dissertação ou tese, bem como a sua publicação, levam de dois a três anos (FICO, C.; POLITO, R., 1992, p. 131).

O trabalho de Maroni consiste em uma análise meticulosa sobre as comissões de fábrica e suas estratégias de “recusa” frente à organização do trabalho, cujo recorte temporal é centrado nas greves ocorridas em maio de 1978, em que ela observou comportamentos distintos em diferentes greves. Analisando essas comissões a autora ressalta que a luta operária se dava não somente de modo explícito (greves), mas também no cotidiano e era implícita, compreendendo que,

A luta operária expressa por meio de uma estratégia da recusa que subverte o tempo das cadeias de montagem. Ao invés do automatismo da produção, a reinvenção de um outro tempo nas paralisações, greves, operações tartarugas, absenteísmo etc., e a reapropriação do espaço de racionalidade do capital convertendo a fábrica num campo de luta (MARONI, A. 1982, p. 13).

Assim, a autora não analisa os comportamentos “políticos previsíveis”, mas busca entender as resistências cotidianas, discordando dos estudos acadêmicos que priorizavam apenas a ação sindical do movimento operário.

Maroni tece algumas críticas relevantes sobre as análises historiográficas anteriores. Segundo a autora, além de priorizarem a ação sindical, muitos pesquisadores reproduziram o “mito” de que esses operários das indústrias automobilísticas estavam em processo de ascensão social e até a formaram uma certa “aristocracia operária”⁷. A autora desconstrói essa afirmação, observando que, com a inserção de novas tecnologias nas fábricas, houve a expropriação do “saber” do operário e uma maior individualização do trabalho, desse modo, as formas de resistência buscaram o controle sobre o processo de produção, e assim desenvolveram-se novas práticas. Ela destaca que a nova racionalidade do trabalho é utilizada como modo de resistência se observarmos, por exemplo, as “operações tartarugas”.

A autora aponta que as comissões de fábricas diferiam dos sindicatos por possuírem uma ação mais espontânea e uma maior proximidade com o operariado no cotidiano, ou seja, um grupo mais informal:

as comissões de fábrica não podem ser analisadas como forma organizativa *autônoma* em relação ao processo de trabalho, nem como um *projeto político* exterior à resistência operária [...] foram uma reinvenção que se estruturou e se definiu a partir das práticas de resistências difusas existentes no interior das fábricas (MARONI, A. 1982, p. 69).

⁷ É necessário ressaltar que dentre os setores industriais os empregados do setor automobilístico tinham um salário superior e mais acesso aos bens de consumo.

Desse modo, Amnéris Maroni entende que as comissões não são uma forma de “organiza o pronta”, ou um produto final, e sim o lugar do conflito, criado espontaneamente no momento da luta.

Maroni analisa a atua o das comissões de fábrica em três empresas diferentes (Massey, MVW e Caterpillar). Na MVW, as comissões eram indicadas pelos próprios chefes, caracterizando o que ficou conhecido como “peleguismo”; já na Massey, os chefes eram excluídos das assembleias e, ainda, os trabalhadores também enfatizavam a luta pelo reconhecimento das comissões. Na Caterpillar, eles tiveram uma a o mais intensa: por meio dos estudos sobre o processo de trabalho, a comissão conseguiu formar uma solidariedade horizontal entre os trabalhadores e influenciaram a mesma organiza o em outras fábricas. Esses três exemplos demonstram o caráter difuso das comissões e também sua diferencia o em rela o a burocracia sindical.

Nesse sentido, Maroni aponta que as comissões recuperaram os conflitos internos das fábricas e, principalmente, a fábrica como o lugar de luta e não os sindicatos. Segundo a autora, esse “novo” espaço de luta - a fábrica -, aos poucos vai sendo apropriado pelos sindicatos. Essa tentativa de apropria o sugere uma “disputa” pelo espaço fabril, entre as comissões, o capital e os sindicatos de esquerda (PCB).

Sendo assim, as comissões de fábrica transcendem a luta salarial, evidenciando também a busca pelo “controle” da organiza o do trabalho. Maroni sintetiza que “as *comissões de fábrica* materializaram essa resistência   medida que se *recusaram a reproduzir a estrutura fabril*, expressando em sua organiza o mesma a resistência aquela estrutura” (MARONI, A. 1982, p. 115). De modo geral, as comissões não constituíram uma alternativa para o movimento operário, mas demonstraram ser um canal de explicita o social.

Após essa breve apresenta o das propostas estudadas por Amnéris Maroni, nosso olhar recairá sobre um artigo da socióloga Maria Célia Paoli, intitulado *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros* (PAOLI, M. 1982), que abriu um intenso debate sobre a história do movimento operário nos anos de 1980. O artigo foi apresentado no Encontro Brasileiro de Antropologia, no Rio de Janeiro (UFRJ), em 1982. Possui uma importante discussão teórica que será enfatizada em t picos posteriores, porém, cabe aqui apresentar o objetivo deste tão renomado trabalho que, assim como Amnéris, traz um “novo” objeto de análise.

A autora busca compreender os movimentos grevistas durante todo o governo de Getúlio Vargas, desconstruindo a hipótese de que aquele haveria sido um período “amorfo” do movimento operário. Também ressalta e problematiza o ano de 1930 como marco de análise.

Paoli, ao estudar as décadas de 1930 e 1940, já indica no título do seu artigo o seu entendimento de que o registro brasileiro da história operária fala “em nome da classe”, não sendo uma expressão direta dos trabalhadores, ou seja, quem escreve a história operária não são os operários, uma vez que deve-se considerar a produção militante, mesmo que a maior produção seja acadêmica. Segundo Paoli, isso advém da forma como os pesquisadores ainda naturalizavam as relações entre “dominantes e dominados” e, ainda, aceitaram o “mito” de ingenuidade e da passividade da classe operária brasileira.

Assim como Amnérís Maroni, Paoli destaca que a fábrica não é apenas um espaço de luta econômica, mas também é entendida como um espaço de pensamentos e estratégias políticas. Segundo a autora, “o insucesso destas ‘pequenas lutas’, certamente mais frequente, dada a espantosa repressão, não anula a enorme importância desse campo de luta no engendramento da luta de classe” (PAOLI, M. 1982, p. 24). Desse modo, ela busca romper com os modelos de análise já estabelecidos, que naturalizavam as relações e as lutas da classe operária. Paoli entende que após 1930, e depois com a criação do Ministério do Trabalho, inaugura-se o Estado⁸ e, assim, ele se torna referência obrigatória para a luta de classes, redefinindo o cenário da luta e seus atores (PAOLI, M. 1982, p. 28).

Esse deslocamento da história para o Estado oculta outros aspectos do período e das lutas dos trabalhadores. A autora afirma, nesse sentido, que a Crise de 1929 teve um peso na indústria nacional, principalmente no setor têxtil, em que se buscavam novas estratégias de exploração (dispensam-se operários, mas o ritmo da produção não podia ser atingido). Assim, em 1931, iniciam-se algumas paralisações em consequência do desemprego e da crise, ressaltando que

o fato de que, embora tais leis sejam encaminhadas fundamentalmente pelos sindicatos, o espaço da fábrica é o lugar de mobilização constante e, em alguns casos, é tomado pelo movimento, como

⁸ Refere-se aqui às políticas trabalhistas realizadas durante o período do Estado Novo e Governo Vargas.

aconteceu na Matarazzo e na Crespi em julho de 1931(PAOLI, M. 1982, p. 30).

Em meio a esse cenário de resistência às novas formas de exploração, o Estado se apropria dos conflitos trabalhistas. Assim, ele se insere na disputa pelo espaço fabril, interferindo diretamente no mercado de trabalho.

De acordo com a autora, os trabalhadores fizeram muitas das greves no período de 1931 a 1935. Nessas manifestações destacam-se a luta pela jornada de oito horas de trabalho e a regulamentação do trabalho infantil e feminino, que estavam em pauta desde 1910. Salienta-se que as greves de 1935 também se concentravam em combater as prisões arbitrárias dos líderes sindicais, assim a luta se configura em dois objetivos: contra os patrões e contra o Estado. Ao apresentar as greves ocorridas nesse período da história brasileira, Paoli busca enfatizar que, mesmo com um número reduzido de trabalhos que analisam esse recorte, os trabalhadores não estavam “inertes” aos acontecimentos, pelo contrário, mantiveram suas lutas das décadas anteriores. Destaca também as greves que ocorreram logo após a Segunda Guerra Mundial, de 1946 a 1948, ao afirmar que, durante o período da guerra, os industriais brasileiros “deitaram e rolaram” sobre os trabalhadores, o que acarretou no aumento da exploração. Nesse sentido, muitas denúncias relatam que as fábricas tinham uma jornada de dez horas de trabalho por dia, e o operário se sentia ameaçado pela miséria e também pressionado pelas indústrias. Para a autora,

O que constava nestas greves e mobilizações não era o pensamento sobre a democratização, o programa dos comunistas ou o discurso anti-totalitário, mas as práticas sociais contemporâneas vividas por muitos trabalhadores, em muitos espaços produtivos diferentes, das relações efetivas do cotidiano proletário (PAOLI, M. 1982, p. 50).

Paoli destaca também, assim como Maroni, que, inúmeras vezes, as comissões de fábrica tinham mais influência nos movimentos reivindicatórios do que os sindicatos, todavia, algumas lutas assumidas por sindicatos foram eficazes, o que demonstra que não é um campo de análise homogêneo. Compreende-se, portanto, que o objetivo da autora é desmistificar a história operária escrita a partir do privilegiamento do Estado, trazendo em seu trabalho as resistências dos trabalhadores durante o Estado Novo e o pós-guerra, atentando para as resistências cotidianas no espaço fabril. Assim, afirma que tais atores não foram passivos, e entende que,

o Estado não cria nada além de sua própria dominação: ou seja, os órgãos do poder fazem e refazem os obstáculos para a movimentação dos atores, reprimindo sua expressão, proibindo seus espaços, isolando sua comunicação, impedindo o desenrolar de sua prática coletiva. O cenário brilhante inovador e visível montado pelo Estado Novo [...] ofusca os atores e as relações entre eles (PAOLI, M. 1982, p. 55).

Ao desmistificar o discurso oficial, encontram-se práticas e resistências operárias em um “lugar” antes não considerado pela historiografia: a fábrica.

Seguindo essa preocupação com a história operária após/durante a década de 1930, cabe apresentar aqui um trabalho que influenciou diversos debates e mudou alguns pressupostos da historiografia: *1930: O silêncio dos vencidos* (DECCA, E. S., 1981), do historiador Edgar Salvadori De Decca, publicado pela editora Brasiliense, é resultado de sua tese de doutorado defendida (concluída) em 1979 (USP), trabalho orientado por Carlos Guilherme Mota. Observa-se que o caso de Decca exemplifica o lento processo para a publicação de teses apontado por Fico e Polito, pois levaram-se dois anos entre a defesa da tese e a sua publicação em livro (FICO, C.; POLITO, R. 1992).

Nessa obra, Decca busca romper com a ideia de “Revolução de 30” muito naturalizada por pesquisadores, criticando, assim, o que ele chamou de mito dos tenentes e o Estado como agentes únicos. Em sua análise, pautada sobre a ótica da classe operária, o autor utiliza o exemplo do Bloco Operário e Camponês, o BOC, e desenvolve meticulosamente os conceitos de Revolução, Industrialização e Democracia, exemplificando cada um deles.

O prefácio do livro é um debate escrito pela filósofa Marilena Chauí que problematiza o trabalho intelectual e os marcos naturalizados pelos pesquisadores. Segundo Chauí, a “Revolução de 30” foi fundada na memória dos dominantes e reproduzida sem questionamento pelos historiadores e pela esquerda. Desse modo, o trabalho de Decca busca desnaturalizar e desmontar essa construção da classe dominante. Para Chauí,

“Revolução de 30” é um dispositivo ideológico para ocultar a luta de classes durante e após esse momento histórico, graças ao discurso, à prática e à memória do vencedor, elevados a condição de memória histórica (DECCA, E. S. 1981, p. 16).

Periodizar e nomear o “lugar” da história é um ato de poder. Assim, 1930 foi construído como uma representação de uma revolução única.

De Decca ressalta que para compreender a construção do marco de 1930, é necessário voltar para 1928, um período histórico em que havia um debate sobre as possibilidades históricas. Cada classe possuía um projeto de organização social da sociedade, inclusive a classe operária - por meio da criação do BOC (Bloco Operário e Camponês) -, e tal retorno serve para desconstruir a ideia de que a indústria brasileira era débil: “De Decca não nos mostra a desorganização da classe operária, mas, ao contrário, aponta o insucesso político de uma *determinada forma de organização* do proletariado” (CHAUÍ, M. In: DECCA, E. S. 1981, p. 27).

O autor, ao criticar o silêncio imposto e naturalizado sobre a história operária na “Revolução de 30”, entende esse acontecimento sob a perspectiva da Revolução Burguesa, pois,

Revolução de trinta e o tema da industrialização, dois registros de memória constituídos no fazer a história, no exercício de dominação em curso desde o final da década de 1920 e o *tema da revolução burguesa*, também uma memória histórica de atores políticos que, nesse período, pretenderam contrapor-se politicamente às práticas das classes dominantes. Contudo, hoje são patrimônios do saber acadêmico e, elevados à categoria de *objeto* pelas análises em curso, ocultam seu próprio fundamento, enquanto discursos que suportaram práticas sociais específicas (DECCA, E. S. 1981, p. 40).

Nesse sentido, é necessário, de forma constante, que as construções desconstruam os discursos dominantes, além de repensar sobre os intelectuais que discorrem sobre esses temas.

Ainda de acordo com De Decca, 1930 é entendido como um divisor de águas em o que vem depois é visto como uma nova consciência: a nação antes tida como objeto, depois de 1930, torna-se uma “nação sujeito” e, assim, ocultam-se os conflitos de classes. Decca afirma que “como uma memória histórica a revolução de trinta legitima o exercício do poder ao definir o campo simbólico através do qual todo o social deve-se homogeneizar (DECCA, E. S., 1981, p. 78)”.

Para construir sua hipótese, o autor trabalha com as propostas políticas de organização da sociedade que começaram a se destacar no Brasil a partir de 1928. Ele aponta três tendências: i) os tenentes, que foram privilegiados pela historiografia, que

tinham certa autonomia em relação ao Estado e à sociedade civil, ii) o Partido Democrático (PD) que defendia os segmentos médios urbanos e mantinha uma relação mais próxima (estratégica) com a classe operária e iii) o Bloco Operário e Camponês (BOC) que representava uma parcela da classe operária, pois atacava as tendências anarquistas e buscava se fortalecer como um partido resultante da consciência de classe.

Sendo assim, como já mencionado anteriormente, De Decca entende que tais propostas caminham para uma perspectiva de Revolução Democrática Burguesa em que se suspende o conflito entre capital e trabalho, criando um inimigo comum: as oligarquias, entendidas como “feudais” e, em defesa da nacionalização do país, confronta o “imperialismo”. Desse modo, tais correntes têm uma visão diferente sobre como se dará a revolução, mas têm uma imagem semelhante sobre a construção de um Estado revolucionário, segundo De Decca,

A imagem de um Estado criado por uma revolução capaz de não só conter as demandas da oligarquia – o grande capital financeiro internacional transfigurado – como também de dirigir o povo e a nação contra os falsos guias da própria política parlamentar. Nação escravizada pelo capitalismo internacional, indefesa frente à voracidade dos grandes magnatas, que teria no Estado – como encarnação da Revolução Brasileira – a garantia de trilhar o futuro com seus próprios passos (DECCA, E. S., 1981, p. 134).

Isto posto, para combater as oligarquias cria-se um forte discurso sobre a industrialização. Ressalta-se que os problemas entre o empresariado e o Estado passam a ser discutidos e, assim, define-se um novo projeto de dominação social. O autor destaca a fundação do CIESP que à época era uma associação formada por pequenos e médios industriais que combatiam os monopólios e o protecionismo.

Assim, a industrialização surge como um projeto, sendo que a sociedade se reorganizará de acordo com a indústria, usada também como sinônimo de nação. Esse discurso representa uma consolidação do liberalismo no Brasil que investia na construção da fala científica sobre a fábrica, como também menciona Amnérís Maroni, ao afirmar que houve uma racionalização da indústria. Entende-se que essa empresa intelectual buscava, entretanto, combater a revolução social do proletariado por intermédio de sua pedagogia liberal.

Após ressaltar a formação de diferentes projetos revolucionários e o tema da industrialização no Brasil, o autor apresenta os problemas entre a questão

democrática e a participação operária. De Decca aponta que “a democracia era entendida na base de uma dada regulamentação – nos limites dos enunciados liberais – como expressão de um sujeito universal, o povo que definia os representantes para o exercício do seu governo” (DECCA, E. S. 1981, p. 26). Desse modo, observa-se que esses dirigentes da classe operária há muito já reivindicavam seus direitos sociais e entendiam que o “sujeito-universal” comportava também os trabalhadores, exigindo uma participação parlamentar - o BOC.

O problema democrático diz respeito a essa inserção operária no jogo político que por um lado era renegado e, por outro, aceito como estratégia de controle da própria classe operária. Entretanto, houve o combate progressivo às leis sociais que isolavam duplamente o operariado: reavaliando seus direitos já adquiridos e fechando as organizações da classe, tudo isso justificado pelo discurso da ordem que marginalizava as greves ocorridas nesse período (1929). Desse modo, “o Bloco Operário e Camponês viveu, portanto, como experiência histórica pioneira de um partido de trabalhadores, todas as polarizações políticas do período de 1928 a 1929” (DECCA, E. S. 1981, p. 201).

De Decca conclui que essa questão democrática desmascarou as forças políticas dominantes. Ao ressaltar a prática do BOC como uma experiência operária, o autor desconstrói a historiografia oficial que priorizou unicamente os tenentes como agentes da “Revolução de 30”. Ao discorrer sobre as diferentes disputas de projetos políticos existentes e alianças forjadas em 1928, rompe com modelos explicativos tradicionais demonstrando que houve o “sufocamento” da classe operária e que, posteriormente, tal “sufocamento” também ocorreu no âmbito das discussões democráticas.

Essa discussão de Decca reflete as preocupações e anseios da historiografia que marcaram os anos de 1980. No entanto, há uma obra de muita reverência que circulou no mesmo período que analisa a construção de 1930: *A teia do fato* (VESENTINI, C. 1997), do historiador Carlos Alberto Vesentini. Tal obra é fruto de sua tese de doutorado, defendida em 1982 na USP, orientada por Fernando Novais, e só foi publicada em 1997 pela editora Hucitec, integrando a série “Teses”. O que deve se ressaltar nessa obra é que Vesentini e De Decca escreveram juntos um artigo intitulado “A Revolução do Vencedor”, que teve grande circulação na década de 1980,

cuja ideia central é parte da tese de Carlos Alberto Vesentini. Por isso será trabalhada aqui, mesmo considerando que sua publicação ultrapasse o recorte temporal, por uma boa razão.

Vesentini analisa como 1930 foi construído como um fato, definido como ação e criação. Essa construção se deve à difusão da memória do vencedor, que também foi apropriada pela própria historiografia. Assim como De Decca, o autor analisa os diferentes projetos de transformação social, criticando enfaticamente a historiografia que reproduziu a memória do vencedor sem desconstruí-la.

Primeiramente é necessário compreender que o autor trabalha com a ideia de fato como algo herdado, um passado do qual não participamos, mas do qual temos “memória”, sendo que a memória é um terreno “escorregadio”, uma vez que é constantemente reapropriada e reelaborada, ou seja, possui um caráter fragmentado.

Ao analisar depoimentos de alguns envolvidos que presenciaram o fato, como no caso de Carlos Lacerda, Vesentini percebe que é estabelecida, automaticamente, uma relação entre o indivíduo e o geral, tenentes e liberais são rememorados porque todos sabem que eles estavam lá. O autor explica que isso é possível porque há um conjunto de representações comum a todos. Sobre esse campo comum de memória coletiva o autor aponta que,

Como pressuposto de qualquer lembrança, como ponto comum a qualquer análise, o fato apresenta-se como marco, ao qual se procura referenciar um mundo de questões, as quais teriam tido previamente, no pensamento, algum grau de realização e de existência lá (VESENTINI, C. 1997, p. 44).

Tais considerações facilita a compreensão dos tenentes como únicos agentes históricos em 1930, por estarem presentes e possuírem um projeto de reorganização social. Assim, uma ação coletiva de um grupo e sua ideia se misturam, constituindo um “legítimo” fato histórico. Outro fator apresentado por Vesentini, que demonstra o não questionamento do fato, é a interpretação de 1930 como resultado, elencando os fatos desde a crise do café de 1929, reforçando o “resultado”, ou como afirma o próprio autor; “aceita-se o resultado e nada se revê porque o herói se explica” (VESENTINI, C. 1997, p. 60).

Ao observar parte do material didático produzido no Brasil, o autor observa que o livro didático se prende ao fato, criando eventos periodizadores,

reduzindo ideias e fatos, caracterizando-se apenas como uma biografia nacional. Para Vesentini, o material didático, por vezes, “torna simplificado e unitário o conhecimento, apenas em discurso se reforça e toma o “ar” de verdade” (VESENTINI, C. 1997, p. 72).

Desse modo, ele afirma que todas essas versões herdadas não satisfazem, cabendo aos historiadores confrontarem fontes, fatos, bem como suas “verdades”. Nesse sentido, a alternativa, para Vesentini, é confrontar fontes, analisar o discurso textual em sua ação, questionando os silêncios e as exclusões: ao invés de atentar-se ao que se “tem” no texto, buscar “o que falta” nele.

Vesentini, assim como De Decca, aponta que os temas de revolução, industrialização, democracia e nação colaboraram para demarcar e construir o fato, por meio da exclusão de agentes e lugares, sendo esse o aspecto a ser observado pelos pesquisadores. Atenta-se para que a transmissão por meio da memória torna-se marco, como afirma Vesentini, “nesse sentido, o refazer da memória legitima o poder vigente e define o campo da ação coletiva em um único lugar” (VESENTINI, C. 1997, p. 131).

Para apresentar uma possibilidade de análise que contemple uma abordagem ampla sobre 1930, o autor também se utiliza da experiência do BOC. Ressalta também os aspectos de partido eleitoral que buscava ser representativo e participativo no jogo parlamentar. Sua experiência (BOC) foi singular e trouxe à tona a discussão dos direitos do operariado até mesmo na oposição. Portanto, novamente, destacam-se a presença de diferentes agentes com experiências e projetos singulares. Vesentini discorre que, apesar de sua derrota, o BOC foi um agente que buscou representar uma classe lutando pela sua legalidade, e isso não deve escapar ao olhar do historiador, supondo que estamos, de novo,

diante da organização de uma temporalidade em que a contradição ou diferença deva ser procurada, não no ponto definido pelo discurso do poder, mas no efetivamente excluído, fora das indicações da memória, nas possibilidades não efetivadas, por isso mesmo fora do tempo (VESENTINI, C. 1997, p. 162).

Ressalta-se também que o autor atribui o importante papel da imprensa na construção do fato, como, por exemplo, *O Combate* que disponibilizava suas páginas para o posicionamento do BOC. Isso ajuda-nos a compreender a dimensão de seu projeto de ordenação social, sua constante luta por espaço e representatividade.

Carlos Alberto Vesentini e Edgar De Decca buscaram apresentar práticas e experiências operárias em uma temporalidade que não “admitia” esses agentes. Desse modo, nos trazem grandes contribuições para a compressão dos “novos” focos de análise que se destacaram na década de 1980. Ao demonstrar os objetivos recorrentes nos estudos da história operária, observamos a importância da periodização de 1930, sobre a qual voltaremos a falar.

Como já apresentado nos trabalhos anteriores, observa-se que houve uma tendência de apresentar práticas políticas e culturais da classe operária, antes silenciadas por trabalhos acadêmicos. Nesse sentido, se percebe a apresentação de uma classe não passiva, em um constante processo de recriação. Sob tal aspecto, algumas práticas específicas foram valorizadas, como observamos no trabalho de Cristina Campos Hebling, *O sonhar libertário* (HEBLING, C. 1988), uma dissertação de mestrado publicada em 1988 pela Editora da Unicamp. Esse trabalho contou com a orientação de Michael M. Hall e o auxílio de Paulo Sérgio Pinheiro. A autora analisa as greves ocorridas entre 1917 e 1921, em São Paulo e Rio de Janeiro, enfatizando o papel da resistência anarquista. Campos também tece uma crítica à historiografia que estudou essa classe como “vencida” e passiva, a exemplo de DeDecca ela também busca ressaltar a experiência operária em um período específico da história brasileira.

Diferentemente de Paoli e Maroni, Campos prioriza as manifestações explícitas da classe, fundamentalmente de cunho anarquista, mesmo reconhecendo o papel fundamental do espaço fabril, e entende por sonhar

todo o esforço que se inicia com a adoção de uma ideologia revolucionária – o anarquismo e sua ramificação, o sindicalismo revolucionário – que teve seu apogeu no Brasil nos anos 1917 a 1920 quando se engendrou no seio do operariado a tentativa de negação do universo burguês de dominação (HEBLING, C. 1988, p. 14-15).

Assim, a intenção da autora é marcar a diversidade quebrando a ideia de homogeneidade e do fracasso das organizações operárias. Ao analisar as duas cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, a autora busca apresentar modos diferentes de resistência. Ela caracteriza o Rio como uma cidade de população mais diversificada, maior e também a possuía mais trabalhos de prestação de serviço. As organizações operárias nessa cidade se caracterizaram pelo sindicalismo revolucionário e movimentos reformistas. Já São Paulo possuía uma característica de homogeneidade, devido ao seu processo de implantação industrial que se caracterizava por uma burguesia homogênea

(em relação à cidade do Rio de Janeiro, por intermédio da constante imigração, a classe operária se caracteriza pela sua diversidade), ressalta-se que as relações entre a polícia e os industriais eram mais estreitas em São Paulo, o que explica, em parte, a forte repressão sofrida pelas organizações operárias.

Campos afirma que o impacto econômico causado pela Primeira Guerra Mundial influenciou as manifestações grevistas, pois os industriais intensificaram a produção visando maiores lucros. Entretanto, não somente esse reducionismo econômico explica as greves, assim como Maroni, a autora acredita que esses trabalhadores também lutavam pelo controle do processo de trabalho. Nesse contexto, houve a formação das ligas de bairro em São Paulo. Esse modelo de organização era tipicamente anarquista, mas mantinha relações com federações e sindicatos.

Campos descreve a ocorrência das greves em 1917 diferenciando as resistências em São Paulo e no Rio de Janeiro. As greves começaram no setor têxtil em São Paulo, e requeriam melhores salários e o fim do trabalho noturno. A forte repressão alimenta ainda mais as manifestações e influencia as greves que vão acontecendo no Rio de Janeiro. Salienta-se que nessa última cidade houve uma maior influência dos sindicatos ditos “amarelos”, o que não descarta sua combatividade, segundo Campos,

O importante a reter é que estas organizações, se sofrem a influência dos amarelos, de políticos, dos coronéis marítimos, tiveram histórias que demonstram um envolvimento político de seus membros e uma combatividade que não pode ser esquecida (HEBLING, C. 1988, p. 57).

As greves em São Paulo e no Rio prosseguem em ritmos distintos durante 1918 e 1919, o que chama a atenção da classe dominante por meio de sua magnitude, que reconhecendo a questão social, resta silenciá-la. A repressão é um modo de silenciar, mas o que se destaca é que aos poucos o Estado vai se tornando intermediário das questões sociais. Observa-se, assim, que a autora busca apresentar uma interpretação singular da organização e resistência operária ao desconstruir o discurso recorrente da historiografia até então dominante.

Cristina Campos afirma que esses métodos coercitivos colaboram para a reorganização dos movimentos e o fortalecimento dos sindicatos. A ação destes passa a ser reprimida de forma mais intensa no interior das fábricas, como, por exemplo, a proibição, por parte dos industriais, da cobrança da mensalidade sindical dentro da

empresa e impedimento da realização de assembleias. Esses fatores contribuem para o declínio do movimento, destacando a forte repressão policial, até mesmo dentro das fábricas. Salientando também que, em diferentes momentos, houve forte repressão policial (1917 e 1919 principalmente) e, ainda, o aumento e intensificação da propaganda contra a imagem do operário (subversivo).

Entretanto, Campos se aproxima de Decca ao discorre sobre esse declínio. Ela afirma que não se pode entender 1920/21 como o “insucesso” da classe operária e, principalmente, do movimento anarquista, pois tais sujeitos visavam destruir o poder e não fazer parte dele, isso os diferencia dos comunistas: a negação ao poder. Campos aponta também que a crítica de que os operários foram dominados e “vencidos” por não se defenderem eleitoralmente não é válida se levarmos em consideração que a burguesia também não possuía uma concreta representação parlamentar.

A autora atenta para uma diferença importante do declínio no Rio de Janeiro: a influência “amarela” foi reforçada pelo patronato e utilizada para desestabilizar o próprio movimento operário, alegando, ainda, que,

a ação dos amarelos cristalizou e referendou um padrão de relacionamento da classe operária com a sociedade como um todo e com o Estado, entendido como um dos aspectos dos esforços de assimilação do movimento operário que marcará o descenso da conjuntura de 1917 a 1921 (HEBLING, C. 1988, p. 134).

Cristina Campos também explica que o descenso está envolvido em um contexto mais amplo, como a influência comunista a partir de 1920 no Brasil e também o discurso nacionalista que vinha se enraizando no operariado. Assim, nas palavras da autora:

Creio que este final de conjuntura marcou os limites do sonhar libertário. Ele foi provado pelos valores religiosos, pelo nacionalismo, pelo pragmatismo, o reformismo, por uma política de corrupção que sustentava amarelos e coronéis marítimos, pelo gerenciamento científico etc. (HEBLING, C. 1988, p. 178).

Desse modo, Campos apresenta a ascensão da influência anarquista no movimento operário durante as greves de 1917 - entendendo que a ascensão anarquista já vinha desde os primeiros anos do século XX -, e seu descenso é iniciado com essas grandes manifestações, perdendo força em 1919, ressaltando e valorizando a experiência singular desse período.

Seguindo com autores que destacaram a experiência anarquista como um fundamental conjunto de práticas durante a Primeira República, é importante apresentar o trabalho da historiadora Margareth Rago, *Do Cabaré ao lar* (RAGO, M. 1985), publicado em 1985 pela Editora Paz e Terra, fruto da sua dissertação de mestrado, defendida em 1984, sob orientação de Edgar De Decca.

O objetivo da autora foi analisar a resistência anarquista e suas práticas a partir da imprensa, atentando também para os discursos que visavam controlar e disciplinar o trabalhador. Entretanto, Rago se destaca ao priorizar as mulheres e as crianças operárias como agentes históricos. Assim, a autora também se aproxima dos trabalhos anteriores, pois critica a historiografia que silenciaram tais práticas, principalmente o marxismo que inferiorizou as práticas anarquistas, “apolíticas”.

Ao atacar a historiografia então consolidada, Rago propõe a análise do anarquismo em sua singularidade, afirmando que, “penso que perderíamos a dimensão da utopia anarquista se nos mantivéssemos presos a lógica do partido” (RAGO, M. 1985, p.14). Desse modo, ela analisa minuciosamente a imprensa, estabelecendo uma relação desta com as lutas explícitas e implícitas do movimento operário.

A autora traça o perfil da imprensa anarquista do início do século XX, ressaltando que a crítica e as denúncias transcendiam o aspecto econômico, pois elas atacavam também o próprio processo de organização do trabalho, os problemas cotidianos, como os regulamentos internos que, assim como Amnéris Maroni também menciona, eram duramente questionados nos jornais. Isso tudo dá um panorama amplo da organização anarquista e desconstrói o mito do atraso do operariado nacional.

Margareth Rago aponta que as greves ocorridas entre 1917 e 1920 colaboraram para o crescimento e ampliação dessas organizações anarquistas como também das organizações patronais. Essas organizações patronais vão atuar na repressão às ligas operárias, como também vão utilizar estratégias de assistência social, negando o conflito entre capital e trabalho, formando discursos que traduzem a “harmonia” fabril. Destaca, também, a disputa pelo controle do espaço fabril. Segundo a autora, de um lado, podemos observar o crescimento e expansão das ideias anarquistas e, de outro, as estratégias de racionalização e modernização do trabalho. Compreender esse projeto de racionalização e modernização do trabalho é fundamental, pois esse discurso pretensamente científico se faz importante por redefinir o processo de trabalho,

como também busca formar o operário moralmente, segundo as perspectivas burguesas de sociedade, em sua organização familiar, principalmente as mulheres e as crianças.

Esse discurso higienista e moral condenava as práticas populares dos trabalhadores, alertavam as mulheres sobre a importância de amamentar, buscavam deter o controle sobre a prostituição e orientavam os cuidados do lar. Entretanto, Margareth Rago afirma que as mulheres reagiram a essas estratégias de controle. Exemplo dessa reação é a forte presença feminina nas greves de 1917, considerando que a maior parte das forças de trabalho na indústria têxtil era composta por elas. Além dessa manifestação explícita das mulheres operárias, Rago ressalta também a resistência implícita e intelectual de muitas anarquistas, inclusive da renomada libertária Maria Lacerda de Moura, que buscava a libertação das amarras da Igreja e do Estado. No entanto, a autora afirma que não quer recuperar uma imagem heróica e combativa das mulheres, mas apresentar as diversas formas que a resistência feminina assumiu, principalmente no campo da moral.

Essas mulheres questionavam, assim, o modelo burguês imposto a elas, recusavam o modelo “esposa-mãe-dona-de-casa”, a feminilidade imposta, a defesa do amor livre em detrimento aos contratos de casamento e também exigiam condições dignas no mercado de trabalho:

Assim a luta pela emancipação da mulher não passa pela reivindicação de ascender à esfera pública simplesmente, mas é primeiramente uma questão de ordem moral: trata-se da necessidade de libertar-se do modelo burguês que lhe é imposto e de construir uma nova figura negadora daquela forjada pela representação burguesa e masculina (RAGO, M. 1985, p. 100).

Esses valores burgueses são apropriados no universo operário de maneiras diferentes. Rago apresenta dois exemplos claros disso: o carnaval e a prostituição. Ambos são condenados pelos anarquistas, o carnaval por alienar o trabalhador lhe tirando o tempo de lutar e estudar, e a prostituição por fazer parte da dominação burguesa, sendo a prostituta uma vítima do capital.

Essa apropriação e higienização⁹ da cultura popular redefinira a concepção de família operária, inclusive o papel das crianças. A infância passou a ser percebida cientificamente, e foi entendida como algo moldável e ajustável. Desse modo,

⁹ A autora entende higienização dentro das práticas e discursos higienistas comuns durante o período da Primeira República, em um sentido de “purificar”, “limpar” etc.

houve um investimento maior na educação como forma de prevenção optando pela criação de mais abrigos aos menores.¹⁰ Isso tudo não ganhou grandes proporções, pois não houve mudanças significativas no código dos “menores”, muito menos as reivindicações operárias contra o trabalho infantil foram atendidas. Sublinha-se que a influência dos empresários nos meios políticos fez com que tais projetos de proteção às crianças não fossem aprovados.

Para os anarquistas, a educação era muito importante, pois eles entendiam que por meio dela poderiam construir um novo mundo. Esse imaginário contribuiu para a fundação de escolas modernas no Brasil, a exemplo das de Ferrer na Espanha. Desse modo; “na doutrina anarquista, a recriação da sociedade não é obtida pelo jogo político, a tomada do aparelho do Estado não se constitui numa preocupação primeira” (RAGO, M. 1985, p. 155), ou seja, a educação é o meio para a libertação e a construção de um mundo anárquico.

Margareth Rago salienta que o chamado aparato científico empregado pela burguesia visou controlar a vida e a família operária, investindo fortemente na gestão de suas habitações e no controle do seu modo de vida. Observa-se isso, por exemplo, nos elevados projetos para vistorias e destruição de cortiços e o nascimento das vilas operárias. Para Rago, por intermédio da construção de vilas operárias, a burguesia visava às vilas operárias como uma estratégia fundamental para conter a resistência dos trabalhadores, pois se o operário fosse demitido, perderia não apenas o emprego e o salário, mas a sua habitação e também a escola das crianças, mantendo, assim, o controle absoluto sob o trabalhador.

Isso é fortemente denunciado pela imprensa anarquista, que além do controle dos patrões, denunciam também a obrigatoriedade religiosa e a vigilância de seu lazer. Os anarquistas não produziram um projeto em si sobre a organização das cidades, mas não deixaram de se opor à segregação e à racionalização, desmistificando os discursos das classes dominantes.

Rago conclui que os anarquistas desenvolveram formas de lutas específicas contra as estratégias de controle, ressaltando o peso do discurso científico na

¹⁰ Compreende-se também que ao se dedicar para a educação das crianças, a educação dos pais também estava posta.

organização do processo de trabalho e na vida familiar cotidiana. Desse modo, eles deixaram marcas de sua resistência apesar do silêncio da historiografia.

Observamos, assim, que a experiência anarquista na Primeira República foi alvo de análise de muitos pesquisadores. Alguns relacionam diretamente a influência libertária no Brasil à imigração. Esse aspecto é questionado duramente na obra de Silvia Magnani, *O movimento anarquista em São Paulo* (MAGNANI, S., 1982). O livro foi publicado em 1982 pela Editora Brasiliense, e contempla os estudos realizados por Magnani em Ciência Política na Unicamp que lhe conferiu o título de mestre, orientada por Décio Saes.

O trabalho de Magnani relativiza a relação entre anarquismo e imigração, destacando a singularidade brasileira como colaboradora dos projetos libertários, desconstruindo, assim, o mito do operário brasileiro ser inferior. A autora destaca duas principais influências libertárias no Brasil: o anarco-comunismo e o anarco-sindicalismo. Ao analisar os jornais publicados por cada uma dessas correntes libertárias, a autora busca entender seus modos de ação e organização. Assim como os autores já mencionados, Silvia Magnani tece críticas ao silêncio da historiografia dominante sobre o movimento operário e principalmente sobre os anarquistas.

O recorte temporal abordado por Magnani é de 1906 a 1917, levando em consideração 1906 como marco, porque houve o Primeiro Congresso Operário; termina em 1917 porque a autora mostra que o anarquismo vai sendo influenciado por tendências bolcheviques e acaba sendo superado aos poucos. A autora trabalha com a teoria da “planta exótica”, termo utilizados pela classe dominante para explicar que o anarquismo não criaria raízes aqui, porque o brasileiro seria tipicamente cordial e passivo; “através da teoria da planta exótica, as oligarquias brasileiras, secundadas pelos industriais, consideram o anarquismo como uma aberração, uma doutrina sem qualquer vínculo com a sociedade nacional” (MAGNANI, S. 1982, p. 16).

Desse modo, isso se inseria no discurso de que o anarquismo só foi possível através da imigração, uma importação de ideias. A autora ressalta que por muito tempo esse tipo de análise prevaleceu na nossa historiografia, e somente a partir da década de 1960 começou-se a dissociar anarquismo e imigração;

os comportamentos políticos do operariado, ainda que contraditórios entre si ou ambíguos, seriam explicitados pela configuração social; o

anarquismo teria correspondido a certos aspectos da configuração social, não permanecendo a transposição de um ideário político-ideológico europeu (MAGNANI, S. 1982, p. 29).

Essa configuração social refere-se às práticas políticas das oligarquias que não abriram meios de participação às classes populares, considerando também que os próprios industriais viviam uma certa submissão em relação as oligarquias latifundiárias. Segundo Silvia Magnani,

a prática política das oligarquias impediu a participação política autônoma dos demais setores sociais, estes, ou foram incorporados subordinadamente à prática oligárquica, ou foram totalmente excluídos da participação nas instituições republicanas (MAGNANI, S., 1982, p. 41).

Ressaltando as características específicas do Brasil Republicano, a autora ainda aponta que o anarquismo teve maior aderência nesse período em relação ao socialismo, devido às lutas dirigidas aos patrões e não ao Estado, pois nesse período (1906) o Estado não intervinha na “questão social”. Nesse sentido, o trabalho analisado traz duas correntes anarquistas de maior influência no movimento operário: o anarco-comunismo, compreendido pela autora por meio da análise do jornal *La Bataglia*, objetivava a igualdade econômica e social, acreditava que a diferenciação social tinha origem no direito de propriedade, e buscava explicações sobre o monopólio da riqueza. Excluía a participação política partidária, defendendo a ação espontânea e direta. Acreditavam que a igualdade viria apenas sob a condição anárquica, desse modo, buscavam derrotar o regime de privilégios, entendido como o regime burguês.

Já o Semanário “*A Terra Livre*”, de tendência anarco-sindicalista, divulgava e denunciava as condições cotidianas da vida do trabalhador. O Jornal mantinha uma postura de repúdio à propriedade privada assim como os anarco-comunistas. Entretanto, o que o difere dos anarco-comunistas é que eles não descartam totalmente a luta política e entendem o sindicato como o verdadeiro partido das causas operárias. O sindicato é percebido em seu caráter educacional e não apenas dirigente, pois cabe a ele “conscientizar” os trabalhadores.

Para demonstrar a atuação dessas correntes, Magnani analisa as greves de 1907 em São Paulo. As manifestações exigiam a redução da jornada de trabalho para oito horas sem redução do salário, mas os industriais, como o esperado, não acataram as exigências. Do ponto de vista da burguesia industrial, os países desenvolvidos ainda não

tinham tal legislação e, além do mais, essa medida acarretaria prejuízos no consumo do trabalhador, pois encareceria os produtos devido à demanda de mais gastos na produção e mais turnos de trabalho.

A autora destaca uma maior influência nas greves dos anarco-sindicalistas que tentavam negociar com mais facilidade e, por isso, foram muito criticados pelos anarco-comunistas, pois entendiam que essas greves pacíficas e parciais não tinham resultado. Essas greves efetivadas sob influência anarquista já haviam sido discutidas um ano antes, em 1906, no Congresso Operário.¹¹

Silvia Magnani conclui que a teoria anarquista encontrou confirmação na organização estatal do Brasil devido às práticas oligárquicas. Destaca a ambiguidade dos anarquistas que, por vezes, criticavam a não prática dos princípios liberais, como, por exemplo, as liberdades individuais, mas não criticavam os próprios princípios liberais. Mesmo contraditória e ambígua, a experiência anarquista no Brasil influenciou a luta por direitos sociais e por uma regulamentação do trabalho e, de acordo com a autora, isso não pode ser silenciado pela historiografia.

Essa relação entre o liberalismo no Brasil Republicano e as demandas sociais são fontes de análise do historiador Kazumi Munakata, na sua obra mais divulgada, *A legislação trabalhista no Brasil* (MUNAKATA, K. 1984). A primeira edição da obra foi publicada em 1981, e teve uma segunda edição em 1984, ambas pela Editora Brasiliense, compondo a coleção “Tudo é história”. Kazumi explica que o livro teve origem a partir de um projeto de pesquisa do qual era membro, cujo nome era Fontes para o estudo de industrialização no Brasil (1889-1945). É importante sublinhar que esse é um trabalho de divulgação, e devido a sua grande repercussão, nós optamos por inseri-lo na análise. O livro de Munakata apresenta o Brasil sem a legislação trabalhista da qual estamos habituados, demonstrando seu processo de construção, ressaltando as derrotas e as conquistas que tal legislação representa.

Na República “velha”, sob administração oligárquica, a questão social “era caso de polícia”, como disse o presidente Washington Luís. A repressão marcava esse período e as leis impediam a sindicalização. Desse modo, muitos pesquisadores afirmaram que a República liberal era uma “fachada”. Entretanto, Kazumi Munakata

¹¹Nesse Congresso Operário destacou-se principalmente os debates sobre a redução da jornada de trabalho, se reduziria a jornada para oito horas por dia sem redução do salário fixado.

desconstrói tal argumento ao afirmar que liberalismo não é sinônimo de democracia. E ainda se estende até John Locke para afirmar que a questão da violência (entendendo que a violência faz parte do regime democrático e liberal) é uma disputa, e o Estado, no caso do Brasil republicano e liberal, regulamenta. Assim, para Munakata, a frase de Washington Luís não é contraditória.

O autor é ácido ao apontar que o anarquismo colaborou para o fortalecimento do liberalismo, pois “o anarquismo, tal qual o liberalismo, sustenta que a relação de trabalho é um assunto privado, impermeável à ação do Estado, e que deve ser resolvido pelo confronto, seguido da negociação direta do contrato” (MUNAKATA, K. 1984, p. 17).

Apesar de sua crítica à teoria anarquista e suas práticas ambíguas, ele reconhece a importância da experiência de ambas nas greves de 1917, pois resultaram em conquistas importantes, como, por exemplo, o sindicato ser mediador e ainda estabelecer tabelas sobre condições de trabalho e pagamentos. Assim, o Estado ainda não mediava os conflitos, como posteriormente aconteceria, resolviam-se por eles mesmos.

Essa “legalização” do sindicato, segundo Kazumi Munakata, foi um rearranjo no liberalismo, entendido como “liberdade de se associar”. Entretanto, os sindicatos eram compreendidos por uma parcela significativa dos trabalhadores, como uma relação privada, longe da concepção que temos atualmente.

Os congressos e manifestações vão preocupando a classe dominante e o Estado e, desse modo, a “questão social” precisa ser silenciada, buscando a criação de uma harmonia entre capital e trabalho. Munakata ressalta que isso não estava ocorrendo somente no Brasil, pois havia também em outros países a problematização do trabalho. Para o autor, a fundação da OIT (Organização Internacional do Trabalho) se constitui em uma das evidências desse processo em escala internacional que salienta, a exemplo disso, que no Brasil houve um desenvolvimento de todo aparato científico para racionalizar o trabalho e harmonizar os conflitos (criação do DET e CNT).

A partir da intervenção do Estado, o autor aponta que “se antes tratava-se de conquistar terrenos, seja pela ação direta, seja pela mediação do Estado, agora o problema consiste em saber se o importante é lutar pela aplicação das leis”

(MUNAKATA, K. 1984, p. 41). Isso dividiu os trabalhadores e, principalmente, fez com que os anarquistas perdessem espaço, pois os comunistas - e posteriormente o PCB - passaram a influenciar os sindicatos lutando pela legislação trabalhista. Em contramão, os anarquistas ignoravam as leis sociais, pois sua teoria política visava uma descentralização com um objetivo final de destruição do Estado.

Os sindicatos, ao defenderem uma legislação do trabalho, ganham apoio dos trabalhadores em geral. Entretanto, o autor ressalta que essa dependência sindical fez com que se chegasse a um extremo em que os trabalhadores não se sentiam mais representados pelo próprio sindicato, sendo que, “para conquistar o controle pelos trabalhadores das condições de trabalho, os trabalhadores acabam endossando uma forma de organização que os controla” (MUNAKATA, K. 1984, p. 55).

A intervenção estatal nas relações trabalhistas ocorreu sob um vasto aparato científico que buscava harmonizar os conflitos entre capital e trabalho. Um dos meios incorporados foi a teoria corporativista, que deslocava a luta de classes para o jurídico, segundo Munakata,

A teoria corporativista tem como ponto de partida a constatação do caos em que mergulham as sociedades modernas. Este caos tem uma origem precisa: a desorganização da vida econômica pela ausência da moral profissional, traduzida em regras jurídicas positivas (MUNAKATA, K. 1984, p. 66).

No corporativismo, o Estado media as relações de trabalho, entendendo “empregados e empregadores” integrantes de uma mesma classe. Assim, não são os “políticos” ou a classe dominante que coordena as relações trabalhistas, mas o Estado, dotado de seu discurso científico, que buscou criar instituições para fiscalizar e participar do mundo do trabalho (Ministério do Trabalho, Juntas de Conciliação e julgamento etc.). Todavia, o autor entende que “de nada adiantaria toda essa parafernália institucional, corporificada no Ministério do Trabalho, se a classe operária permanecesse exterior a ela” (MUNAKATA, K. 1984, p. 82).

Os trabalhadores percebem que são alheios à legislação, ou seja, se dão conta das limitações e ambiguidades das leis, e vão criando métodos de resistência, dentre eles, considerado o mais importante, o fortalecimento dos sindicatos. Ao perceber isso o Estado passa a vigiá-los ainda mais, avaliando inclusive o caráter ideológico dos líderes. Diante disso, cria-se a Carteira Profissional que substitui as

carteiras sindicais, “obrigando”, assim, a manutenção dos laços dos trabalhadores com o Ministério do Trabalho. Kazumi mostra um processo de busca de controle do trabalhador por meio da legislação trabalhista, que vai culminar com a CLT.

Desse modo, Kazumi Munakata conclui que a consolidação da CLT no Brasil traz marcas de conquistas operárias (reconhecimento sindical, por exemplo), mas também muitas derrotas e dificuldades para conquistar de fato alguns direitos (férias, jornada de trabalho, regulamentação do trabalho dos menores e mulheres).

É necessário apresentar outro trabalho do autor que também teve muita repercussão durante a década de 1980, *O lugar do movimento operário* (MUNAKATA, 1980). O artigo foi apresentado no evento da Anpuh regional de São Paulo em 1980, na Unesp de Araraquara. Esse trabalho diferencia-se do anterior, tanto pelo formato quanto pelo conteúdo, pois é um artigo acadêmico, situado de acordo com as normas e regras do evento e, desse modo, o autor traça uma discussão mais teórica em relação à história do movimento operário, estabelecendo uma relação com a irrupção dos movimentos sociais em 1978.

Assim como Amnéris Maroni, Munakata discorre sobre a importância da ascensão dos movimentos sociais e a nova configuração da organização operária. Nesse sentido, ele começa o texto com uma afirmação que demonstra a importância das greves do ABC:

O acontecimento político mais importante do primeiro semestre deste ano [1978] não foi a indicação do general Figueiredo para a presidência e a conseqüente crise do meio militar, nem o surgimento da candidatura dissidente do senador Magalhães Pinto, nem tampouco a articulação da Frente Nacional da Redemocratização. Foi, na realidade, a irrupção do movimento grevista, que iniciado na região do ABC (SP), rapidamente se alastrou pelos grandes centros industriais e urbanos do Estado, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores e estendendo-se até os dias de hoje (MUNAKATA, 1980, p. 19).

Munakata entende que a presença dos trabalhadores nesse momento [1980] demonstra a redefinição das práticas operárias, que não cabiam mais no sindicalismo institucional. Dentre esses novos modos de organização, ele ressalta, assim como Maroni, a importância da proliferação das comissões de fábrica, entre outras práticas menos formais de mobilização no espaço fabril.

Sobre a emergência das greves nesse momento de campanha pela redemocratização do país, o autor explica que,

Enquanto os setores oficialmente políticos emendam e remendam o quadro da legalidade existente, o movimento grevista aponta, mesmo sem um projeto explícito – mesmo porque um projeto nunca é um *a priori* dado, mas um eterno fazer-se -, uma perspectiva de ruptura com esse marasmo. Ao reivindicar melhores salários, o movimento grevista pôs em xeque as fórmulas esotéricas que, sob a justificativa tecnocrática de “racionalizar” a economia colocando-a na mão de especialistas, regiam a remuneração da força de trabalho. [...] também começa a se tornar caduco com o transbordamento do movimento grevista dos marcos rígidos da estrutura sindical vigente, com a formulação de novas formas de organização – como comitês de fábrica -, e com a assimilação de proposta de sindicalismo livre (MUNAKATA, 1980, p. 20).

Assim, o problema foi deslocado, a questão da democracia passa a ter sentidos mais amplos, que inclui não apenas a legitimidade da lei, mas a participação social dos trabalhadores na construção dessas leis.

Outro aspecto pertinente do artigo em questão é a análise que o autor faz sobre como essas manifestações foram noticiadas na imprensa. Ele ressalta que já haviam greves antes de maio de 1978, no entanto, não foram levadas em consideração pela imprensa. Seguindo essa lógica, as notícias sobre as greves apareciam em diferentes páginas do jornal, todas dispersas, sem um eixo unificador. Destaca-se que apareceram enfaticamente nas páginas de economia (o trabalhador como questão econômica). Nesse aspecto, Munakata faz relação com seu trabalho citado anteriormente, ao afirmar que os trabalhadores saíram das “páginas policiais” e foram às páginas de economia (MUNAKATA, 1980).

Como já mencionado em outros textos, o aspecto político é separado do econômico, sendo assim, o operário não é considerado agente político (Partidos, Estado), conferindo-lhe apenas como agente econômico devido a sua função de produção. Para além dos debates teóricos que Munakata apresenta - que veremos posteriormente -, é necessário ressaltar que o autor se aproxima de Edgar De Decca e Vesentini, ao problematizar os marcos estabelecidos na historiografia que apresentou a classe operária de dois modos: primeiramente, fazendo um relato de seus grandes feitos durante a Primeira República (1917), e em 1930, ao ser deslocada para seus aspectos relacionados a passividade e omissão. Isso demonstra, em parte, a preocupação do autor em estabelecer uma história da classe operária em um sentido mais amplo, tecendo uma

crítica acentuada aos próprios trabalhos acadêmicos sobre a temática que mantinham “a memória dos vencedores”.

Sobre a proliferação dos trabalhos acadêmicos, cabe também ressaltar a coletânea documental publicada por Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall em 1981. Os professores, ambos pesquisadores da Unicamp (Campinas) desde meados dos anos 1970, participaram da construção do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), em 1975, na Universidade.

Na obra que analisamos, *A Classe operária no Brasil* (PINHEIRO, P.; HALL, M., 1981), os autores organizam um conjunto documental sobre a experiência operária no Brasil Republicano (1889-1930). O trabalho é realizado em dois volumes, sendo o segundo aqui enfatizado, por conta do recorte temporal. Os documentos apresentados fazem parte, em maioria, da AEL - um dos primeiros materiais que se utilizam dos jornais produzidos pelos operários no início do século XX -, e são separados em três partes: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e, por último, relações com o Estado. Segundo os autores,

os documentos não dão conta de todos os aspectos nem de todas as questões existentes no interior das três divisões: a intenção, em parte, é apontar linhas de pesquisa que podem ser exploradas e, obviamente, não temos qualquer pretensão de haver realizado um trabalho definitivo (PINHEIRO, S.; HALL, M., 1981, p. 11).

Desse modo, eles organizam a documentação buscando influenciar o crescimento dos estudos na área.

Na primeira parte da documentação os autores apresentam as condições de vida dos trabalhadores, tanto das cidades como no campo. Destaca-se a falta de pagamento e a falta de higiene nas moradias, que propagava algumas doenças recorrentes. Há muitas denúncias de colonos e operários urbanos sobre esses temas. Em contrapartida, apresentam também as tentativas dos empresários e do Estado de pesquisa e racionalização dessas situações.

A segunda parte é retratada a partir da sequência documental, as relações estabelecidas com os empresários, que apresenta a formação industrial no Brasil daquele período, as suas organizações industriais que cresciam em defesa das greves que vão surgindo constantemente. Ressaltam-se as disputas pela diminuição da jornada de

trabalho e a regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres, batalhas estas intermináveis.

Por fim, as relações com o Estado recuperam os discursos dessas disputas e regulamentações do trabalho, mas apresentam um fator importante da República: a repressão policial. Pinheiro e Hall mostram que a relação entre o Estado e os empresários ou fazendeiros, regra geral foi boa no Brasil, resultava em “ajuda” policial para reprimir as greves e, posteriormente, a formação “de listas negras” que representava a “parceria” entre Estado e indústria.

Essa documentação ajuda a construir e ampliar os sentidos da vida e resistência operária no Brasil em um período que, muitas vezes, é analisado apenas na perspectiva do Estado, ou da documentação “oficial”.

Para apresentar os estudos que analisaram mais os aspectos culturais da classe operária, destaca-se o trabalho do historiador Francisco Foot Hardman, *Nem Pátria, Nem Patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil* (1983), que consiste em um ensaio escrito a partir dos seus estudos anteriores, principalmente da sua dissertação de mestrado, defendida em 1980, na área de Ciência Política. Sua análise é focada na literatura anarquista e também nas expressões culturais, como festas e festivais. Ele trabalha aspectos do modernismo relacionados com o libertarianismo, destacando os elos que a literatura apresenta entre o homem e a natureza.

No entanto, o que se destaca em seu trabalho é a transição da cultura anarquista e operária para uma cultura de massas. Nesse aspecto, Hardman entende que a transformação das festas anarquistas em grandes festivais operários foi uma estratégia para a intensificação da propaganda libertária, pois “aos poucos as festas se transformam em festivais, do aspecto doutrinário ao lúdico” (HARDMAN, F. 1983). Assim, a cultura é, também para os operários, um meio de emancipação e afirmação de uma identidade de grupo/classe.

O autor entende como cultura operária algo que está intrínseco à luta e à vida cotidiana operária, ressaltando, assim, os aspectos do cinema, da fotografia, das festas e principalmente da literatura. Segundo Hardman, essa literatura se caracterizava pela relação entre o homem e a natureza, desse modo, os anarquistas viviam em um constante paradoxo entre esse mutualismo puro (sociedades primitivas) e a necessidade

de assimilar as tecnologias e as novas organizações humanas, a tensão entre o velho e o novo (HARDMAN, F. 1983). Ele defende a hipótese de que essa literatura “anarquizante” colaborou para o desenvolvimento do modernismo no Brasil. Para tal, faz uma análise detalhada da obra de Mário de Andrade, apresentando seu caráter de parnasianismo libertário. Ao analisar o escritor modernista, ele entende que Andrade retrata vários espaços e lugares, e o indivíduo, em meio a tudo isso, vai aos poucos desaparecendo, sendo substituído pelas indústrias, pelo trabalho (HARDMAN, F. 1983).

Essa “luta” pelos espaços, situada na obra de Mário de Andrade, seria a representação do mundo operário, sua segregação espacial nos bairros afastados, as disputas pelos espaços de lazer, ou seja, a configuração urbana da Primeira República.

Sem se ater à problemática sobre a interpretação de Andrade, o que se destaca nessa análise é a compreensão de que o cenário urbano e operário da Primeira República influenciou também uma literatura social do período, ou seja, essa configuração urbana não passou despercebida (HARDMAN, F. 1983).

Assim, percebe-se que tais trabalhos buscaram enfatizar diferentes aspectos do mundo operário devido às transformações ocorridas no próprio campo da história, como os debates nos campos teóricos, a ampliação do campo da história política, a crítica ao marxismo e também a ênfase na história cultural.

CAPÍTULO III: OS AUTORES E SUAS INSPIRAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Neste capítulo serão observadas as perspectivas teóricas e metodológicas utilizadas pelos autores. Desde já indica-se à percepção de uma transformação bastante perceptível em relação à década anterior. Em seguida, serão verificadas as relações do pesquisador com o contexto em que ele estava inserido, e a partir do qual ele constrói o seu crivo analítico, resgatando, assim, a história de um passado pregresso. Como procuraremos demonstrar ao longo do capítulo e da dissertação a definição dos temas, o enfoque analítico, bem como os aportes teóricos, está profundamente relacionados aos problemas da sociedade que esses historiadores e historiadoras estavam inseridos. Como se verificará ao longo do trabalho, a emergência dos movimentos sociais e a abertura política, duramente conquistadas nos embates entre diferentes forças políticas, não passam despercebidas a esses estudiosos. Entretanto, nesse momento, verificam-se as abordagens e referências sobre as greves ocorridas no Brasil no início do século XX, assim como análises importantes que buscaram descrever a situação da classe operária na década de 1930.

Por fim, é importante ressaltar as especificidades de cada trabalho, pois, às vezes, além de estudarem o mesmo objeto, os processos teóricos e metodológicos confrontam-se, sendo importante, assim, descrevê-los em suas singularidades. Nota-se que cada trabalho influenciou muitos debates e também contribuiu para o desenvolvimento da história social e política no Brasil.

3.1. As perspectivas e representações trazidas na obra

Buscaremos, neste tópico, apresentar as principais influências teóricas e metodológicas que influenciaram os trabalhos referenciados no capítulo anterior, assinalando a singularidade dessas pesquisas desenvolvidas na década de 1980. A influência dos debates estrangeiros e a incorporação de clássicos sobre temas correlatos, produzidos no exterior, fizeram parte dos círculos acadêmicos, propiciando o surgimento de novos enfoques e resultados.

Ao analisar as teses e dissertações escolhidas como fontes primordiais para a nossa pesquisa, percebemos, dentre muitas outras, as influências diretas e indiretas de Cornelius Castoriadis, Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e Marilena Chauí, sobre os quais discorreremos a seguir.

3.1.1. *As críticas e o pensamento de Cornelius Castoriadis*

É perceptível, ao analisar os textos selecionados para este trabalho, que a obra do filósofo Cornelius Castoriadis (1922-1997) foi muito lida e debatida no Brasil na década de 1980. Castoriadis propõe novas formas de se estudar e escrever a “história operária” de modo incisivo, tecendo críticas e validando a obra de Karl Marx (1818 – 1883), assinalando, assim, novos rumos e cuidados aos que escrevem a história do operariado.

Um texto lido e utilizado por muitos pesquisadores da classe operária brasileira foi publicado pela editora Brasiliense em 1985, intitulado *A experiência do movimento Operário* (CASTORIADIS, C. 1985). Nesse trabalho, Castoriadis apresenta as suas principais ideias e percepções acerca do movimento operário. Assim, discorrerei sobre alguns aspectos essenciais desse texto singular, bastante úteis para que se possa melhor compreender a “atmosfera” acadêmica da década de 1980.

Primeiramente, Castoriadis observou que a história operária era trabalhada em dois campos diferentes, porém complementares. Em um campo analisa-se a luta e a organização dos trabalhadores, visa entender as greves, os sindicatos e as experiências em comum. Noutro campo de compreensão busca-se a organização política e seus vieses de militância, baseando-se em estudos de partidos, militantes políticos e ideologias. O autor afirma que a junção desses dois campos científicos é possível, o que evitaria reducionismos. Para o autor,

trata-se então para os militantes, essencialmente, de saber como as lutas imediatas dos operários podem ser influenciadas pelas ideias e pela organização de tais militantes, como também eles podem ser levados a superar precisamente esse caráter “imediato” e se elevar ao nível das preocupações “históricas” da organização (CASTORIADIS, C. 1985, p. 14).

Entretanto, como apresentado acima, Castoriadis aponta um problema essencial na relação entre esses dois campos: o “imediato” e o “histórico”. Essas interpretações subordinam, primeiramente, o proletariado aos seus interesses econômicos imediatos (reducionismo econômico) e, de outro modo, insere o operariado em uma “missão revolucionária”. A partir disso, o autor assegura que a história da classe operária não pode ficar presa em uma teoria acabada. Assim, ele afirma que,

a questão da *história* do movimento operário jamais foi – até hoje – seriamente colocada. O que geralmente se apresenta como tal não é mais do que uma descrição de sequência de fatos, ou, no melhor dos casos, a análise desse ou daquele grande “evento” (a Comuna, A Revolução Russa, Junho de 1936, etc.) (CASTORIADIS, C. 1985, p. 16).

Desse modo, compreende-se que as datas das greves e grandes insurreições (se pensarmos nos muitos trabalhos realizados sobre as greves de 1917 no Brasil, por exemplo) substituem as datas das batalhas, trocam-se líderes militares por militantes heroicos. Castoriadis propõe então que os historiadores devam se criticar e não escolher fatos avulsos para justificar alguma teoria acabada, pois uma análise sócio histórica requer o estudo do objeto em sua complexidade, levando em conta também o imaginário social do contexto analisado.

O filósofo também apresenta as origens do pensamento de Marx, ressaltando a influência da teoria do “espírito universal” de Friedrich Hegel (1770 – 1831) sobre o pensamento marxiano. Assim, Castoriadis entende que Karl Marx “substitui” o espírito de Hegel pela matéria, ou ainda, mais especificamente, pelo modo de produção. Para o autor, Marx tentou explicar uma “essência” que construiria as classes, tanto a burguesa como o proletariado. Assim, a posição de classe seria o local que o indivíduo ocupa no modo de produção.

Ressalta-se que tanto a burguesia quanto o operariado não são classes homogêneas. Castoriadis pontua que tais classes não são passivas, são modos de existência social, e existem em seu constante fazer-se:

para além da variedade e da oposição das condições em que a burguesia se encontra e das expressões que deu à sua atividade, podemos ver que seus atos, seus comportamentos, os tipos e formas de sua organização, seus valores, suas ideias, mas sobretudo os *efeitos* do seu fazer, ao longo de vários séculos e num grande número de países, compõem em última instância uma figura socialmente *una*. [...] E isso é o mesmo que dizer que a unidade da burguesia lhe é conferida pela

unidade de seu fazer, ela mesma definida pela unidade de desígnio histórico que a burguesia consegue realizar (CASTORIADIS, C. 1985, p. 38-39).

O autor entende, nesse sentido, que o fazer-se é a instituição de uma nova realidade em uma constante criação e recriação, e é a partir desse constante fazer-se que se cria novas significações, não podendo fazer com que essas novas práticas entrem a força em tabelas conceituadas, já dadas e limitadas. Propõe-se ao estudioso analisar esse fazer-se, entrando em contato, assim, com relações originais e organizações sem precedentes na história, como observaremos posteriormente com mais cautela, no trabalho de Amnérís Maroni.

Cornelius Castoriadis chama atenção para a compreensão da história da classe operária em sua complexidade, propondo um rompimento com a análise marxista, de forma a tornar a observação mais abrangente e não atá-la em conceitos fixos. Sob esse aspecto, o autor analisa as lutas e organizações operárias, e destaca que as lutas implícitas e informais dos operários não têm lugar na conceptualização tradicional do marxismo, que só se interessa pelas representações explícitas;

Essa cegueira não é acidental; atividade coletiva autônoma e anônima, a luta implícita e informal dos operários não tem lugar na conceitualização tradicional; no plano prático, é “inutilizável”, pelas organizações formais, sindicatos ou partidos, inapreensível por essas, não “capitalizável”; no plano teórico, destrói a pedra angular da “ciência” marxista, a ideia da força de trabalho como mercadoria, e, em última instância, a própria ideia de “leis econômicas” – assim como também demole a outra pedra angular da sócio-economia marxista, a ideia de que a fábrica capitalista representa uma organização “racional” e “científica” e de que a evolução da técnica é *em si* lógica e otimizadora (CASTORIADIS, C. 1985, p. 63).

Assim, as lutas operárias ultrapassam as questões de remuneração, para abarcar também as relações de produção e a própria relação do trabalhador com a organização do processo de trabalho. Compreendendo isso, o autor apresenta sua compreensão da história operária:

A história do movimento operário é a história da atividade de homens que pertencem a uma categoria sócio-econômica criada pelo capitalismo (e de outros, que lutaram ao lado dela), através da qual essa categoria se transforma: *se faz* (e se pensa como) “classe”, num sentido novo dessa palavra [...] Ela inventa em sua vida cotidiana, nas fábricas e fora delas, defesas sempre renovadas contra a exploração; engendra princípios estranhos e hostis ao capitalismo; cria formas de organização e de luta originais (CASTORIADIS, C. 1985, p. 72).

Desse modo, em determinados períodos históricos, a classe operária se reconstrói, se refaz. Ressaltando que as classes não são passivas, elas também contribuem para a transformação da sociedade capitalista. O marxismo, segundo Castoriadis, obscureceu essas interpretações. Segundo ele

o movimento operário não foi o marxismo; e o marxismo não foi o movimento operário. É difícil ver o que o marxismo trouxe de fecundo e de positivo ao movimento operário. A inteligência da organização e do funcionamento da sociedade capitalista [...] foi antes obscurecida pelo marxismo, na medida em que foi inserida no labirinto de uma falsa ciência; a identidade do proletariado e sua “consciência de si”, em vias de afirmar, foram revestidas pelo marxismo com o véu metafísico-místico da “missão histórica” (CASTORIADIS, C. 1985, p. 75).

As críticas de Cornelius Castoriadis ajudaram a construir uma nova metodologia de pesquisa aqui no Brasil, colaborando com um “marxismo crítico”, possibilitando novas perspectivas dentro do campo da esquerda, ao apresentar que nenhuma categoria é fixa e está encarregada do destino da humanidade. Isso faz com que muitos historiadores rompam com o marxismo ortodoxo que predominava às pesquisas anteriormente. Alguns dos trabalhos analisados no primeiro tópico se utilizaram desse debate teórico e metodológico proposto por Castoriadis, dentre eles, destacam-se os autores Amnérís Maroni, Maria Célia Paoli, Cristina Campos Hebling e Kazumi Munakata.

Amnérís Maroni analisa as greves que ocorreram no Brasil no ano de 1978. Como já ressaltamos, ela entende essas manifestações como formas alternativas de luta, e apresenta a fábrica como “único” espaço de luta. Propõe, assim, uma análise dos conflitos que rompe com as percepções tradicionais que somente consideram as ações de lutas sociais explícitas, sugerindo que muitas ações, até então incompreendidas, constituíam-se em lutas implícitas a se desenrolarem no chão da fábrica.

A luta operária expressa por meio da estratégia da recusa que subverte o tempo das cadeias de montagem. Ao invés de automatismo da produção, a reinvenção de um outro tempo nas paralisações, greves, operações tartarugas, absenteísmo, etc., a reapropriação do espaço da racionalidade do capital convertendo a fábrica num campo de luta (MARONI, 1982, p. 56).

Desse modo, a hipótese do trabalho da autora está centrada na ideia de que as manifestações operárias estão para além da questão salarial, mas também

apontam para o questionamento da própria organização do trabalho. A autora tece críticas à historiografia referente ao movimento operário, em que, segundo ela, se apresentam muitos mitos e generalizações, que, retornando a Castoriadis, podemos compreender como um modo de encaixar essas manifestações grevistas em categorias já fixadas, que segundo a autora;

Quando a organização do processo de trabalho não é levada em conta, nos estudos sobre a classe operária, o “corte” entre os que são capazes de mobilizar-se para a luta e os que não o são passa pelo nível da *qualificação profissional*, do acesso à escolaridade, à informação, etc., numa supervalorização da cultura burguesa como capaz de propiciar a consciência crítica (MARONI, A. 1982, p. 60).

Assim, essas manifestações não podem ser compreendidas nos constantes reducionismos econômicos. Salienta-se que Amnérís Maroni analisa com cuidado as “comissões de fábrica”, buscando entender sua dinâmica e funcionamento, destacando sua criatividade em detrimento dos trabalhos acadêmicos anteriores que priorizavam as organizações sindicais.

Ao analisar as comissões de fábrica em diferentes empresas, a autora sugere que elas não são homogêneas, as lutas e os resultados das manifestações não são os mesmos. Salienta que essas comissões demonstram formas de novas práticas operárias e surgiram como um modo de resistência ao controle cotidiano das fábricas. É perceptível que tais comissões tinham uma aproximação maior com o trabalhador do que os sindicatos. Desse modo, há uma demanda de reestruturação sindical e, segundo Amnérís Maroni, essa nova configuração industrial criou novos conflitos, o sindicato não mais os representava¹²:

“empresas modernas” que, em decorrência da organização do processo de trabalho [...] traz à tona a emergência de novos conflitos – questão da produtividade, cadência do ritmo de trabalho, aplicação particular de uma política salarial própria -, os quais a estrutura sindical não consegue absorver e muito menos resolver (MARONI, A. 1982, p. 117).

Assim, essas novas formas de organização operária devem ser analisadas dentro de sua própria lógica, não se prendendo em estruturas imóveis pois, segundo Maroni, “esses canais possuem racionalidades próprias, e a sobre posição ou eleição de

¹² Apesar da autora entender as comissões de fábrica e seus desdobramentos como uma novidade, muitos estudos apresentam a existência dessas organizações anteriormente, a própria Maria Célia Paoli demonstra o surgimento de organizações operárias em 1939 e também em 1945 em decorrência da Grande Guerra (PAOLI, M. 1982).

um deles implica, *necessariamente*, a destruição dos outros enquanto portadores da multiplicidade e da diferença que compõem a vida operária” (MARONI, A. 1982, p. 128).

A subordinação da história operária a sindicatos e partidos fez com que se perdessem as particularidades das lutas operárias em seu constante refazer-se;

Propositadamente nos desviamos das reflexões que preocupam aqueles que se debruçam sobre o movimento operário. Nessas análises, a apreensão do movimento operário se restringe à problemática *partidária* e/ou *sindical*. Reduzido ou subjugado a essas dimensões, o *cotidiano operário vivido na fábrica* não tem espaço nessas reflexões (MARONI, A. 1982, p. 125).

Desse modo, o trabalho de Amnérís Maroni recupera e apresenta alguns apontamentos suscitados pelo filósofo Cornelius Castoriadis. Ao buscar compreender as singularidades das comissões de fábrica, a autora não se prende em conceitos e estruturas fixas da historiografia marxista, mas estuda seus desvios e, principalmente, sua organização no cotidiano, suas práticas implícitas de resistência.

Partindo de uma crítica ao marxismo e análises sociológicas feitas sobre a classe operária, Kazumi Munakata (MUNAKATA, 1980) - do nosso ponto de vista - também se aproxima das perspectivas teóricas propostas por Castoriadis.

Primeiramente destaca-se a crítica de Munakata aos trabalhos que reduziram a classe operária a um mero fator de produção, entendendo o comportamento operário como resultado de suas determinações estruturais. Para desconstruir essa vertente, o autor utiliza-se de algumas proposições de Castoriadis, entendendo que,

o que Castoriadis propõe é que o operário, pela sua inserção mesma nas relações de produção – e não pelo seu grau de consciência ou coisa que o valha -, inicia um processo de resistência à organização capitalista de trabalho, uma verdadeira “contragestão” do trabalho, ainda que difusa e não explica enquanto programa. É esta luta que pode se desdobrar tanto em reivindicações “econômicas” – diminuição da jornada de trabalho, aumento salarial etc. – como em projetos revolucionários (MUNAKATA, K. 1980, p. 29).

Assim, Munakata também entende que o operário não é passivo às relações de produção. Do mesmo modo que Amnérís Maroni, ele entende que as comissões de fábrica, assim como as tentativas de construção de um sindicalismo livre e

autônomo, demonstram suas tentativas de participação na organização do trabalho e de interferência nas relações de produção.

O autor enfatiza que a classe operária não se reduz à lógica do capital, pois,

O que importa é assinalar que as leis econômicas só podem ser entendidas como *tendências*, e que servem de suporte à ação das classes sociais. Retomando a análise esboçada acima, é preciso então observar que a classe operária não se sujeita, completamente à “lei natural da produção capitalista” e que, portanto, não se pode reduzir o movimento operário e a ação sindical simplesmente à lógica do capital (MUNAKATA, K. 1980, p. 32).

Sob influência dos trabalhos de Cornelius Castoriadis, Munakata (1980) apresenta a necessidade de se valorizar as práticas operárias e principalmente suas lutas, tanto no interior das fábricas quanto nas ruas.

O artigo *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros* (1982), de Maria Célia Paoli, traz muitas contribuições teóricas e metodológicas, além de uma aproximação com Castoriadis. A autora afirma que 1980 foi um momento de reavaliação e abertura de novas dimensões importantes na história, entendendo que

Parecemos todos ter chegado a um daqueles momentos onde há a dissolução progressiva de todo um conjunto de premissas e teorias que anteriormente organizavam a percepção e a análise sobre a forma histórica da dominação e dos modos de existência social e política dos trabalhadores. Deslumbrando (e não sem razão) com a descoberta de tudo aquilo que os intelectuais e pesquisadores dos anos 50 e 60 não viram, com a revelação de uma “realidade que começou a ceder em vários pontos”, com a emergência de “outras falas” até então silenciadas na história (PAOLI, M. 1982, p. 16).

A autora compreende que essa mudança foi assimilada de dois modos essenciais: primeiramente, rompeu com a ideia de que o operariado brasileiro e a burguesia eram atrasados e que, desse modo, a luta também ocorria no espaço fabril e não somente nos sindicatos e partidos. E, em segundo, esses pesquisadores colocaram em xeque discursos e instrumentos de análises que pareciam seguros de si, como o marxismo, por exemplo. Paoli entende que essas mudanças fizeram com que a sociedade brasileira passasse a ser entendida em sua diversidade, buscando, assim, nas análises, as experiências vividas no interior das relações sociais historicamente construídas. Ao ressaltar esse aspecto a autora não descarta a importância do marxismo,

e salienta a importância dos críticos dessa escola de pensamento, como, principalmente, Castoriadis.

Ao valorizarem as experiências cotidianas e remontarem os estudos nos espaços fabris, percebe-se que as resistências não podem ser reduzidas ao econômico; Paoli entende que,

a história das lutas operárias daquele período (antes de 1930)[..] aparecem inteiramente desvinculadas de sua experiência fabril: deslocada para o plano ideológico, torna-se uma questão de julgamento da organização à orientações doutrinárias (sobretudo anarquista) das lutas. E é nesse plano exclusivamente ideológico e doutrinário, que os historiadores e sociólogos sentiram-se mais a vontade para analisar a experiência anarquista; a partir daí aparece como algo lógico reconhecer uma derrota de quem quis “ignorar a questão do Estado” e ficou apenas no mero “nível” da luta econômica (PAOLI, M. 1982, p. 23).

Desse modo, os autores apontam que quando se entende os problemas cotidianos enfrentados pelos trabalhadores, não são as condições já dadas pelo sistema capitalista, mas sim o chão do reconhecimento comum das experiências, observamos experiências singulares.

Assim como Maroni, Paoli também destaca e valoriza as experiências das comissões de fábrica como algo singular e um modo de resistência que estava inteiramente ligado ao cotidiano dos trabalhadores. Essas experiências colaboraram para a formação de sindicatos, sim, entendendo as comissões como práticas específicas, abstraindo da lógica partidária e sindical. Maria Célia Paoli conclui que tais comissões

não pensaram em revolucionar, reformar ou tomar o poder, se não davam atenção ao nível parlamentar [...] tornaram visível e público suas condições de trabalho e vida, fizeram circular as experiências reprimidas, ocuparam o espaço de produção. Reatualizaram a reivindicação social negada pelos patrões e prometida pelo Estado (PAOLI, M. 1982, p. 54).

Assim, a história, por muito tempo, apagou esse espaço fabril, despolitizando-o. Os novos debates teóricos proporcionaram uma grande abertura para análises mais singulares, e principalmente esse rompimento com o marxismo ortodoxo - aqui ilustrado por Cornelius Castoriadis - possibilitou estudos mais amplos sobre as experiências operárias.

A historiadora Cristina Campos Hebling, que também analisa as experiências anarquistas, se aproxima da proposta teórico-metodológica de Castoriadis.

Na obra de Hebling, já na introdução, destaca-se a influência do filósofo, pois ela afirma que não se deve delimitar a história operária como política. Desse modo, ela critica os modelos prontos em que a história é inserida, sendo um deles o marxismo: “deter-se nas características que a classe operária não possuía, porque tinha-se em mente um modelo de comportamento político e de classe operária visivelmente alienígena e historicamente dúbio ou absolutamente teórico” (HEBLING, C. 1988, p. 12).

Ao observar as estratégias de resistência diferenciadas nas duas capitais Rio de Janeiro e São Paulo, Cristina Campos já demonstra sua recusa às interpretações homogêneas e totalizantes da história operária, demonstrando, assim, maneiras singulares de ação e não reduzindo apenas as greves a uma luta econômica. A autora prioriza as organizações espontâneas¹³ dos trabalhadores como as ligas de bairro, ligas de inquilinato e comissões, escapando do viés que privilegiava, exclusivamente, os partidos e os sindicatos como modos privilegiados de “consciência” dos trabalhadores.

Hebling, referenciando Castoriadis, afirma que a história é viva, e que constrói e reconstrói no dia a dia e, desse novo “ser histórico”, cria-se novas respostas às “mesmas” situações e ainda cria novas situações. A autora explica que;

O que os fez objeto de atenção do historiador é que em meio a sua heterogeneidade, apesar de destinadas à submissão, à laboriosidade, é que eles, em alguns momentos, se permitiram ter vontades. [...] O sonhar libertário, para nós dos anos oitenta, foi moralista, ético, dogmático. Mas possivelmente menos do que os valores burgueses da sociedade da época (HEBLING, C. 1988, p. 178-179).

Assim, podemos concluir que em 1980 não se descartou totalmente o modelo de análise marxista, mas houve um intenso debate e uma reestruturação metodológica, descartando modelos pré-estabelecidos e inserindo a análise de práticas e experiências específicas dos trabalhadores, como observamos acima, as comissões de fábrica e as organizações anarquistas.

3.1.2 A influência de Edward Palmer Thompson

Esses novos debates e rearranjos na teoria marxista se deram também nos clássicos trabalhos do historiador inglês Edward P. Thompson (1924-1993). O autor

¹³ Atenta-se que o conceito de espontâneo aqui é utilizado para manter-se fiel ao texto da autora, que faz uso da palavra. Ver Capítulo I sobre as problematizações do conceito de “espontâneo”.

influenciou a maioria dos trabalhos analisados acima, que empregaram esses conceitos na acepção de Thompson: *classe, experiência e fazer-se*.

Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva situam os principais aspectos da tradição marxista em Thompson (THOMPSON, E. P. 2001): o entendimento do materialismo histórico como simples e indispensável orientação teórica à pesquisa das “peculiaridades” dos processos históricos reais; a necessária opção por uma “história vista a partir de baixo”; a variedade dos “modos de dominação e revoluções, das lutas nas quais as classes se fazem e refazem a história e a afirmação de “classe” e “consciência de classe” como conceitos históricos. Desse modo, Thompson não se desprende das análises marxistas, mas as renova.

Para compreender as relações dos trabalhos mencionados e as propostas do historiador inglês, é importante entender seus principais conceitos. Thompson não entende classe como uma estrutura imóvel, para o autor;

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos disjuntos e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas) (THOMPSON, E. P. 1987, p. 10).

Desse modo, Thompson difere dos marxistas estruturalistas por ressaltar a importância da ação humana em detrimento das estruturas, como, por exemplo, o renomado historiador Perry Anderson, que sobrevalorizava a análise estrutural (MUNHOZ, S. 1997).

A classe como acontecimento evidencia seu constante “fazer-se”, suas práticas cotidianas que resultam em experiências comuns que se articulam construindo uma identidade coletiva. Para Thompson;

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, E. P. 1987, p. 11).

Assim, a classe surge e ressurgue em temporalidades distintas, mas nunca do mesmo modo, sua formação é específica, isso não quer dizer que uma é mais real que a outra, ela simplesmente é.

Amnéris Maroni, ao analisar formas alternativas de luta dos trabalhadores, também prioriza a ação humana, principalmente ao apontar os diferentes fatores que “formavam” as greves (resistência cotidiana e luta pelo controle do processo de trabalho), pois demonstra que as lutas estão muito além do econômico e estrutural.

Acreditamos que Maroni se aproxima de Thompson principalmente quando fala da constante reinvenção das greves. Segundo ela, as greves ocorridas em 1978 tiveram que abrir novas formas de organização, por conta da repressão militar, e se reinventaram por intermédio das comissões de fábrica que surgiram diretamente no cotidiano operário. Ao analisar essas comissões no espaço fabril, ela valoriza as experiências comuns dos trabalhadores como o principal aglutinador da organização operária. Maroni ainda entende que;

Propositadamente nos desviamos das reflexões que preocupam aqueles que se debruçam sobre o movimento operário. Nessas análises, a apreensão do movimento operário se restringe à problemática *partidária e/ou sindical*. Reduzido ou subjugado a essas dimensões, *o cotidiano operário vividos na fábrica* não tem espaço nessas reflexões [...] pretendemos afirmar *outra forma de historicidade* que tem por suporte a *resistência cotidiana na fábrica* e se expressa através da luta fugaz (vista como) insólita à organização do processo de trabalho (MARONI, A. 1982, p. 125).

Assim, as comissões foram produto de condições históricas específicas, e essa forma de análise (crítica) permite entendê-las em sua originalidade e peculiaridade.

Maria Célia Paoli também compartilha das premissas de Maroni, atentando para o fato de que o sindicato nem sempre representa a tradução política de um grupo, portanto é necessário ater-se aos pequenos espaços e resistências. A autora aponta que;

Esta é uma história que não pode ser reduzida a uma história institucional, à qual se atribui uma lógica pré-fixada modelarmente. O “fazer-se” de uma classe, para usar novamente a expressão de Thompson, ocorre apenas na luta e não em modelos que abstraíram o chão histórico que lhes deram origem, e que se transformaram em descrições vazias sobre o que deve ser a classe, o sindicato, o Estado e a própria história (PAOLI, M. 1982, p. 52).

Nesse sentido, a classe acontece durante a luta, isto é, ela não é uma categoria abstrata; acontece quando os homens, munidos de uma experiência comum, desempenham papéis que constituem o objetivo de sua classe e, assim, se afirmam como classe, perante outros grupos. Portanto, a partir disso, as comissões de fábrica e a experiência anarquista tornam-se objetos de análise legítimos da história operária.

Cristina Campos Hebling, ao analisar as greves de 1917 a 1921, afirma que não houve somente o fato econômico, e ressalta a busca dos trabalhadores pelo controle do processo de trabalho e a luta contra os valores burgueses. Também destaca as variações das ações operárias em indústrias e cidades diferentes, demonstrando que a classe não é homogênea. Isso como explica Thompson, não pode ser interpretado como uma organização é “mais classe” que outra, esse é o seu fazer-se:

uma vez que a classe não é esta ou aquela parte da máquina, mas a *maneira pela qual a máquina trabalha* uma vez colocada em movimento; não este ou aquele interesse, mas a *fricção* de interesses – o próprio movimento; o calor, o ruído estrondoso. Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição pode ser feita através *do tempo*, isto é, ação e reação, mudança e conflito (THOMPSON, E. P. 2001, p. 169).

Atentando também para o fato de que esses anos de manifestações demonstram que essas ações vão ganhando novas roupagens ao influenciar outros setores a aderirem e fortalecerem organizações de classe diferenciadas, como comissões, sindicatos e até mesmo os “deputados trabalhistas”, como Campos afirmou (HEBLING, C. 1988).

Pinheiro e Hall também se aproximam dos conceitos de Edward Palmer Thompson, afirmando que a classe é uma categoria histórica e, principalmente, ressaltando que as análises que priorizaram as organizações sindicais mantinham uma ideia de classe operária “verdadeira”. Segundo os autores;

Os trabalhadores, ao experimentarem a exploração, identificam os pontos de interesse antagônico e as formas em que se realizam de sorte que a classe e a consciência de classe emergem da própria luta de classes. Sem uma noção bastante segura da situação concreta da classe e de suas lutas no correr dos tempos, a tendência quase inevitável é a de cair num modelo que pretende fornecer o que deveria ser a “verdadeira” formação de classe numa determinada “etapa” do processo histórico (PINHEIRO, P.; HALL, M. 1981, p. 09).

Assim, a documentação que os autores organizam busca retratar as condições cotidianas de resistência operária e, desse modo, foge dos modelos de análise sindical e/ou oficial.

Os autores acreditam que o reducionismo “partidário e/ou sindicalista” entendia a história operária anterior a 1930 como embrionária, ou infantil. Assim, por intermédio da documentação selecionada por eles, verifica-se modos de organização que não cabem em modelos já estabelecidos. A classe operária, assim como a burguesia, não são grupos homogêneos. Segundo os autores; “a classe operária no seu todo não era levada em conta, passou-se a tomar as lideranças e os militantes pela classe inteira, perdendo-se com isto a história da experiência dos trabalhadores” (PINHEIRO, P.; HALL, M. 1981, p. 09).

Margareth Rago também se apropriou dos conceitos de Edward Thompson em sua obra aqui abordada. A autora explica que na década de 1980 as obras do autor e também do filósofo francês Michel Foucault (veremos a seguir) já estavam traduzidas e tinham fácil acesso no Brasil. Rago afirma que, ao estudar o anarquismo e suas práticas cotidianas, ela se utiliza dos conceitos de Thompson por compreender que as classes trabalhadoras são sujeitos de sua própria história, valorizando, assim, as experiências humanas. Entretanto, salientamos que a obra de Edward Palmer Thompson foi traduzida muito tardiamente no Brasil (*A formação da classe operária inglesa*, somente em 1987, traduzida por Denise Bottmann), desse modo, ao final dos anos 1970 e início de 1980, a circulação de seus trabalhos era restrita aos pesquisadores que dominavam o inglês ou o espanhol (MUNHOZ, S. 1997).

A autora também entende os jornais anarquistas como parte de uma produção cultural da classe trabalhadora, aproximando-se, assim, de Thompson, uma vez que a maioria dos trabalhos sobre cultura e história operária é influenciada pelo autor.

Francisco Foot Hardman trabalha com o conceito de cultura, segundo as acepções de Thompson, apresentando a cultura como uma formação específica e não totalmente dependente da classe dominante, como uma “imitação” ou “apropriação”; ele busca entender a cultura em sua complexidade (HARDMAN, F. 1983). Ele destaca que cultura não é um apêndice, ela é inerente a toda luta, entendendo que a formação das

ligas operárias, ligas de inquilinos, e outras organizações operárias, produzem uma cultura específica (HARDMAN, F. 1983).

Desse modo, percebemos que alguns objetos de análise foram possíveis por meio da influência teórica e metodológica de Edward Palmer Thompson, que possibilitou um olhar mais amplo que resultou em pesquisas mais elásticas (cotidiano, cultura, experiências) sobre classe operária brasileira.

3.1.3 Michel Foucault: poder e disciplina

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) teve grande influência nas ciências humanas desde a década de 1970, ganhando maior destaque na história na década de 1980. Os trabalhos que analisamos trazem principalmente os conceitos de *poder, disciplina e discurso*, e baseiam-se, principalmente, na obra *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, M. 1977).

Foucault entende que o poder não é algo que emana de algum lugar, ou está associado apenas ao Estado. Para o autor, o poder é constituído por relações, o que ele nomeia como relações de poder, entendendo como uma função positiva. Isso inova as teorias anteriores que entendiam o poder apenas como algo de cima para baixo, apenas como dominação e exploração. Assim, Foucault prioriza o estudo das relações humanas em suas especificidades.

Entretanto, nos trabalhos analisados, há uma preocupação específica com a disciplina industrial e o “controle” dos trabalhadores, em que se apropriam do conceito de disciplina do filósofo. Foucault entende que;

A mística do cotidiano se associa à disciplina do minúsculo. A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito (FOUCAULT, M. 1977, p. 129).

Nesse sentido, o autor entende que a disciplina está nos detalhes mais ínfimos das relações, associada também à divisão dos indivíduos no espaço, sendo que; “a fábrica parece claramente um convento, uma fortaleza, uma cidade fechada, o guardião só abrirá as portas à entrada dos operários” (FOUCAULT, M. 1977, p. 130).

Evidente que essa noção de disciplina citada acima foi facilmente assimilada aos estudos operários brasileiros. Um conceito, não menos importante, também bastante utilizado, foi o de discurso. O autor apresenta o discurso como algo imaterial que permeia as lutas e se transfere para o material, buscando compreender como tais discursos são formados, como são legitimados e controlados.

É importante observar que a teoria foucaultiana tece grande crítica ao modo como a história é escrita. Segundo o autor, os acontecimentos não são contínuos, não são processos. Para ele é necessário entender que múltiplos discursos permeiam um determinado acontecimento, que por vezes se encontram ou se excluem. Entender tais multiplicidades demonstra uma história descontínua, ilegível, e a tarefa do historiador ao analisar esses discursos díspares é encontrar as aproximações e as exclusões (FOUCAULT, M. 2010). O discurso é um jogo da escrita, em que há trocas, silêncios e busca pela legitimidade, destacando que não se caracteriza somente pela escrita ou pela palavra dita, mas pode ser também um discurso de ação, ou gestos:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, M. 2010, p. 49).

Esses conceitos apareceram com bastante frequência nos trabalhos analisados, como apresentaremos¹⁴.

Amnérís Maroni, ao trabalhar com a fábrica como campo legítimo de luta, apoia-se no conceito de Michel Foucault de disciplina. Para ela, o poder disciplinar se revela a partir dos regulamentos internos, sistemas de promoção, cargos e salários considerados como estratégias de controle dos trabalhadores. Também salienta a individualização do trabalho e sua racionalização como mecanismo de disciplina do operário, impedindo sua organização coletiva.

Assim, a disputa pelo controle do processo de trabalho, que já mencionamos aqui, pode ser entendida, segundo a autora, como uma luta pelo

¹⁴ Sobre a apropriação de Michel Foucault pela historiografia ver: RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980**. Tese de doutorado defendida em 2014 na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-Assis) sob orientação de: Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior.

“controle” e “disciplina”. Entretanto, deve-se ter cuidado, pois Foucault não adjetiva o poder disciplinar como “ruim”, ele vê sua positividade, enfim, o poder é. Ele faz parte das relações humanas, e depende de como se relaciona com o jogo, por exemplo, a disciplina para realizar determinadas atividades (tratamento médico, tarefas escolares) não é algo que entendemos como “ruim”. No entanto quando utilizada para controlar o processo de trabalho (excessos), pode gerar contradições.

Acreditamos que no caso específico de Maroni, Foucault lhe ajuda a compreender a organização fabril e a organização do processo de trabalho, mas deve-se ter cuidado e não resumir o processo de produção de Taylor e Ford apenas aos conceitos de disciplina, controle e vigilância, é necessário observar também os trâmites próprios do capital.

Cristina Campos atenta a esses cuidados e se aproxima de Foucault para explicar os processos da disciplina industrial, ressaltando a importância das relações de poder estabelecidas nas fábricas. Contudo, o que ela objetiva com isso é demonstrar a não homogeneização das classes (operária e também burguesa), pois, ao trabalhar com exemplos de duas cidades, ela ressalta essa particularidade. Nesse sentido, por exemplo, quando analisa o Rio de Janeiro, Campos observa a relação política estabelecida entre os empresários e o Estado e ainda a presença de sindicatos “amarelos”.

Acreditamos que Michel Foucault, nesse caso, auxilia na compreensão mais ampla das relações. O que o marxismo anteriormente analisava sob estruturas, o filósofo abre o campo para as especificidades e até mesmo à interiorização do poder, e, como vimos, Campos se aproxima disso para defender sua hipótese de “diferenças” e não forçar “concordâncias”.

Margareth Rago é emblemática nos usos que fez de Michel Foucault, contudo, nosso objetivo aqui não é apontar as críticas a essa metodologia (já muito elaborada), mas apresentar os motivos que levaram a autora a se apropriar de tais conceitos. Em um primeiro momento, ela trabalha com a ideia de disciplina industrial, procurando entender os limites que essa disciplina impõe entre a fábrica e o lar, e entende que;

Com os seguidores de Foucault desloca-se significativamente o eixo da experiência e/ou da cultura das classes trabalhadoras, acentuando-se o significado da ação disciplinar de inúmeros agentes sociais na produção do cotidiano e da identidade dos trabalhadores, através da

criação das instituições basilares da sociedade, tais como a família nuclear, a escola e a fábrica (RAGO, M. 1985, p. 3).

Assim, Rago aponta que a organização do trabalho disciplinava todos os âmbitos da vida do trabalhador, desde a fábrica até a sua família. Ela atenta que apesar das analogias entre a fábrica e a prisão, é necessário compreender que a disciplina visa ao controle de indivíduos livres, e isso difere da ideia de prisão. Seu trabalho demonstra, então, que a racionalização do trabalho e os discursos científicos sobre higiene, saúde e moral podem ser compreendidos dentro desse conceito de tecnologias de disciplinarização. Rago afirma que o início do século vinte no Brasil, com a “cientifização” do trabalho, foi marcado também, paralelamente, com os discursos médicos, higienistas, arquitetônicos, que visavam criar um modelo de operário e principalmente de mulher.

Em relação aos trabalhos já mencionados, cremos que o de Rago se diferencia ao analisar não somente os discursos científicos sobre o trabalho, mas também os discursos “fora da fábrica”, discursos pelo controle da vida familiar. Tais discursos sofreram forte resistência anarquista, principalmente no campo da moral. Entender essa relação entre as falas científicas e burguesas e a resistência operária foi o objetivo da autora.

Acreditamos que a obra de Michel Foucault, apesar de suas limitações muitas vezes não serem respeitadas, tiveram um impacto positivo ao ampliar o campo de análise da história operária.

3.1.4. Algumas outras influências dos debates nacionais

As influências dos novos debates estrangeiros foram fundamentais para a construção de uma análise mais crítica da história operária. Entretanto, as particularidades da nossa história contribuíram para “novos” debates entre os pesquisadores nacionais. Dentre eles, destacamos algumas proposições de Marilena Chauí e também de Maria Sylvia Franco Carvalho. As autoras publicaram um livro em 1978, intitulado *Ideologia e Mobilização Popular*, em que elas abordam a temática da ideologia. Chauí mantém o foco na presença do autoritarismo na década de 1930 e Carvalho apresenta a construção dos discursos científicos do ISEB, e como eles transpareciam, sob o emblema da ciência, a ideologia da classe dominante.

Primeiramente, é necessário enfatizar os principais aspectos do texto de Marilena Chauí. A autora busca apresentar o conceito de ideologia e, ao longo do trabalho, se utiliza do movimento Integralista brasileiro como fonte para as suas explicações. Para ela, o movimento Integralista criou o cenário de crise da sociedade, e a partir disso construiu a promessa de mudança social. Isso, como já foi dito por outros autores, busca tornar a sociedade homogênea, suprimindo a luta de classes. Segundo a autora;

Cabe, porém, ir mais longe e perceber que o deslizamento da noção de ideologia para recobrir toda atividade de pensamento é, no fundo, uma operação ideológica. Com efeito, a tarefa da ideologia é ocultar a divisão social e toma-la como um dado empírico suprimível de direito, graças ao discurso de classe convertido em discurso da sociedade inteira, isto é, universal. É, pois, constitutivo da ideologia o procedimento que identifica uma parte da divisão com o todo imaginariamente indiviso. Assim sendo, ignorar a diferença entre o pensamento (a crítica) e a ideologia (as representações) é homogeneizar a esfera do pensar, toma-la como um todo do qual uma parte diz mentiras e outra diz verdades, a tal ponto que fazer crítica de ideologia apareça também como ideologia, só que acrescida do adjetivo “verdadeira” (CHAUÍ, M. 1978, p. 15).

A partir dessa problemática da ideologia, Chauí, assim como Edgar De Decca, apresenta os diferentes discursos existentes desde 1928, que criaram projetos políticos para a sociedade, utilizando-se de representações sociais que buscavam suprimir as lutas e os conflitos de classe. Em meio a esses conflitos de discursos e interesses, o Estado aparece para preencher o vazio (como já salientamos anteriormente, por muito tempo essa “necessidade” de fortalecimento do Estado também foi reforçada pela historiografia). Nas palavras da autora:

Creio tornar-se possível explicitar, agora, o que designei como um certo tom “normativo” das interpretações concernentes ao período 1920-1938. A ideia de atraso ou de tardio implicitamente pressupõe, como contraponto, um “modelo” de sociedade completamente realizado ou desenvolvido, de sorte que a história passa a ser lida como processo de modernização e esta [sic], como progresso e aproximação gradativa do atrasado rumo ao desenvolvido. A ideia de vazio pressupõe, implicitamente, que a luta de classes não é constituinte do processo, mas um efeito em sua superfície e que só o “resultado” conta; ora, uma vez que neste “resultado” verifica-se que nenhuma das classes em presença e nenhuma das fracções de classe preenchem os requisitos para assenhorar-se do poder, o Estado surge como preenchimento do vazio (CHAUÍ, M. 1978, p. 27).

A historiografia se apoderou desse discurso também, criando marcos, fortalecendo a presença do Estado e omitindo os conflitos de classes, sobretudo, em 1930.

A autora, ao analisar os estudos realizados sobre as primeiras décadas do século XX no Brasil, destaca que os conflitos de classes são omitidos, e ora se promove o Estado, ora a burguesia, ou seja, prioriza-se um ou outro agente social. Para ela,

a impressão deixada por grande parte dos textos é a de uma concepção demiúrgica da história do Brasil, as interpretações oscilando na escolha do *demos ourgoi* que ora é o Estado (e há um hegelianismo latente), ora é empresariado (e a sombra de Schumpeter paira sobre a letra dos textos), ora deveria ter sido o proletariado (e a aura de Lênin refulge no esplendor do acaso). Essa concepção demiúrgica permite determinar de antemão o indeterminado e faz com que a luta de classes, *sempre presente nas análises dos melhores intérpretes*, não chegue a assumir a dimensão que lhe é própria, isto é, a da efetuação das relações históricas. Com isto, tende a permanecer na sombra algo que é constitutivo nessa luta: a representação recíproca e contraditória que as classes sociais constroem de si mesmas e das outras durante o processo histórico, constituindo-o também tal como lhes *aparece*. Em suma, permanece na sombra a região da ideologia (CHAUÍ, M. 1978, p. 29-30).

Acreditamos que essas afirmações de Marilena Chauí contribuíram principalmente para levantar questionamentos sobre as datas e marcos históricos estabelecidos, além de sustentar uma maior problematização sobre os próprios agentes sociais. Ao questionar os marcos estabelecidos nas análises, a autora aponta algumas datas que mereceriam mais atenção dos pesquisadores. Primeiramente, ela apresenta a necessidade de se aprofundar nos debates sobre o ano de 1928 (como já vimos e voltaremos a ver no trabalho de Edgar De Decca). Esse ano se caracteriza, segundo Chauí, pela formação do BOC (Bloco Operário e Camponês), pelas alianças estabelecidas devido à heterogeneidade das classes no Brasil, e atenta também para a expansão do comunismo no Brasil antes de 1930.

Desse modo, Chauí entende que alguns acontecimentos trouxeram mudanças para as classes, e não somente datas já fixadas. Outro exemplo apresentado pela autora é a importância da Lei de Sindicalização de 1931, que estreitou os laços sobre o controle da vida operária. Até então, as análises criticadas por ela buscavam enfatizar apenas os discursos oficiais, demonstrando certa passividade da classe operária. Chauí conclui que;

A simples recordação desses tópicos é suficiente para perceber que a classe operária não é um espantalho inventado pelo Estado a fim de justificar-se perante aos grupos que se lhe oponham. Se esta afirmação é óbvia, contudo, dela decorre uma outra que talvez não o seja: além de não estar passiva, a classe operária *não está ausente nem mesmo da “grande política”*, pois se a realização de interesses de setores da classe dominante passa por certas alianças de classes e pela concessão de certos “benefícios” ao proletariado, por outro lado, essas atitudes exigem uma contraparte repressiva e, assim sendo, considerar uma lei de Segurança Nacional como algo exterior ou marginal à “grande política” parece um tanto esdrúxulo (CHAUI, M. 1978, p. 94).

Assim, se faz necessário uma reflexão sobre a própria ideia de Estado, levando em consideração que esse não é o único polo da política e nem das relações sociais.

O que é válido destacar é que, ao explicar sobre tais datas e acontecimentos ocorridas, Chauí observa que as classes sociais buscavam, a todo momento, legitimar seus próprios discursos, baseando-se em representações sociais, criando ideologias específicas, e isso não pode ficar isento na história. Ela entende que;

Se a ideologia é um discurso que se oferece como representação e norma da sociedade e da política, como saber e como condição da ação, promove uma certa noção da racionalidade cuja peculiaridade consiste em permitir a suposição de que as representações e normas estão coladas no real, ou melhor são o próprio real ou sua verdade (CHAUI, 1978, p. 124).

A ideologia foi utilizada para defender identidades e criar projetos políticos para a sociedade e, notoriamente em 1928, sob um cenário de “crise”, houve uma disputa entre os discursos e a ideologia “verdadeira”.

No mesmo momento em que Marilena Chauí apresenta a importância de se repensar a ideologia construída pelos discursos, Maria Sylvia Carvalho Franco complementa os debates sobre ideologia em seu texto *O tempo das ilusões*, (1978) em que apresenta uma análise criteriosa sobre os discursos e trabalhos do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros, fundado em 1955 pelo então presidente Café Filho).

A autora analisa a construção do discurso ideológico dos pesquisadores que compunham o ISEB, definindo esses intelectuais como “intérpretes de uma consciência de classe, fundando a legitimidade de seu discurso, estabelecendo sua linguagem, difundindo sua política” (CARVALHO, M.S. 1978, p. 153). Desse modo, sua hipótese é de que esses intelectuais utilizavam um discurso científico para legitimar e conservar o pensamento burguês.

Assim como Chauí, Carvalho demonstra que os grupos sociais, a partir de suas representações da sociedade, buscam construir e reconstruir projetos ideológicos. Chauí atentou para a ideia de crise social transmitida em 1930 que rendeu diferentes projetos políticos para a sociedade. Carvalho também aponta, em uma mesma perspectiva, que a noção de crise e de desenvolvimento industrial tardio era utilizada pelos intelectuais do ISEB para apresentarem propostas desenvolvimentistas para o país, sendo que “a importância dessa conciliação em seus argumentos pode ser avaliada quando lembramos que é no contexto de toda a crise da cultura ocidental que localiza os nossos impasses e aponta para os seus remédios” (CARVALHO, 1978, p. 165).

Esses projetos desenvolvimentistas buscavam, principalmente, a valorização do trabalho fundamentando-se em ideais nacionalistas. Com esse discurso construído e sob o cunho da ciência, o ISEB, ao afirmar a necessidade de trabalho e progresso (integração ao capitalismo e desenvolvimento do mesmo), transparecia os interesses da burguesia brasileira. Para Maria Sylvia Franco;

As noções sobre alienação elaboradas pelo ISEB, certamente de má qualidade se avaliadas por parâmetros teóricos, não estiveram contudo desconstruídas com a realidade, cumpriram seu papel de legitimar o progresso econômico, convencendo o trabalhador a fazer de sua existência trabalho e só trabalho, fazendo-o crer que sua sujeição fosse liberdade, integrando-o ao capitalismo (CARVALHO, 1978, p. 197).

Assim, depois das duas análises, observa-se que o discurso ideológico não é fixo, a partir das rupturas, eles mudam e se reorganizam, segundo novos interesses, pode-se concluir que,

a substância das ideologias é o tempo em sua negatividade; é este que agita o processo mesmo de cada ideia re trabalhada, reproduzida, reformada, recriada, e é a mudança de sentido assim instituída e instituinte do processo social que tem de estar na mira da arma da crítica (CARVALHO, 1978, p. 209).

Observa-se que tais afirmações desenvolvidas pelas autoras ajudaram a desenvolver importantes debates na historiografia em 1980. O questionamento desses marcos determinou uma “reviravolta na historiografia brasileira” (MUNAKATA, 1980).

Dentre esses debates situados acima, destacou-se a preocupação com a “Revolução de 30” e o silêncio sobre a história operária desse período. Assim, os trabalhos de Edgar De Decca e Carlos Alberto Vesentini são emblemáticos. Ambos questionam a escrita da história a partir do Estado, sendo que a partir de 1930 haveria

uma consolidação do mesmo e, desse modo, a história operária partia dessa história oficial, caracterizada principalmente pela legislação trabalhista, mas suas resistências foram silenciadas.

Decca deu importância ao conceito de memória para explicar o silêncio da historiografia sobre a história operária. O autor entende que a memória se caracteriza como a reprodução de um discurso dominante, contudo, cada vez que é repassado, ele sofre mudanças e reconstruções. Assim, os “tenentes” que tiveram sua proposta de reorganização política e social vencedora ajudaram a construir a ideia de que eram os únicos agentes da “revolução”, e os vencidos também ajudaram a perpetuar isso, se colocando inclusive como “vencidos”. Decca ainda entende que, “como uma memória histórica a revolução de trinta legitima o exercício do poder ao definir o campo simbólico por meio do qual todo o social deve se homogeneizar” (DECCA, E. S. 1981, p. 73).

Além desse conceito, o autor também se apropria dos estudos de Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo para explicar a ideia de uma Revolução Burguesa no Brasil. Assim, “através de Marx, perceber um modo de desenvolvimento da história como luta de classes, como trama das relações sociais e políticas cuja inteligibilidade depende da compreensão de uma das práticas históricas da cena política: a prática do proletariado” (DECCA, E. S. 1981, p. 16).

O autor também tece muitas críticas ao marxismo (ortodoxo), ressaltando que não se deve colocar a classe operária em modelos pré-estabelecidos. No entanto, para complementar sua hipótese, Decca se utiliza de alguns pensamentos de Lênin, entendendo que a revolução pode ser um projeto político (justificando assim os diferentes projetos políticos de 1930). Do mesmo modo, cita Rosa Luxemburgo para tratar da questão agrária, afirmando as variantes das realidades históricas em que, muitas vezes, uma revolução defende os preceitos agrários, no caso brasileiro, em detrimento ao imperialismo.

Desse modo, De Decca interpreta a ação do BOC como uma das formas da presença operária em 1930 e ressalta os aspectos de classe e da revolução burguesa, escorado nas teorias críticas de Marx. O autor também salientou a importância de confrontar os discursos e propostas, baseando-se nos escritos de Marilena Chauí (fundamentalmente nos citados acima). Vesentini também se apropria da perspectiva de

Chauí para explicar como os textos que o historiador analisa são vivos e, por muitas vezes, foram utilizados em nossa historiografia para “confirmar” ideias, e não desmontá-las (fato e documento são irredutíveis).

Carlos Vesentini partilha com Decca o conceito de memória histórica, entretanto o que vale destacar de sua obra é a construção do fato. O autor afirma que a naturalização da concepção da “Revolução de 1930” como um fato foi responsável por apagar as outras propostas políticas que emergiam no período. Ele entende o fato como ação e criação. Desse modo, assim como a memória, com o passar do tempo, ele é reestruturado e adaptado. Para o autor, “uma série de práticas, localizadas cronologicamente, parece ter tido a capacidade de se unir a significações amplas, constituindo o fato” (VESENTINI, C. 1997, p. 43). Em decorrência, entende-se “teia do fato” como uma gama de práticas e referências que transformam determinados acontecimentos em instrumento de identificação coletiva.

Ao trabalhar com o conceito de fato, buscando apoio de Marilena Chauí e nos debates de De Decca, o autor contribui para o questionamento dos marcos históricos, ainda naturalizados pelos historiadores, e critica principalmente a história operária escrita a partir do Estado.

Kazumi Munakata, ao se debruçar sobre a temática, afirma que as obras mais importantes para a compreensão daquele período histórico seriam os trabalhos de Marilena Chauí e Edgar De Decca. Sobre esses autores, Munakata ainda afirma que,

as maiorias das obras ressentem-se da ausência de pesquisa, principalmente a referente às décadas de 20 e de 30; isto é explicável: se nestas décadas –segundo o modelo explicativo acima referido- os principais agentes são outros (tenentes, Estado, etc.), que não a classe operária, para que estudá-la? [...] essa ausência de pesquisa que impede a ruptura com tais modelos explicativos (MUNAKATA, K. 1984, p. 108).

Assim, Munakata aponta a influência dos autores para o estudo da classe operária nas décadas em que sua história foi silenciada e passada para as representações do Estado.

É importante salientar que, ao apresentar um Brasil sem a legislação trabalhista e ressaltando algumas práticas de resistência e de organização operária, Munakata, assim como os autores acima, também foge do modelo de história tradicional que “conta” a história operária a partir do Estado. Entretanto, Munakata também

apresenta a criação de leis para o controle operário no início do século XX, o que não faz com que se transferisse a história operária para a lente estatal.

Ao demonstrar as contradições do Ministério do Trabalho (que não fazia valer suas leis), o autor desconstrói a mitologia que deslocou a história operária - e principalmente suas lutas - para o campo da legislação e mediação total do Estado nas relações trabalhistas.

Entretanto, tentamos, neste trabalho, ressaltar algumas mudanças teórico-metodológicas na historiografia brasileira. Analisando o trabalho de Silvia Magnani, percebemos uma forte inspiração marxista (ortodoxa) que levou a autora a utilizar conceitos como explorados e exploradores. Além das terminologias conceituais, ela sublinha as incoerências e possíveis falhas das organizações anarquistas, (entendidas, por vezes, como apolíticas) contrastando, por exemplo, com De Decca. No entanto, não significa que a autora não trabalhe criticamente com o modelo, pois ela assinala assiduamente os silêncios produzidos sobre a história operária e ainda desconstrói a relação entre anarquismo e imigração, enfatizando que as características sociais e econômicas brasileiras possibilitaram o florescimento da ideologia libertária no cenário nacional.

Sublinhamos que as influências dos debates estrangeiros não foram importadas e transferidas a nossa realidade. Foram criticadas, e as particularidades brasileiras contribuíram para o aprofundamento teórico de alguns autores. Observa-se também que a própria produção nacional também foi apropriada, levando em conta as muitas referências ao trabalho da filósofa Marilena Chauí e do historiador Edgar De Decca.

3.2. O historiador em seu tempo: breve debate sobre as influências das greves de 1980 no trabalho desses acadêmicos

Como já observado no primeiro capítulo deste trabalho, os movimentos sociais ocorridos no Brasil entre 1978/80 influenciaram na descoberta desse “novo sujeito” da história. No entanto, o que nos cabe aqui é apresentar como alguns autores perceberam e retrataram isso em suas pesquisas, apesar de entendermos que a escolha

da própria temática se insere no contexto, mas privilegiaremos aqui os autores que mencionam abertamente tais manifestações.

Amnérís Maroni analisa as próprias greves de 1978, trabalhando com suas singularidades em relação às anteriores, destacando que o “antigo” sindicalismo não se adaptou às novas necessidades da indústria moderna, e, por isso, se reestrutura as relações sindicais com novas práticas, e as greves são construídas à revelia das estruturas e direções sindicais vigentes, criando novos sentidos (MARONI, A. 1982).

Maroni ressalta que essa explicitação do movimento operário, em 1978, foi apropriada por muitos sindicatos, por correntes de esquerda e também por historiadores. Para a autora, “alguns aspectos do conflito são nomeados como lugar por excelência da luta, e ganham legitimidade perante a sociedade, as correntes políticas que buscam representá-los e os pesquisadores que tentam analisá-los” (MARONI, A. 1982, p. 16).

Como já sublinhamos, essa apropriação do movimento operário se caracteriza nesse contexto se levarmos em conta as lutas pela democratização e o enfraquecimento do regime militar. Era um momento de disputas, para definir o lugar legítimo das lutas e “quem” é mais autêntico para representá-los (sindicatos, partidos, intelectuais).

Maria Célia Paoli (1982) afirma que a emergência do movimento operário contribuiu para a exibição de novos debates e uma reavaliação sobre os estudos de dominação. Segundo Paoli,

a demolição do velho e a construção do novo se deve menos ao movimento interno das categorias de análise e muito mais a emergência concreta dos movimentos sociais, de suas demandas e de suas práticas políticas, a apropriação destes temas propostos pela realidade se faz mais pela via da descoberta intelectual das categorias libertárias do que pelo registro paciente e sistemático desta realidade como auto-reflexão (PAOLI, M. 1982, p. 18).

As experiências singulares desses movimentos possibilitaram uma concepção mais ampla sobre o conceito de política, como algo heterogêneo e que pode ocupar um lugar no interior das fábricas, por meio das práticas cotidianas. A sociedade brasileira passou a ser entendida em suas “diferenças”, respondendo velhas perguntas com novas respostas, a autora ainda afirma que;

O que os movimentos sociais ensinaram fundamentalmente aos que pensam sobre a sociedade brasileira é que a dominação não é um pacote pronto que dominados indiferenciados engolem porque não tem outras perspectivas pela frente (PAOLI, M. 1982, p. 19).

Desse modo, houve uma redescoberta da sociedade policlassista e heterogênea. Isso é perceptível quando esses movimentos são instintivos e não se enquadram apenas em partidos e sindicatos como algumas análises priorizaram:

quando enfim se reconhece que os sujeitos históricos tem emoções, experiências, tradições e valores próprios que o colocam numa relação consigo mesmo, diferenciando e se projetando no tempo, há uma redescoberta do cultural como central ao entendimento da dominação (PAOLI, M. 1982, p. 20).

Assim, os movimentos mostraram que não “cabiam” em modelos pré-estabelecidos, o que contribuiu para a formação de um marxismo crítico que passou a considerar as relações culturais como legítimas.

Edgar De Decca apresenta uma interpretação singular sobre a emergência desses movimentos sociais. Primeiramente, assim como Paoli, ele concorda com a premissa que a emergência dessas manifestações apontou para uma sociedade brasileira heterogênea, o que colaborou para a crítica das categorias fixas de análise. Entretanto, ele aponta que a repressão do governo militar às manifestações fez com que muitos intelectuais se colocassem no mesmo campo dos “vencidos”. Desse modo, “uma homogeneização teórica colocou determinados setores da sociedade na condição de vencidos, imaginando-se que as perdas dos intelectuais eram da mesma grandeza daquelas ocorridas no interior da classe operária” (DECCA E. S. 1981, p. 32).

Assim, percebe-se uma mudança no próprio comportamento do intelectual, que, nas décadas anteriores, estava mais relacionado ao governo e suas pesquisas giravam em torno de se criar modelos e projetos políticos e sociais para a sociedade (PÉCAUT, D. 1990). Dessa forma, os intelectuais, como resultado da sua frustração acadêmica do pós-1964, entendem que suas produções teóricas podem ser consideradas como práticas políticas. Decca entende que “somente após as experiências traumáticas vividas por parte da intelectualidade a partir de 1968, essa produção pode abrir seu próprio campo de perspectivas” (DECCA, E. S. 1981, p. 33).

O autor vê essa configuração do trabalho intelectual em sua positividade, afirmando que os discursos acadêmicos “deram voz historiográfica” aos movimentos sociais, e se tornaram um meio de expressão de uma classe.

Carlos Alberto Vesentini partilha dessas percepções de DeDecca, no entanto, atenta também para outras mudanças dentre os intelectuais. Ele atenta para a influência de Antonio Gramsci entre os pesquisadores, e destaca a incorporação de seu conceito de intelectual orgânico. Gramsci, o filósofo político e militante marxista italiano, observa que os intelectuais podem ser divididos em dois grupos: os intelectuais tradicionais, como os professores e clérigos que, com o passar do tempo, desenvolvem as mesmas ações e um segundo grupo que Gramsci determina como intelectuais orgânicos, que são ligados a classes ou até mesmo empresas, e buscam obter mais controle e poder, ou seja, representam interesses. O autor afirma que os intelectuais orgânicos estão mais ativamente envolvidos na sociedade e lutam constantemente para mudar as mentalidades, e, em contraponto, os professores e clérigos permanecem no mesmo lugar realizando os mesmos trabalhos e até “secularizando” determinados valores (SAID, E. 2005).

Levando em conta essas considerações, Vesentini explica que esses “novos” intelectuais buscavam formar um novo saber, e o resultado disso foi o grande número de publicações de livros didáticos. Já mencionamos o posicionamento do autor sobre esses livros didáticos, portanto, o que se destaca aqui é entender essa nova preocupação do pesquisador dos anos oitenta, em que ele questiona e reflete sobre seu papel, desenvolvendo novas abordagens e temas e, no caso de Vesentini, a preocupação didática também estaria inserida nesse contexto.

Francisco Foot Hardman ressalta que a inspiração para escrever o ensaio *Nem Pátria, Nem Patrão!* (HARDMAN, F. 1983) veio a partir do refluxo dos movimentos sociais. Ele descreve que ao ver um anúncio em um jornal, sobre a festa do Partido dos Trabalhadores (PT), ele tenta imaginar, “como os anarquistas interpretariam essa formação de um partido de trabalhadores?”. Essa indagação fez com que o autor analisasse as festas anarquistas e buscasse entender os desdobramentos e as influências que posteriormente contribuíram para a “popularização” de práticas operárias.

Hardman ainda ressalta que seu interesse para estudar a cultura operária fez com que observasse os acontecimentos “atuais” em um aspecto mais amplo,

afirmando que “a greve, nesse sentido, surge como ponto nevrálgico do entrelaçamento entre os planos, da política (universal) e da cultura (particular)” (HARDMAN, F. 1983, p. 16). Desse modo, as manifestações que ocorriam desde o ano de 1978 possibilitaram novas observações sobre temas já trabalhados.

Assim, o que buscamos demonstrar aqui é que a emergência dos movimentos sociais, associados aos novos debates teóricos e metodológicos, contribuíram para a reflexão sobre o papel do historiador, o que ocasionou em uma série de novas pesquisas e temas, principalmente, sobre a história operária.

3.3. Especificidades dos trabalhos – conclusão

Analisamos aqui trabalhos clássicos sobre estudos da classe operária no Brasil, nos atentando para compreendê-los em sua totalidade. No entanto, cabe apresentar sinteticamente alguns detalhes de cada obra que, por vezes, não coube nos apontamentos acima.

Os trabalhos analisados tratam a classe operária de modos variados, com recortes distintos. No capítulo seguinte, especificaremos como é tratado o marco de 1917 para tais autores, contudo, agora, apresentaremos alguns apontamentos mais generalizados.

Amnérís Maroni contribuiu, principalmente, ao analisar a organização do trabalho, focando nas comissões de fábrica, criticando enfaticamente as estratégias do capital. Acreditamos que seu trabalho seja um dos mais representativos quando abordamos os debates teóricos e metodológicos de Cornelius Castoriadis, principalmente ao destacar as comissões de fábrica como espaços legítimos de luta, concretizando, assim, uma ampliação da política. Ela contribui, também, ao destacar a ação dos trabalhadores que subverteram a lógica de dominação do sistema capitalista ao se apropriarem do espaço de controle do capital, a fábrica.

Maria Célia Paoli é muito original em sua pesquisa ao estudar o Estado Novo e apresentar greves que ocorreram nesse período, greves estas duramente silenciadas pela historiografia. Ela analisa as greves que aconteceram entre 1931 e 1935, resultado de uma forte crise de desemprego e também as greves de 1946 a 1949 que, em certa medida, foram consequências da guerra. Ao trabalhar com esse recorte, Paoli

demonstra que o operariado não estava “amorfo” nesse período e ainda desconstrói a história que foi contada a partir da perspectiva do Estado, no caso, da legislação trabalhista.

Sobre esse ponto - a legislação trabalhista -, a obra de Kazumi Munakata é referência, pois o autor apresenta os impasses dessas leis. É interessante observar que o autor visa também desconstruir alguns dos mitos da legislação trabalhista, como, por exemplo, a sua não “neutralidade”. Acreditamos que houveram algumas medidas positivas com a legislação trabalhista, mas Kazumi nos leva para dentro dos conflitos, atentando para as ambiguidades da legislação e dos próprios atores sociais.

O artigo de Kazumi Munakata (1980), publicado na tumultuada Anpuh de Araraquara, tem grande valor em seu debate teórico, ao ressaltar a necessidade de reconhecer a classe operária como sujeito de sua história e não sob as lentes do Estado e da “política oficial”. Assim como outros pesquisadores, Munakata discorre sobre a importância de se questionar os marcos estabelecidos e por vezes reafirmados pela historiografia.

Considerando o trabalho um tanto quanto metódico de Silvia Magnani, a autora foi brilhante ao desmistificar uma relação muito difundida na época entre a imigração e o anarquismo. Magnani traça um trajeto ímpar ao defender a hipótese de que o Brasil tinha condições específicas (sociais e políticas) que contribuíram para a influência libertária no início do século XX. Ela utiliza-se de termos próprios do período republicano, conceitos dos quais ela trata com cuidado e sem anacronismos.

Sobre essas análises que priorizaram as experiências anarquistas, ressaltou-se também o trabalho de Margareth Rago. Entretanto, o grande mérito de seu trabalho é apresentar a figura feminina e também as crianças desses movimentos de resistência e, principalmente, por construir uma análise das práticas populares em detrimento dos discursos científicos. A autora valoriza as práticas cotidianas dos anarquistas, retratando modos e práticas para além do político.

Cristina Campos Hebling partilha da perspectiva de análise de Rago, contudo, ela atenta às diferenças entre as organizações anarquistas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ao contrastar as duas cidades, ela afirma que o modo de produção capitalista não é um modelo dado e fixo, ele também se constrói e tem muitos imbrica

mentos, e isso implica em formações diferenciadas da classe operária. Observamos também que a autora trabalha com os referenciais teóricos considerados “novos” no período.

“O Silêncio dos vencidos” foi uma espécie de pai de todos esses e outros trabalhos. Ao questionarem a revolução de trinta, eles afirmaram a presença operária naquele período, ajudando a desconstruir uma visão histórica muito difundida e não questionada pelos historiadores, escrevendo a história a partir da classe operária e não dos tenentes.

Os autores Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (PINHEIRO, P.; HALL, M. 1981) apresentam uma documentação sobre diferentes greves que ocorreram durante todo o período recortado, demonstrando o caráter espontâneo de algumas greves e outras mais organizadas e planejadas, pois a organização operária não é homogênea.

Todavia, acreditamos que a real importância da obra desses autores foi preparar uma documentação que pode ser utilizada para diversas pesquisas sobre história operária, ressaltando que eram documentos inéditos recém adquiridos pela Unicamp (AEL), e demonstram diferentes modos de organização dos trabalhadores no início do século XX, tanto dos colonos das fazendas, quanto dos urbanos. O professor Michael Hall, por ser estrangeiro, influenciou muito no processo de aquisição de obras estrangeiras fundamentais para a Biblioteca do IFCH (Unicamp) e orientou muitos trabalhos que foram fundamentais na revisão desses estudos.

A documentação é composta de jornais operários bem específicos que divulgam muitas denúncias de exploração e repressão aos trabalhadores, assim como relatórios das indústrias e do Estado sobre condições de vida das famílias operárias. Isso possibilitou e contribuiu para a expansão da temática de estudo, principalmente sobre anarquismo, organização familiar e cotidiano.

Assim, observa-se que cada trabalho em sua particularidade contribui de diferentes modos para as pesquisas da história operária. Mesmo observando o uso dos mesmos teóricos e métodos, tratam de “novos” objetos e objetivos.

CAPÍTULO IV: A HISTÓRIA OPERÁRIA BRASILEIRA E SUAS PERIODIZAÇÕES

Ao analisarmos as fontes e com base nos levantamentos realizados por Carlos Fico e Ronald Polito, constatamos o interesse por determinados períodos da História operária brasileira.

Primeiramente, a maioria dos trabalhos priorizaram os estudos da classe operária do início do século XX, enfatizando as organizações anarquistas (período de 1889-1921). Como demonstraremos neste capítulo, houve um grande número de análises sobre as greves ocorridas em 1917 e a hegemonia anarquista¹⁵.

Em 1980, completava-se 50 anos da “Revolução de 1930”, e a efeméride pode haver estimulado a produção de muitos trabalhos sobre a temática. No entanto, a maioria dos trabalhos sobre a década de 1930 enfatiza aspectos da “história política oficial”, ou seja, são debates que enfatizam o próprio golpe e a organização do Estado. A classe operária ficou “abafada” nesse período, contudo, os trabalhos que trouxemos para análise demonstram a participação ativa da classe operária nesses anos.

Há poucos estudos que enfatizam a presença operária nas décadas de 1940 e 1950 - esses anos foram abordados pela historiografia de modo tradicional, priorizando as funções do Estado. Neste trabalho apresentamos apenas alguns anseios apontados por Maria Célia Paoli (1982). Destacam-se também trabalhos que buscaram interpretar os próprios acontecimentos do período, preocupando-se com a emergência dos movimentos sociais em 1980. Portanto, neste capítulo, buscamos apresentar as peculiaridades de cada período estudado pelos autores, observando um maior destaque para a organização operária anarquista do início do século XX.

4.1. O que as fontes disseram sobre 1917

Essa produção historiográfica da década de 1980 abordou mais criteriosamente o período Republicano no Brasil, sendo que a maioria dos recortes destacam os anos de 1889 a 1930. Os autores e trabalhos que analisamos se remetem de formas distintas às greves ocorridas em 1917 no Brasil, entretanto, alguns apontamentos são comuns e, ao mesmo tempo, trazem novas perspectivas. O que gostaríamos de

¹⁵ Entende-se que os movimentos que ocorreram na Rússia em 1904-1905 foram noticiados no Brasil, mais os autores analisados guiaram seus trabalhos nos aspectos da sociedade brasileira daquele momento.

apresentar aqui é o aspecto positivo desses trabalhos ao abordarem os fatores específicos da sociedade brasileira naquele período, invalidando os “mitos” de que os movimentos operários eram apenas fundamentados pela importação de ideias.

Isso não descarta a influência do contexto internacional nas greves, como veremos ao final deste capítulo, mas defendemos que, em 1917, houve uma convergência de diferentes fatores que nos ajudam a explicar a dimensão dos movimentos reivindicatórios e de protesto social ocorridos no Brasil.

Percebemos que, ao descartarem as análises partidárias ou sindicalistas da história operária, os autores analisados ressaltaram o anarquismo como um dos elementos essenciais nas manifestações da 1917. Maria Célia Paoli apontou que, sob essa atmosfera de novos debates na história; “é nesse plano exclusivamente ideológico e doutrinário, que os historiadores e sociólogos se sentiram mais à vontade para analisar a experiência anarquista” (PAOLI, M. 1982, p. 23). A autora ainda aponta que;

O insucesso destas “pequenas lutas”, certamente mais frequente, dada a espantosa violência da repressão, não anula a enorme importância deste campo de luta no engendramento histórico da luta de classe. Estas lutas, organizada ou não pelos anarquistas, formam uma prática política que tenta ser expressão do existir cotidiano de uma classe e propõem, simultaneamente, a dimensão do próprio significado das experiências comuns e do reconhecimento mútuo; isto é, propõe a interpretação de sua própria dominação (PAOLI, M. 1982, p. 24).

Assim, ela traz uma perspectiva importante ao ressaltar que a organização anarquista, difusa em ligas de bairro, por exemplo, contribuiu para a construção do “tempo coletivo” por meio das experiências em comum, o que ocasionou em uma das características das manifestações daquele período.

Entretanto, a autora não afirma que essas organizações, posteriormente, deram “origem” aos sindicatos (como se apenas os sindicatos ou as organizações “oficiais” devam ser consideradas). De um ponto de vista divergente do que era comum à época, Paoli demonstra que havia uma forma de organização diferenciada e autêntica antes de 1930 e que, por intermédio de suas possíveis “falhas”, em um outro contexto, formaram outros tipos de organização. Segundo Paoli;

a partir da greve de 1917 em São Paulo, quando a ação do movimento operário, no próprio desenvolvimento de sua prática, desdobra suas comissões e grupos de fábrica para além do lugar onde elas tinham se desenvolvido: forma-se um comitê amplo, sediado em bairro, elegem-

se delegados, negocia-se com patrões e com o governo estadual (PAOLI, M. 1982, p. 27).

Desse modo, a autora destaca que o desenvolvimento do movimento operário foi “espontâneo” no que se refere a uma organização não institucionalizada que, por muito tempo, era o foco de muitas análises historiográficas e militantes. E se forma de acordo com os acontecimentos que os permeiam, como já afirmava Edward Palmer Thompson ao dizer que a classe acontece.

Como já observamos, Cristina Campos Hebling trabalha exatamente com essa perspectiva difusa e heterogênea das organizações operárias. A autora prioriza o anarquismo, porém explica que não era uma forma homogênea, pois em São Paulo e no Rio de Janeiro tiveram diferentes modos de atuação, devido ao “cenário” diferente das duas cidades (HEBLING, C. 1988). Destacamos que a autora faz uma contribuição positiva ao apresentar que essas diferenças ocorriam em toda a classe operária brasileira, pois há diferença nas relações de trabalho, diferença sexual, diferentes setores econômicos etc.

Hebling afirma, como já mencionamos anteriormente, que o Rio de Janeiro possuía uma organização específica da sociedade, uma maior diversidade cultural e populacional, além de um grande número de funcionários públicos, o que influenciou o surgimento do anarquismo em bases de organização sindical, considerando que o número de sindicatos ditos “amarelos” era grande, ou seja, já havia uma tendência à organização sindical (HEBLING, C. 1988).

Em São Paulo, as características eram diferentes, devido à forte imigração e outra estrutura econômica; como aponta Hebling, uma maior repressão se deu na cidade decorrente de uma maior aproximação entre o empresariado e o Estado. Campos destaca que nessa cidade se desenvolveram mais ligas de bairro, tipicamente anarquistas e com influências estrangeiras, a eficiência da repressão policial dificultou as organizações sindicais.

É importante ressaltar que a autora trabalha com jornais de vertente anarquista para trazer esses resultados. Assim, as greves podem ser compreendidas para além do plano econômico, como um projeto utópico da sociedade como resposta aos desmandos do Estado e dos industriais.

Contudo, os autores estão de acordo sobre tais fatores econômicos e retratam, a partir das análises dos jornais operários, que as condições de trabalho e de moradia eram precárias, portanto, em julho de 1917, a greve se inicia no setor têxtil (o maior setor industrial do Brasil), exigindo a jornada de oito horas, a regulamentação do trabalho feminino e infantil e também o aumento salarial (HEBLING, C. 1988). Essas greves são difusas, não acontecem ao mesmo tempo, devido às reuniões e acordos que acontecem, culminando, assim, em uma das maiores greves da história brasileira, mesmo com seu caráter disperso e espontâneo (HEBLING, C. 1988).

Essas manifestações - iniciadas em 1917 - são recorrentes até, aproximadamente, 1921, porém com menos intensidade. A autora entende que o declínio ocorre devido à repressão e também às mudanças nas práticas operárias, considerando a fundação do Partido Comunista em 1922, o que leva a outras estratégias de luta e não mais a ação direta anarquista, além do forte discurso nacionalista e patriótico empregado por grande parte da elite como meio de sanar os problemas sociais. Hebling afirma que:

Creio que este final de conjuntura marcou os limites do sonhar libertário. Ele foi provado pelos valores religiosos, pelo nacionalismo, pelo pragmatismo, o reformismo, por uma política de corrupção que sustentava amarelos e coronéis marítimos, pelo gerenciamento científico, etc. (HEBLING, C. 1988, p. 178).

Todavia, assim como De Decca também salientou (DECCA Edgar, S. 1981), a autora afirma que é errôneo usar a palavra “insucesso” para a experiência anarquista desses anos, pois os anarquistas não queriam participar do poder, não se viam nessa lógica. Afirma, ainda, que não se pode criticar essa falta de representatividade política do operariado, uma vez que a burguesia em si também demorou para se constituir como força política e eleitoral (HEBLING, C. 1988). Assim, acreditamos que esse aspecto de compreender essas greves como difusas e sob múltiplos fatores é a principal colaboração da autora sobre a data.

É importante ressaltar que os ganhos dessas greves foram relativos, dependendo de cada setor e cada região. Entretanto, os autores concordam que essas manifestações de 1917 trouxeram à tona a “questão social” que, anteriormente, tentava-se ocultar.

Margareth Rago afirma que esse foi um dos maiores ganhos de tais manifestações e também ressalta que foi importante para o fortalecimento do movimento operário e patronal, por intermédio da criação de diversas associações (RAGO, M. 1985). Porém, vale ressaltar que essa obra apresenta outro aspecto da repressão a essas manifestações e a moral, segundo ela, “a imagem da família, utilizada para pensar a fábrica, cumpre função explícita de negar a existência do conflito capital/trabalho, sugerindo a ideia de uma harmoniosa cooperação entre pessoas identificadas” (RAGO, M. 1985, p. 34).

Ao analisar os jornais anarquistas do período, Rago ressalta a presença feminina na organização e no discurso operário. Essa presença que a autora aponta não é só na resistência explícita (as trabalhadoras têxteis que foram às ruas em 1917), mas na resistência cotidiana. Sublinha-se que os questionamentos dessas mulheres ultrapassam a condição de trabalho, questiona-se a própria construção da mulher (RAGO, M. 1985). Como já mencionamos:

a luta pela emancipação da mulher não passa pela reivindicação de ascender à esfera pública simplesmente, mas é primeiramente uma questão de ordem moral: trata-se da necessidade de libertar-se do modelo burguês que lhe é imposto e de construir uma nova figura negadora daquela forjada pela representação burguesa e masculina (RAGO, M. 1985, p. 100).

Desse modo, percebemos que encontrar um fio único para as manifestações é impossível, pois elas se constituíram de fatores diferenciados e difusos. A colaboração de Margareth Rago foi importante por destacar que as estratégias anarquistas buscavam intervir em problemas que iam para além do campo econômico (o que, via de regra geral, não era muito valorizado pelas análises marxistas de orientação ortodoxa), elas questionavam toda a estrutura burguesa, inclusive a moral familiar, como sabiamente destacou a autora.

Kazumi Munakata também salienta a intensa influência anarquista nas greves de 1917, desde sua proliferação anterior (1904). O autor se destaca ao estabelecer uma relação entre o anarquismo e o liberalismo. Como já visto, ele afirma que ambos não queriam a intervenção do Estado nas relações de trabalho, mas entendiam o trabalho como acordos privados. Assim, Munakata ressalta a importância dessas ideologias libertárias nas greves e estabelece, principalmente, os ganhos dessas manifestações.

O autor afirma que um dos principais ganhos dessas grandes greves foi o maior controle por parte dos trabalhadores das relações de trabalho, exemplo disso foi a criação das tabelas e regulamentos que muitos trabalhadores estabeleceram (MUNAKATA, K. 1984). A estratégia desses trabalhadores, segundo Munakata, era de criar associações de trabalhadores de determinado ofício e estabelecerem normas e regras a serem seguidas pelas empresas naquele determinado trabalho (MUNAKATA, K. 1984). A principal regra estabelecida por essas associações/comissões operárias estava relacionada ao salário e às condições de trabalho. Essas associações eram responsáveis principalmente pelo mercado de trabalho, pois eles mediavam as contratações. Assim, se um patrão não cumprisse as normas daquele sindicato de ofício, dificilmente ele conseguiria contratar mão de obra (MUNAKATA, K. 1984).

Ele afirma que o sindicato é, de certo modo, aceito pelos patrões, e esse sucesso se deve à organização e mobilização constante dos trabalhadores, além de resolverem os conflitos sem a intervenção do Estado (anarquistas e sua resistência ao Estado) e também aos modos de assistência social, como as caixas de auxílio em caso de acidentes que atraíram os trabalhadores (MUNAKATA, K. 1984). Desse modo, o autor também desconstrói o mito da “infantilidade” da classe operária antes de 1930, ao apresentar os diversos modos de resistência implícitos e explícitos, que garantiram alguns ganhos para os trabalhadores, principalmente após as grandes manifestações de 1917.

Acreditamos que uma das fontes que mais contribuiu aqui para ressaltar os próprios aspectos nacionais nessas grandes greves foi o trabalho de Silvia Magnani (MAGNANI, S. 1982). Como já enfatizado, o trabalho da autora ainda retrata uma tendência teórica dos anos anteriores à década de 1980.

Ao apresentar a teoria da “planta exótica”, a autora visa desconstruir a ideia da resistência operária como importada. Essa teoria, muito difundida pela elite republicana, entendia que o anarquismo veio totalmente de fora, pois o brasileiro é “cordial” e os estrangeiros, “culpados” (MAGNANI, S. 1982). O trabalho de Magnani desconstrói esse mito e busca provar que a situação econômica e política do Brasil daquele período era fértil às ideias libertárias. A autora ressalta que;

os comportamentos políticos do operariado, ainda que contraditórios entre si ou ambíguos, seriam explicitados pela configuração social; o anarquismo teria correspondido a certos aspectos da configuração

social, não permanecendo a transposição de um ideário político-ideológico europeu (MAGNANI, S. 1982, p. 29).

Entende, desse modo, que no período da Primeira República, os trabalhadores não tinham nenhum tipo de representação (em um sentido institucionalizado, como já nos habituamos atualmente), e aceitaram as lideranças anarquistas, principalmente por serem operários também, diferentemente de muitos líderes socialistas.

Essas organizações operárias, segundo Magnani, eram difusas, como se evidenciou nas greves, devido, como já abordamos, às diferenças entre os setores econômicos e regiões. Entretanto, a autora salienta um aspecto novo ao estabelecer o paternalismo oligárquico como uma das causas da debilidade operária naquele período (MAGNANI, S. 1982).

Contudo, a autora salienta que os industriais também eram subordinados as oligarquias, ou seja, também não possuíam forte representatividade, sendo assim, aponta que a classe operária, na Primeira República era débil, porém os industriais também não se constituíam em uma força política representativa (MAGNANI, S. 1982).

Magnani se aproxima de Kazumi Munakata ao afirmar que esses anarquistas aceitavam a constituição liberal dos direitos individuais e, desse modo, lutavam contra o patronato e não contra o Estado. Destaca-se que a autora não entende isso como algo negativo, mas como parte daquele processo histórico. A especificidade do Brasil, devido às políticas oligárquicas e ao preconceito com os imigrantes, fez com que tais anarquistas lutassem mais por direitos e reformas do que a própria destruição do Estado, como na Espanha e na Itália (MAGNANI, S. 1982).

A autora descreve que a organização anarquista já influenciava as greves de 1907 em São Paulo, por meio da ação direta, e não havia intervenção do Estado para o diálogo, somente uma intervenção repressiva. Essas manifestações já exigiam a jornada de oito horas. Essa exigência, além de dar o tempo do lazer aos trabalhadores, diminuiria o desemprego, já que aumentariam os turnos. No entanto, os industriais alegaram que os países desenvolvidos ainda não tinham aprovado essa jornada, e aumentaria os preços dos produtos, recusando, assim, as exigências, que seriam retomadas mais tarde, em 1917.

Desse modo, Magnani conclui, em seu trabalho, que a teoria anarquista encontrava confirmação na organização estatal brasileira, principalmente por meio das políticas oligárquicas e repressivas que não permitiam a participação operária na política institucional. Ressalta que não se deve invalidar a influência anarquista, afirmando ser ela uma mera importação de ideias, pois a exclusão política, social e cultural dos trabalhadores lhes proporcionaram a difusão de ideais libertários. E também, seguindo o raciocínio de De Decca (DECCA Edgar, S. 1979), não se pode considerar esses anarquistas como “vencidos” ou “perdedores” já que não almejavam participar das relações políticas institucionalizadas, mas sim destruí-las.

O historiador Francisco Foot Hardman (HARDMAN, F. 1984), ao focar seus estudos sobre a cultura da classe operária, entende que, concomitante às práticas de resistência anarquista, a burguesia também criou estratégias de controle, portanto, o autor, assim como Magnani, também ressalta os aspectos específicos da sociedade brasileira. Segundo ele;

O mutualismo foi virtualmente soterrado pela luta de classes: a classe operária, sob a influência anarco-sindicalista, desenvolveu as ligas de resistência e sindicatos de ofícios vários; a burguesia, através do Estado e da Igreja, tomava iniciativas no campo da filantropia e do paternalismo assistencialista (HARDMAN, F. 1984, p. 33).

Assim, ele entende que a própria classe é definida em determinado sentido histórico, possui formas nacionais específicas e, como veremos, isso não significa que as relações com o “internacional” sejam descartadas.

Hardman, assim como Magnani, ressalta que o anarquismo era uma ideologia que se reafirmava na realidade brasileira, principalmente devido à segregação social, cultural e até geográfica dos operários, ou seja, não havia nenhum tipo de representatividade reconhecida pelos patrões (HARDMAN, F. 1984). Entretanto, diferentemente de Silvia Magnani, Hardman destaca as vilas operárias como parte desse isolamento e segregação dos trabalhadores. Sendo assim, os trabalhadores rurais vivenciavam a dominação estratégica das oligarquias, e os trabalhadores urbanos também experimentaram diferentes estratégias de controle da burguesia, entre elas, as vilas operárias. Entende-se a vila operária como estratégia de controle tendo em vista que ela segrega o operário, já que se localiza no mesmo local de trabalho. A distribuição dos trabalhadores nesses espaços também supõe uma lógica disciplinar (a igreja, a

escola e o mercado, tudo no mesmo local, evitando que o operário tenha que sair de sua vila).

A contribuição de Francisco Hardman é notável, pois o autor, diferentemente dos demais aqui apresentados, estuda as práticas culturais de resistência, entendendo que a cultura está intrínseca às resistências políticas e sociais. Para exemplificar isso, se utiliza dos exemplos das festas e festivais organizados pelos operários, que tinham o propósito de propaganda, arrecadação de fundos para a manutenção dos jornais e escolas e, claro, para ressaltar os vínculos e práticas culturais (HARDMAN, F. 1984).

Todavia, o autor problematiza esses aspectos culturais e afirma que essa “cultura” anarquista não pode ser entendida como algo puro e próprio da classe, pois é notável seu paradoxo entre o separatismo e a assimilação, sendo que, ao mesmo tempo que se diferenciavam por meio do teatro e das publicações em jornais, essas festas foram tornando-se populares, não apenas anarquistas. Desse modo, o autor entende que, mesmo sendo contraditória, é importante reconhecer a influência dessas tendências na formação e construção das manifestações que ocorreram durante toda a Primeira República.

Ao apresentar diversos exemplos sobre o teatro e o cinema anarquista, Hardman aponta a tentativa de equilíbrio em o “antigo”, representado pelo homem e sua relação com a natureza, e o “novo”, a partir das tecnologias e a necessidade de uma Revolução Social. Esses aspectos são importantes para compreendermos um pouco do pensamento desses operários anarquistas que influenciaram fortemente as grandes greves de 1917.

Assim, percebemos que a classe, como já afirmou Thompson, não é algo estável ou imóvel, ela se estabelece no processo de luta, e a cultura, muito criticada e desvalorizada por análises marxistas, está intrínseca às organizações de resistência, relacionando-se com os fatores econômicos, sociais e políticos, afirmando, ainda, que, como dizia Michelle Perrot, “a greve é também uma festa” (HARDMAN, F. 1984, p. 193).

Acreditamos que a principal contribuição de Francisco Hardman para a compreensão das manifestações de 1917 está em entender essas greves para além do

econômico e do político, atentando também para o cotidiano e práticas culturais dos trabalhadores, ou seja, uma gama de fatores inter-relacionados. Portanto, a partir das vilas operárias, por exemplo, consolidava-se as experiências em comum e estabeleciam diferentes relações, tanto de resistência quanto as de sujeição à classe dominante.

Entendemos que a organização documental, feita pelos professores Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (PINHEIRO, P.; HALL, M. 1981), constitui um importante acervo para o estudo do período e possibilita, aos pesquisadores do tema, uma melhor compreensão do período estudado, além de uma melhor percepção dos motivos que levaram esses trabalhadores a desencadearem as maiores greves do Brasil. Os autores, como já mencionado, apresentam uma farta documentação sobre as condições de vida, as organizações, a resistência e sobre as greves que ocorreram durante todo o período recortado, demonstrando o caráter espontâneo¹⁶ de algumas greves e outras mais organizadas e planejadas, pois a organização operária não é homogênea.

Essa coleção de documentos possibilita aos estudiosos do tema acessarem essas denúncias, analisarem documentos que tratam das condições de vida dos trabalhadores. As denúncias mais frequentes são, principalmente, em relação a habitação e a falta de direitos em relação aos salários, pois não há ninguém que garanta o cumprimento das garantias básicas dos trabalhadores (PINHEIRO, P.; HALL, M. 1981).

Os autores apresentam um artigo que relata justamente isso que estamos afirmando, é um artigo do anarquista de Gigi Damiani, publicado em 1920 em São Paulo;

Mas não há juízes ali? Existem sim, e até demais; mas eles são simples empregados do Estado e o cargo que ocupam é dado a eles de presente pela oligarquia que domina, ou pelos fazendeiros que os investiram do poder de dar ordens ao carcereiro, justamente para mandar na prisão os próprios inimigos, os próprios adversários e os colonos que não achessem do seu próprio agrado os usos e os costumes medievais da fazenda; usos e costumes que vão da *jus cosciandi*, à compensação negada, às chicotadas e ao tiro de carabina que alcança os que desertam do feudo (PINHEIRO, P.; HALL, M. 1981, p. 294).

¹⁶ Utilizo o termo espontâneo para referenciar esses movimentos em sua especificidade de organização – dispersa-, pois era um período de construção de um movimento, não acabado.

Esse artigo exemplifica a percepção que alguns militantes tinham da sociedade na qual viviam e auxilia na compreensão da agitação social levada a cabo pelos trabalhadores na Primeira República. Nesse caso, especificamente, dos anarquistas que tecem as críticas e realizam fortes denúncias em seus jornais.

Assim, as relações de trabalho específicas da sociedade brasileira - que se destacava pela forte produção agrícola e pelo nascimento do capitalismo industrial - proporcionaram modos singulares de exploração, como já bem falamos das relações oligárquicas. Um aspecto importante é que os autores apresentam também fontes dos discursos oficiais. Para exemplificar isso, de forma breve, citaremos um trecho da fala de Castello Branco Clark, delegado governamental brasileiro, na Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, 1925:

Felizmente, o sentimento nacional permanece muito vivo entre nós, e se eles simpatizam com todos os operários do mundo e desejam ardentemente colaborar na obra generosa da Organização Internacional do Trabalho, o sentimento nacional não está amortecido neles, diminuído numa espécie de internacionalismo doido e inconsciente que domina o espírito de alguns líderes do movimento operário Internacional. Não há felizmente luta de classes entre nós no sentido que se dá a essas palavras na Europa (PINHEIRO, P.; HALL, M. 1981, p. 306).

Desse modo, os autores apresentam discursos que se contrapõem, contribuindo, assim, para uma compreensão mais ampla das relações e fatores que se relacionam. Esses autores, como já afirmamos, buscaram demonstrar que as manifestações ocorridas em 1917 - e que continuaram até 1921 - foram frutos de problemas específicos da sociedade brasileira daquele período. Essa constatação não significa a exclusão da influência internacional do bolchevismo, como veremos a seguir, mas sim reconhecer que não foram apenas importações de ideias, sejam elas anarquistas ou socialistas, mas todo o complexo político, econômico, social e cultural brasileiro que deu “vida” a esses pensamentos e utopias.

4.2. As greves operárias brasileiras de 1917 e suas relações com a Revolução Russa

Após destacarmos as especificidades do Brasil naqueles anos em que se estenderam as grandes greves, é necessário sublinhar a necessidade de uma perspectiva histórica ampla que integre e relacione com os aspectos internacionais (REIS, D. A.

1997). Entendemos que a Revolução Russa influenciou manifestações e organizações no Brasil, defendemos, porém, que essa influência pode ser vista com mais clareza apenas a partir de 1918, já que os levantes grevistas ocorridos a partir de maio de 1917 antecedem os movimentos russos (outubro-1917). Assim, as grandes greves brasileiras ocorreram primordialmente por conta do contexto específico vivido naquela sociedade, como apontamos no início do capítulo.

Com a entrada do Brasil na Primeira Grande Guerra, havia um clima de reorganização e potencialização das ligas e comitês operários. Ressalta-se também que essas organizações eram lideradas principalmente por militantes anarquistas que, desde o início do século XIX, ganharam muito espaço dentre as coordenações proletárias.

Entendemos que, em um primeiro momento, as possibilidades de ação revolucionária ultrapassavam as barreiras ideológicas, visando um ideal comum, dessa forma, descartamos uma interpretação de que houve uma “substituição” do anarquismo pelo comunismo, mas de que houve, na verdade, um método novo de ação que estava sendo aplicado na Rússia e coube aos militantes brasileiros uma forte inspiração.

No entanto, é fato que houve a proliferação de partidos no Brasil sob influência soviética, Bartz faz um balanço:

No Rio Grande do Sul apareceram em 1918 a União Maximalista de Porto Alegre, a Liga Comunista de Santana do Livramento e o Centro Comunista de Passo Fundo. Em Cruzeiro, município paulista entre o Rio de Janeiro e São Paulo, Hermogêneo Silva fundou a União Operária 1º de Maio em 1917, organização que se tornaria um dos núcleos formadores do PCB em 1922. [...] Além das associações operárias, são formados também no período alguns partidos socialistas: em 1917 jovens intelectuais fundam o Partido Socialista Brasileiro no Rio de Janeiro, em 1918 é fundado o Partido Socialista do Ceará e em 1920 é fundado o Partido Socialista da Bahia (BARTZ, F. 2008, p. 43).

Esses partidos são formados a partir das alianças com anarquistas, o que se deve ter cuidado é entender a fundação desses partidos como uma forma de interpretação da Revolução Russa e não simplesmente uma “importação” de ideias socialistas, ou uma “iluminação”, pois denota-se muitas preocupações especificamente brasileiras em seus programas e projetos sociais.

Entender as tradições de militância dos operários brasileiros faz com que observemos que a Revolução Russa adquiri um aspecto messiânico de libertação, e

contribui, principalmente, para o enfrentamento com a burguesia. Destacando também que esse enfrentamento já era percebido nos jornais da imprensa operária, contra a igreja e a burguesia, ou seja, intensifica-se após as notícias vindas da Rússia revolucionária.

Frederico Bartz destaca que as greves que vão ocorrendo no Brasil, durante um período que se estende de 1917 a 1920, não acontecem ao mesmo tempo, como também já salientamos, elas são dispersas, o que não significa que sejam desconexas entre si, pois partem de problemas específicos (campo e cidade, por exemplo). No entanto, buscam modos de libertação semelhantes. Essa inspiração inicial, segundo Bartz:

As revoluções e as agitações operárias são referência porque oferecem uma reflexão sobre os novos modelos de organização, como o soviético ou os novos partidos operários, mas são também eventos importantes para buscar exemplos de abnegação ou heróis inspiradores como os espartaquistas assassinados pela reação (BARTZ, F. 2008, p. 81).

Sobre isso, ressalta-se, por exemplo, os relatos e a figura de Piotr Kropotkin entre os anarquistas, assim como V. Lenin e Leon Trotski que vão se tornando símbolo de perspectivas revolucionárias.

Concordamos com Bartz quando ele afirma que, ao levar em conta essas inspirações que a Revolução russa desencadeou, deve-se ter cuidado, pois, quando utilizamos o conceito de “influência”, não entendemos seu sentido passivo, mas compreendemos como uma circulação de ideias e modos e ação, e não uma “cópia”.

Até agora temos apontado alcances reais que a Revolução Russa teve no movimento operário brasileiro, mas gostaríamos de destacar que no ano de 1917 não houve muita influência direta nas grandes greves, os “ecos de outubro” aparecem com mais evidência a partir de 1918.

Para entender brevemente como chegaram as notícias revolucionárias no Brasil, o trabalho de Leandro Ribeiro Gomes faz alusões importantes ao analisar a recepção da imprensa anarquista aos acontecimentos russos (GOMES, L. 2012).

Primeiramente, Gomes destaca como as notícias da revolução chegaram na “grande imprensa”, destacando que ela representa um grupo social. Desse modo, essa

imprensa “oficial” representava parte da elite brasileira, Gomes traz uma citação que resume esses aspectos:

O Brasil acompanhou a queda do Czar e a deposição de Kerenski [chefe do governo provisório na Rússia] com a retina de Havas, United Press e outras agências internacionais. A imagem da revolução russa, que projetavam, era a imagem que as altas finanças de New York, Londres e Paris faziam dela. O volume de mentiras era de tal monta que Gilberto Amado escreveu na *Gazeta de Notícias*: “a United Press e a Havas continuam a nos julgar indignos da verdade, pobres bugres que convém manter no alheamento completo do que se passa no mundo” (BANDERA, M., 1980 apud GOMES, L., 2012).

Assim, a grande imprensa brasileira noticiou a revolução sob influência de outras “lentes”, o que culminou em rígidas críticas e até mesmo na afirmação de inverdades aos acontecimentos na Rússia. Isso é apenas para demonstrar que as notícias circularam de modos distintos no país.

Gomes apresenta que entender a repercussão do fenômeno da revolução russa na imprensa operária traz uma série de problemas. Destacam-se a falta de recursos, a irregularidade nas publicações e, principalmente, a forte repressão e empastelamento dos jornais, que estava no seu auge em 1917 e 1919 (anos que são considerados o auge da repressão), devido à declaração de Estado de sítio (GOMES, L., 2012). Inclusive, o próprio autor, ao estudar as fontes (jornais anarquistas) do período, encontra um número menor em 1917 e, nesse ano, destaca-se que não houve muitas referências à revolução russa¹⁷.

Após analisar os jornais do período de 1917 a 1922, Gomes aponta que;

Esta cobertura anarquista aqui no Brasil da Revolução Russa, passou por duas fases, ou seja, num primeiro momento, em que os anarquistas brasileiros sem empolgaram com a revolução (mais ou menos de 1917 a 1919), enxergando nela uma revolução libertária, de negação não só do capitalismo como do Estado. E um segundo momento (mais ou menos de 1920 a 1922) em que os anarquistas, cuja doutrina é antiautoritária, perceberam seus enganos, acusando a burocratização do regime russo, a centralização e as perseguições políticas (GOMES, L. 2012, p. 17).

Acredita-se que essa influência, mesmo que posterior a 1917, só foi possível devido a configuração social, política e econômica da sociedade brasileira que

¹⁷ O autor também aponta que há pouca produção historiográfica que aborde a recepção da revolução russa de 1917 pelos anarquistas. Ele sugere que isso se explique pela falta de fontes e também por alguns preconceitos acadêmicos que havia. Segundo Gomes, “não há um estudo que se dedique exclusivamente à cobertura jornalística que os jornalistas fizeram sobre esta revolução” (GOMES, L. 2012, p. 122).

passava por um momento de intensa agitação social. Para apresentar esses momentos distintos, em que o anarquismo se relacionou com a revolução russa, destacamos duas abordagens distintas do jornal *A plebe*¹⁸: uma de 1917 (ano que o jornal é fechado pela polícia e só retorna nos anos posteriores) e uma segunda citação, já em 1922.

A primeira abordagem foi publicada em agosto de 1917 e destaca a luta contra o imperialismo que estava ocorrendo na Rússia, apresentando um panorama dos objetivos revolucionários;

1º Os ministros socialistas foram enviados pelo Conselho ao governo provisório revolucionário com o mandato preciso de alcançar a paz por meio de um acordo com os povos, e de não prolongar uma guerra imperialista em nome da libertação das nações pelas bayonetas;

2º O objetivo final da participação dos socialistas no governo revolucionário não é a cessação da luta de classes, mas pelo contrário a sua prolongação por meio do poder político (*A plebe*, 25 ago. 1917, apud GOMES, L. 2012, p. 139).

O que se observa nessas primeiras notícias são relatos e cartas que descrevem principalmente as formas de organização da revolução.

Posteriormente, Leandro Gomes apresenta outro posicionamento anarquista;

o povo russo, que sozinho fizera a revolução e que estava decidido a defendê-la a todo transe contra invasores, estava ocupado em todas as “frentes” para poder preocupar-se com o inimigo interno. E entretanto que os operários e os camponeses russos sacrificavam a sua vida com tanto heroísmo, o inimigo interno se desenvolvia maiormente. Lentamente, mas seguramente os bolchevistas iam constituindo um estado centralizado que destruíam os “soviets” e sufocava pouco a pouco a revolução; um estado que só pode comparar hoje, como burocracia e despotismo, com qualquer das grandes potências opressoras do mundo (*A Plebe*, 23 set. 1922 apud GOMES, L. 2012, p. 157).

Assim, em um segundo momento, houve um questionamento por parte de alguns anarquistas sobre os caminhos tomados pela revolução russa. Isso não descarta o fato de que muitos anarquistas se envolveram em alianças e disputas que colaboraram para a formação de partidos comunistas, o que destacamos é que não houve apenas “importação” e assimilação de ideias, mas também críticas e apropriações. A fluidez do pensamento anarquista conjuntamente com os novos acontecimentos colaboraram para a adesão de novas tendências revolucionárias.

¹⁸ Semanário inaugurado em Junho de 1917, editado principalmente pelo anarquista Edgar Leuenroth.

As múltiplas experiências da classe operária, devido às diferenças de ofício, região, nacionalidade etc., colaboraram para diferentes formações e organizações proletárias. Bartz resalta os aspectos que se deve considerar para entender as distintas formações e organizações da classe operária;

As formas como os trabalhadores são levados a se associarem e a cooperarem não são ditadas somente pelo antagonismo de classe. Transpondo essa lógica para o interior dos grupos comunistas, não bastaria dizer que estes surgiram da luta destes militantes operários contra o Estado e a burguesia; mas é necessário analisar, além da formação destas associações, qual sua forma de atuação, o que as diferenciava de outros grupos militantes e como se relacionavam com outras associações de operários organizados (BARTZ, F. 2008, p. 135).

Desse modo, a formação de uma associação, ou grupo operário não é homogênea, é baseada em alianças, disputas e contradições específicas daquele campo. É interessante também perceber que a Revolução Russa inspira mais as práticas de ação do que os debates teóricos, se considerarmos a relação estabelecida entre os grupos anarquistas e comunistas, ou seja, suas singularidades, por vezes não são tão evidentes assim, sendo, às vezes, apenas fruto de um antagonismo estabelecido.

Uma prática muito comum dentre os militantes da Primeira República no Brasil era a constante troca de informações entre grupos operários, principalmente pela circulação dos jornais. Essas relações são importantes para compreender, por exemplo, que a formação do PCB foi um processo, intrinsecamente relacionado a essas trocas inter-regionais;

Mais que o resultado do arrojo dos militantes da Capital Federal, a formação do PCB e a tentativa de estabelecer vínculos com diversas partes do país, aparece como fruto de um momento específico do movimento operário no Brasil, em que as condições nas quais vivia a classe operária do país e as notícias que vinham da Europa foram dois importantes ingredientes de uma mobilização intensa que extrapolou as fronteiras estaduais. [...] nestes anos a formação de uma rede de informações e solidariedade se deu pelas experiências das lutas locais e as expectativas criadas diante dos fatos mundiais (BARTZ, F. 2008, p. 156).

Nesse sentido, as constantes encomendas de jornais, o repasse de jornais, as republicações de textos da imprensa operária em diversos grupos formaram uma forte rede de contato entre os militantes, que colaborou não somente para a formação de partidos como o PCB, mas também para o amplo debate sobre as ideologias revolucionárias e possíveis planos de ação.

Compreendemos que a consolidação do PCB, assim como de outros partidos no Brasil nesse período, não pode ser entendida como um amadurecimento da classe operária, como muitos autores já destacaram. Acreditamos que foram novas experiências nacionais e mundiais que possibilitaram repensar os modos de ação, criando alianças, definindo novas práticas e identidades. Bartz também ressalta esse aspecto, dizendo que

tanto a circulação de informações, quanto a formação de laços partidários e a participação em um plano revolucionário, apontam para um contexto de difusão de informações e possibilidades de ação da militância operária despertadas pela revolução russa. Isso se deve tanto ao acúmulo das lutas anteriores quanto aos exemplos que vinham de fora do Brasil, fazendo parte da *experiência* da classe operária naquele momento (BARTZ, F. 2008, p. 165).

Entretanto, cabe destacar que as coisas entre os anarquistas vão mudando quando recebem relatos de perseguições anarquistas na Rússia. Em decorrência, alguns saem dos partidos comunistas, já outros se mantêm, acreditando que isso seria apenas uma fase da revolução, ou seja, não houve rompimentos totais. Mais uma vez isso nos mostra a não homogeneidade das associações operárias.

Destaca-se também a forte repressão promovida pelo Estado brasileiro a partir de 1920 (também considerando a forte repressão gradual nos anos de 1917 e 1919). Considerando, como já mencionado no capítulo anterior, a existência de uma propaganda de demonização do imigrante estrangeiro, que seria o “culpado” pela subversão.

É notável que as organizações e manifestações operárias possuem ascensão e refluxos que marcam suas experiências específicas, segundo Bartz;

Os momentos em que a Revolução Russa foi evocada com mais força e mais tinha sentido para os militantes, foram aqueles de recrudescimento destas lutas, pois nestes momentos era factível sonhar em imitar os bolchevistas russos e derrubar aqui mesmo o Estado e a burguesia. Quando a onda da reação cresceu, a capacidade de ter sucesso em grandes mobilizações se viu prejudicada. Isto abateu a moral dos militantes e esterilizou muito do esforço organizativo (BARTZ, F. 2008, p. 207).

Tudo isso contribui para entendermos que a classe operária não é estática, suas ideologias e modelos de ação se configuram dependendo da movimentação da sociedade. Assim, compreendemos que a Revolução Russa proporcionou novas formas de se pensar o cenário brasileiro dentre os militantes,

sugerindo e inspirando novos modos de ação que só tiveram sentido devido à experiência adquirida do operariado nacional.

É necessário observar que, nas obras analisadas nessa pesquisa, os autores enfatizam majoritariamente as especificidades brasileiras, o que não significa deixar de lado esses aspectos universais.

Observa-se o trabalho de Cristina Hebling (HEBLING, C. 1988) que destaca a relação entre os ares revolucionários vindos da Rússia e o impacto da Primeira Grande Guerra na economia nacional. A guerra intensificou os trabalhos nas fábricas, e ainda o forte desemprego, somando-se as lutas pelo controle do processo de trabalho, que ganha impulso ao se ter notícias dos soviets na Rússia (HEBLING, C. 1988). Ela também destaca as mudanças nas direções sindicais e descreve a relação dos anarquistas com o bolchevismo como “tumultuado”, o que nos remete também ao trabalho de Bartz ao retratar que essas associações não são estáticas e se criam por meio de disputas e alianças (BARTZ, F. 2008).

Os autores, dessa forma, seguem esse ritmo de análise ressaltando aspectos singulares do nosso país. Entretanto, acreditamos que alguns comportamentos operários abordados por diferentes autores, mesmo não sendo relacionados diretamente aos processos revolucionários exteriores, podem ser compreendidos como um eco. O exemplo disso se dá nos trabalhos que abordam os objetivos sindicais pelo controle do trabalho (PAOLI, M. 1982; DECCA, S. 1981; HEBLING, C. 1988; RAGO, M. 1984; MUNAKATA, K. 1984; MAGNANI, S. 1982; PINHEIRO, P., HALL, M. 1981). Igualando-se, assim, a proliferação das organizações fabris, que nos remete vagamente à Rússia e ao controle dos meios de produção pelos soviets.

Buscamos salientar que as greves ocorridas em 1917, nas diferentes regiões do país, não tiveram uma influência direta das manifestações que estavam ocorrendo na Rússia, mas os “ecos de outubro” influenciaram, posteriormente, novas formas de ação e organização do movimento operário brasileiro.

Ao analisarmos o conjunto dessa produção, observamos que os autores privilegiam as análises dos aspectos nacionais desses ricos movimentos sociais ocorridos durante a República Velha, o que salienta as experiências da classe operária brasileira como uma constante construção e reconstrução.

4.3. As análises que priorizaram a década de 1930 e outras décadas

Nosso trabalho pretendeu enfatizar os estudos sobre o período da Primeira República, enfaticamente, as greves ocorridas em 1917 até 1919 e a hegemonia anarquista, por serem a maioria. Contudo, cabe a nós estabelecer um breve debate sobre algumas fontes que escaparam a essa cronologia e alguns debates recorrentes na época, como o trabalho da historiadora Ângela Maria de Castro Gomes.

Em 1988 foi lançado o livro escrito pela historiadora Ângela Maria de Castro Gomes, intitulado *A Invenção do trabalhismo* (1988)¹⁹. Essa obra é uma das mais relevantes sobre o período pós-1930 e nela destaca-se a classe operária em seu aspecto ativo e como ator social. Dada a importância da análise de Castro Gomes, cabe, aqui, apresentar algumas características essenciais desse trabalho. A autora buscou apresentar a construção da classe trabalhadora e o Estado, principalmente o Estado Novo, como atores políticos sob o espectro do trabalhismo. A autora sublinha seu objetivo;

Os fundamentos desta proposta de cidadania envolvem a construção de uma identidade social positiva capaz de permitir aos trabalhadores se reconhecerem como classe distinta e solidária, lutando por seus direitos perante as demais classes sociais. A maneira pelo qual este processo histórico de constituição da classe trabalhadora como ator político teve curso no Brasil é o que deseja estudar neste trabalho (GOMES, A. M. 1988, p. 16).

Desse modo, destaca que foi comum, na América Latina, os países não seguirem a lógica liberal de luta por ampliação eleitoral. Segundo a autora, no Brasil, a luta pela cidadania foi expressa na construção dos próprios grupos como sujeitos sociais e políticos.

Influenciada pelo historiador Edward Palmer Thompson, a autora também destaca a importância de compreender a ressignificação de conceitos e tradições presentes na classe operária, enfatizando o constante refazer-se e fazer-se dos movimentos operários. Gomes, ao apresentar isso, busca defender que a classe trabalhadora, em 1930, tinha uma construção específica daquele período, com novos símbolos e significados, não podendo ser minimizada (ou exaltada) em comparações com a hegemonia anarquista do início do século XX.

¹⁹ Não analisamos essa obra como fonte mas destacamos a importância da sua tese na historiografia operária.

Seu objetivo consistiu em retomar o processo histórico de construção da identidade coletiva da classe trabalhadora no Brasil a fim de compreender o sucesso do projeto trabalhista implantado no país, Gomes destaca que,

postular que o pacto entre o Estado e a classe trabalhadora no Brasil não pode ser entendido apenas segundo um cálculo utilitário de custo e benefícios. Ou seja, as interpretações que assinalam a importância da legislação do trabalho, em sentido amplo, para explicar a adesão da classe trabalhadora ao projeto trabalhista estão corretas, mas são insuficientes. A hipótese deste trabalho é que o sucesso do projeto político estatal – do “trabalhismo” – pode ser explicado pelo fato de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora durante a Primeira República, elementos-chaves de sua auto-imagem e de os ter investido de novo significado em outro contexto discursivo (GOMES, A. M. 1988, p. 23).

Assim, a configuração da classe trabalhadora em 1930 é singular, construída sobre outro discurso, devido as mudanças políticas e sociais. A autora sublinha dois momentos principais que colaborou para a construção política da classe trabalhadora: primeiramente, nos primeiros anos da República, em que a abolição da escravatura e os projetos de imigração fizeram com que se moldasse um novo trabalhador: o trabalhador livre. Considerando também que esse foi o período da forte presença anarquista no país, que forneceu suporte para a construção dos trabalhadores enquanto classe.

Um segundo momento, apontado por Gomes, é o período pós-1930, enfaticamente mais na década de 1940, com o fim do Estado Novo quando a “palavra” passa dos trabalhadores ao Estado. Desse modo, a autora defende a participação ativa²⁰ da classe trabalhadora, e não apenas uma relação de “ganhos e benefícios”, entendendo, assim, que o trabalhismo funcionou naquele período porque manteve a participação dos trabalhadores, para Gomes;

A questão é entender que ele teve sucesso porque conseguiu estabelecer laços sólidos o bastante porque simbólicos (político/culturais) e não apenas materiais (econômicos). A identidade coletiva da classe trabalhadora construída no Brasil – sua consciência de classe – é tão “verdadeira” quanto qualquer outra que tenha sido produzida por um processo histórico distinto (GOMES, A. M. 1988, p. 27).

Houve, portanto, um pacto entre o Estado e a classe trabalhadora, em consequência, o projeto trabalhista deu resultados positivos.

²⁰ Utiliza-se a palavra ‘ativa’ para se referir a ideia da presença da classe trabalhadora na história, não no sentido de ação.

O trabalho da autora foi de uma importância singular, pois apresentou a participação ativa da classe operária no período pós-1930, o que divergia de muitos estudos que detinham uma perspectiva que enfatizava o “silêncio” do movimento operário nesses anos e até mesmo uma certa “alienação” devido aos ganhos e benefícios sociais institucionalizados.

Das fontes que analisamos, destacam-se os debates apresentados por Edgar De Decca e Carlos Alberto Vesentini. De Decca enfatiza os discursos silenciados em 1930, buscando contar a história do período sob a ótica da classe operária. Assim, o autor desmonta os discursos que naturalizaram os tenentes como os únicos atores sociais presentes na “Revolução de 1930” (DE DECCA, E. 1981).

O autor também diverge da temporalidade “naturalizada”, e propõe uma investigação do ano de 1928 que, segundo ele, foi quando se construíram diferentes projetos políticos para a sociedade e, enfaticamente, é quando se forma o Bloco Operário e Camponês (BOC) que tece alianças com o Partido Democrático (PD). Compreende-se, nesse sentido,

A descoberta da diferença temporal torna possível compreender como e porque o passado é construído como dimensão imaginária do presente, graças a abolição de tudo quanto no passado e no presente é dissimulado pelo exercício real da dominação uma representação “legítima” do passado pela “legitimidade” que o passado atribui a si mesmo (DE DECCA, E. 1981, p. 14).

Ao estabelecer um novo recorte temporal, 1928 emerge como um momento histórico, um período com uma diversidade de projetos e de classes. De Decca rompe, dessa forma, com as análises tradicionais que preconizavam a presença dos tenentes e do Estado. O autor afirma que “o Bloco Operário e Camponês viveu, portanto, como experiência histórica pioneira de um partido dos trabalhadores, todas as polarizações políticas do período de 1928 a 1929” (DE DECCA, E.1981, p. 201).

Carlos Alberto Vesentini segue a mesma perspectiva ao sublinhar que a vasta bibliografia sobre 1930 apresentava as classes sociais como hegemônicas, principalmente os tenentes (VESENTINI, C. 1979). Divergindo disso, Vesentini demonstra como que o fato da “Revolução de 1930”, guiada por tenentes, foi construído e transmitido por meio da memória, diminuindo e silenciando outros agentes sociais; “o refazer da memória legitima o poder vigente e define o campo da ação coletiva em um único lugar” (VESENTINI, C. 1979). Esse “único lugar” nos remete a ampla

historiografia que priorizou o Estado como agente, não se atentando à diversidade de grupos e projetos presentes desde 1926²¹ (considerando a fundação do PD nesse ano). Ao criticar marcos históricos tão consolidados, os autores contribuíram para uma nova perspectiva de análise na historiografia.

Maria Célia Paoli (1982) também apresenta algumas críticas sobre as análises de 1930, compactuando com os autores acima,

a versão da história de que “tudo começou em 30” por obra e graça do Estado, que veio constituir a classe operária (e as outras também), trabalha com uma noção de classe como se esta fosse uma entidade, deduzida da estrutura de poder onde existe e que só merece reconhecimento a partir do momento em que é uma força social unificada tomada pela ideia de pegar o poder do Estado (PAOLI, M. 1982, p. 26).

Entretanto, ela complementa afirmando que, durante as décadas de 1930 e 1940, houve intensas organizações e reestruturação da classe operária, que foram deixadas de lado nas análises historiográficas mais tradicionais.

A autora destaca as greves ocorridas em 1935 por intermédio dos sindicatos, motivada pelas perseguições e prisões de lideranças sindicais, Paoli ainda sublinha que “a linguagem bem-educada do Estado Novo não omite as relações de conflitos das relações de exploração” (PAOLI, 1982, p. 46). Paoli também ressalta que, com as consequências da Segunda Grande Guerra (como já mencionado, a intensificação da jornada de trabalho e aumento da produção), houve constantes greves;

O que constava nessas greves e mobilizações [1946-1949] não era o pensamento sobre a democratização, o programa dos comunistas ou o discurso anti-totalitário, mas as práticas sociais contemporâneas vividas por muitos trabalhadores, em muitos espaços produtivos diferentes das relações efetivas do cotidiano proletário (PAOLI, M. 1982, p. 50).

Ou seja, a experiência fabril incentivou greves em períodos que foram silenciados pela historiografia tradicional. A autora defende que, por muito tempo, a classe operária foi compreendida como amorfa nesse período que vai de 1930 a 1945, atentando que uma análise mais atenta do período demonstra novas práticas da classe trabalhadora dentro do espaço fabril.

²¹ Consideramos também que muitos autores não avaliaram com devida atenção a expansão do Partido Comunista no Brasil desse período, preferindo enfatizar a História a partir do Estado.

Entende-se que a década de 1980, apesar da maioria dos autores se preocuparem enfaticamente com o movimento operário do início do século XX e a influência anarquista, a emergência dos movimentos sociais e os novos debates teóricos (assim como a própria expansão do campo acadêmico), foi muito questionada pelos autores acerca da própria periodização da História operária, como o caso de 1930. Buscaram, dessa forma, apresentar a ativa presença operária desse ano, com práticas distintas daquelas de 1917, mas não por isso inferiores.

Ao relembarmos o cenário de 1980, é necessário apontar também que alguns estudos buscaram analisar o próprio período. Das fontes que analisamos, destaca-se o trabalho de Amnérís Maroni (1982). Maroni atenta às novas organizações dentro do espaço fabril, entendendo que a nova configuração da classe operária não pode ser inferiorizada em relação às práticas de ação direta de 1917, por exemplo. Destaca também que, por conta da ditadura militar vigente no país, reinventaram-se novas formas de ação.

Ao analisar as comissões de fábrica, Maroni procura demonstrar uma nova organização operária, e uma nova configuração política e social (sob a égide do regime militar e sobre a nova configuração do espaço urbano devido a imigração). Para a autora,

as comissões de fábrica não podem ser analisadas como forma organizativa *autônoma* em relação ao processo de trabalho, nem como um *projeto político* exterior à resistência operária [...] foram uma reivindicação que se estruturou e se definiu a partir de práticas de resistência difusas existentes no interior das fábricas (MARONI, A. 1982, p. 69).

Compreender as transformações das organizações operárias em cada período tornou-se uma atividade mais cuidadosa. Ao assistir a emergência de movimentos sociais em 1980 e presenciar a ocorrência de grandes greves, muitos autores, inclusive Maroni, perceberam a transformação das práticas e ações da classe operária em comparação com períodos anteriores.

Por fim, algumas obras demonstram a existência de uma rica experiência do movimento operário, ao contrário da periodização clássica que silenciava a participação da classe operária a partir dos anos 1930.

Assim como o interesse pelas grandes greves de 1917 e a experiência anarquista em contraposição a alguns estudos clássicos que entendiam como um movimento “embrionário”, desarticulado, e, principalmente, não poderiam ser considerados políticos (apenas de ordem econômica).

A classe trabalhadora brasileira viveu um constante “refazer-se” ao longo das décadas, a valorização dessas transformações e reestruturações foi evidenciada nos trabalhos analisados que privilegiaram a criatividade dos trabalhadores frente às novas organizações do mundo do trabalho, assim como no âmbito político, social e cultural.

CONCLUSÃO

Nesse trabalho apresentamos teses e dissertações que foram publicadas durante a década de 1980 que tinham como objeto comum, o estudo da formação e das lutas da classe operária brasileira. Sublinha-se que de forma predominante, esses trabalhos versaram em especial sobre as primeiras décadas do século XX, contudo houve também trabalhos sobre as décadas de 1930 e seguintes e, ainda, sobre as décadas de 1970 e 1980.

A primeira conclusão que se obteve ao realizar essa pesquisa, é que a produção dessas obras estavam relacionadas intrinsecamente ao conturbado contexto daqueles anos de enfrentamento do regime militar brasileiro e de busca do alargamento dos espaços e da participação democrática. Em outras palavras, o período era profundamente marcado pelas transformações ocorridas no cenário político e social, caracterizado pelo processo de abertura política, pela emergência dos movimentos sociais que lutavam para além das demandas econômicas, exigindo participação ativa na esfera política.

Atentos à essas mudanças, muitos pesquisadores, sobretudo, historiadores, se deram conta que esses acontecimentos eram “novos” pois não se encaixavam nos antigos modelos de análise já estabelecidos. Ao mencionar esse novo “olhar acadêmico”, é necessário compreender que em meio à esses processos, houve também o alargamento da pós graduação no país, por intermédio do suporte propiciado por agências governamentais de fomento à pesquisa e à pós-graduação. Além disso, observou-se de forma correlata o incremento da realização de eventos, tais quais seminários, simpósios e congressos e, enfim, um crescente aumento e consolidação da disciplina histórica. Consoante com essa nova configuração do espaço acadêmico, se inserem os trabalhos analisados nessa pesquisa.

Assim, considera-se que a singular conjuntura da década de 1980, influenciou os trabalhos estudados. Naquele contexto social, foi observado também o incremento da importância da função do historiador na sociedade brasileira e a ampliação e valorização do campo de pesquisa, em eu pese o fato de eu ainda há

muito por se fazer nesse campo de forma a que a área obtenha um reconhecimento social mais condizente com o seu papel social.

Observou-se nas fontes analisadas, que elas priorizavam diferentes e novos aspectos do mundo operário, e, também novas periodizações. Destaca-se primeiramente, que os autores privilegiaram a análise da classe operária do período republicano, compreendido de 1889 à 1930. Sublinha-se que nessas abordagens, houve o destaque para as práticas anarquistas e as greves impulsionadas, entre os anos de 1917 a 1921.

Isso foi constatado na obra de Maria Célia Paoli (1982) em que autora apresenta o caráter difuso e diverso dos movimentos anarquistas de início do século, caracterizados de modo predominante pelas ligas de bairro. Paoli foge das análises que priorizaram as organizações partidárias e sindicais, ressaltando assim as experiências comuns dos trabalhadores, não relacionadas necessariamente às práticas institucionalizadas.

Cristina Campos Hebling (1988) também apresentou a diversidade de modos de ação da classe operária, a autora estabeleceu uma análise comparativa das greves ocorridas entre 1917 e 1920, nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, buscando apresentar a heterogeneidade dos trabalhadores e suas formas organizativas.

A colaboração de Margareth Rago (1985), nessa perspectiva, também foi de grande relevância. A autora apresentou as diferentes formas de dominação e resistência no cotidiano operário no início do século XX. Rago destaca que as estratégias anarquistas buscavam intervir em problemas que iam para além do campo econômico, elas questionavam toda a estrutura burguesa de sociedade, inclusive a moral familiar, ou seja, a autora atentou para a vida operária “que transcendia os limites da fábrica”.

Kazumi Munakata (1981) também retomou esse período de hegemonia anarquista, destacando inclusive, as organizações já existentes no ano de 1904. Munakata enfatizou a importância desse período como forte movimento que visava o maior controle da organização do trabalho por parte dos trabalhadores. O autor também desconstruiu o mito da “imaturidade” da classe operária antes de 1930, ao apresentar os

diversos modos de resistência implícitos e explícitos, que garantiram alguns ganhos para os trabalhadores, principalmente, após as grandes manifestações de 1917.

Silvia Magnani (1982) desenvolveu um importante debate ao questionar as relações entre o anarquismo e o processo de imigração no país. A autora defendeu que, diferentes de muitas análises comuns no período, não foi somente o aspecto migratório que explicou a ascensão de ideias libertárias no Brasil, mas que a própria conjuntura econômica e social daqueles anos colaboraram para o desenvolvimento do anarquismo no país.

Francisco Foot Hardman (1984) assim como Magnani, também destacou as especificidades da formação da classe operária brasileira, entretanto, o autor apresenta uma análise que valoriza as práticas culturais dos anarquistas do início do século XX. O autor destacou a cultura como um elemento intrínseco às práticas de resistência do cotidiano.

A organização documental feita pelos professores Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (1981) comportou textos essenciais para a compreensão dos modos de vida e trabalho no período da Primeira República. Os autores apresentaram diferentes formas de resistência entre os trabalhadores, demonstrando também situações diferentes de trabalho, urbano e rural. Dentre esses relatos que compõem a obra, destacam-se denúncias de não recebimento de salários, as péssimas condições de moradia e primordialmente, a falta de direitos.

Esses autores apresentaram trabalhos que se ora se contrapõem, ora se complementam, contribuindo assim para uma compreensão mais ampla daquele contexto histórico-social e dos diferentes fatores que conformavam e influenciavam as formas de vida e resistência operária. Afirma-se que essas pesquisas buscaram demonstrar que as manifestações ocorridas em 1917 e que continuaram até 1921, embora possam haver sido influenciadas por eventos externos, foram frutos de problemas específicos da sociedade brasileira daquele período.

Observou-se ao longo dos estudos sobre a produção historiográfica da década de 1980, voltada à questão operária, que a maioria dos trabalhos abordaram o período entendido como Primeira República. Entretanto, alguns trabalhos escaparam a essa delimitação e trouxeram problematizações sobre a classe operária em outros

momentos da história, sobretudo no que se refere aos eventos de 1930. Dos trabalhos estudados destacaram-se os textos de Edgar De Decca (1981) e Carlos Alberto Vesentini (1979). Os autores divergem da historiografia que até então consolidada, que tinha como o principal agente histórico da “Revolução de 1930”, os tenentes. Decca e Vesentini propuseram uma análise de acontecimentos anteriores, 1928, ano que marca a fundação do BOC (Bloco Operário e Camponês), dando destaque assim, à participação ativa da classe operária nesse período que ela aparece “silenciada” por grande parcela dos trabalhos de história dedicados ao período.

Além da preocupação com a história operária silenciada em 1930 – e também durante a década de 1940, como mostrou Maria Célia Paoli – alguns autores se preocuparam também em explicar as mudanças da organização da classe operária em seu presente. Nesse aspecto, tem-se o emblemático trabalho de Amnérís Maroni (1982). A autora buscou explicar as greves ocorridas em 1978, valorizando as experiências de resistência das comissões de fábrica em detrimento das organizações sindicais.

Constata-se também que essas pesquisas foram possíveis devido ao processo de renovação teórica e metodológica que ocorreu dentro do campo da história. Nos trabalhos analisados observam-se influências diretas de novos debates trazidos por renomados autores.

Destacaram-se os conceitos e propostas do filósofo Cornelius Castoriadis, que possibilitaram a valorização das práticas operárias não relacionadas aos partidos e sindicatos, resultado, principalmente, da sua crítica e desconstrução dos modelos de análise marxistas ortodoxas. Sua influência foi observado nos trabalhos de Amnérís Maroni (1982), Maria Célia Paoli (1982), Cristina Campos Hebling (1988) e Kazumi Munakata (1980).

Os trabalhos de Edward Palmer Thompson foram referências marcadas na maioria das obras que, produzidas na década de 1980, trataram da história do movimento operário brasileiro. Thompson propôs uma ampliação dos estudos sobre a classe operária, ao demonstrar a importância da experiência humana frente aos determinismos econômicos e também validando a importância dos aspectos culturais, antes criticados pelas análises clássicas. Seus conceitos e perspectivas foram observados nos trabalhos de: Amnérís Maroni (1982), Maria Célia Paoli (1982), Cristina Campos

Hebling (1988), Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (1981), Margareth Rago (1985) e Francisco Foot Hardman (1983).

Michel Foucault ao fornecer novos modos de pensar as relações de poder e dominação, colaborou para uma vasta produção de trabalhos que discutiram, sobretudo, os conceitos de poder, disciplina e discurso. Dentre as obras observadas, destacam-se Amnéris Maroni (1982), Margareth Rago (1985) e Cristina Campos Hebling (1988).

Os debates nacionais também tiveram espaço dentre esses trabalhos. Observou-se a presença da influência de Marilena Chauí em algumas obras, sendo mais emblemática no texto de Edgar de Decca (1981). A autora renovou o conceito de ideologia (1978) e também atentou para a maior preocupação com as análises textuais e discursivas.

Desse modo, conclui-se que todos estes trabalhos apresentaram os operários como sujeitos, valorizando suas ações e práticas cotidianas, e não somente na esfera política institucional. A valorização da multiplicidade de organizações e formas de resistência também foi recorrente nas obras estudadas. Tudo isso, reconfigurou a pesquisa histórica ao longo da década de 1980 e nas seguintes, de modo a consolidar esses passos inovadores e alvissareiros e, ao mesmo tempo, ampliar as perspectivas da pesquisa histórica tornando os campos da história social e da história cultural férteis e promissores para os novos desafios que se faziam presentes no campo da análise e produção histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAMIRANO, Carlos. **Élites culturales en el siglo XX latino americano**. In: ALTAMIRANO, Carlos (diretor). **Historia de los intelectuales en América Latina II**. Buenos Aires: Katz, 2010.

ALVES, Giovanni. **Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: Ascensão e crise do sindicalismo no Brasil (1978/1998)**. Revista: Sociologia Política, Curitiba, 15, pág. 111-124, novembro de 2000.

ARAÚJO, Ângela Carneiro & BATALHA, Cláudio H. **Preservação da memória e pesquisa: A expressão do arquivo Edgard Leuenroth (AEL)**. In: SILVA, Zélia Lopes Da. (org). **Arquivos, Patrimônios e Memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo, FAPESP, 1999.

BARTZ, Frederico Duarte. **O horizonte vermelho: O impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, Maio 2008.

BATALHA, Claudio. H. M. **A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e Tendências**. In: FREITAS, Marcos C. **Historiografia brasileira em perspectiva**, São Paulo: Contexto, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução e org. Sérgio Miceli, São Paulo, Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico**. Colaborador: Patrick Champagne e Etienne Landais. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo, Editora Unesp, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.1

Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CNM/CUT :

DECCA, Edgar Salvadori De. **1930: O silêncio dos vencidos**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. São Paulo, Editora ANPOCS, (RelumeDumará), 1995.

FALCON, Francisco. **História e poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion& VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FICO, Carlos. & POLITO, Ronald. **A história no Brasil. (1980-1989)** Vol. I e II. Editora UFOP, Ouro Preto, 1992.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. **Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil**. In: DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Vol.2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1977.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, Vértice, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões**. In: SOIHET, R.; BICALHO, M. F.; GOUVÊIA M.F. (org) **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

GOMES, Leandro Ribeiro. **Libertários e Bolcheviques: a repercussão da revolução russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP- Universidade Estadual Paulista. Projeto da FAPESP, São Paulo, 2012.

GROH, Dieter; ROSENHAFT, Eve. Base-processes and the problem of organization: outline of a social history research project. **Social History**. Vol. 4, N. 2, p. 265-283. 1979

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

HEBLING, Cristina Campos. **O sonhar libertário: movimento operário nos anos 1917 a 1921**. São Paulo, Editora Pontes (Unicamp), 1988.

<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/scania-1978-a-greve-que-mudou-o-sindicalismo-no-brasil> Acesso em: 27/10/2014.

MAGNANI, Sylvia Lang. **O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)**. Brasiliense, São Paulo, 1982.

MARONI, Amnérís. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

MORAES, José Geraldo V. **Conversas com historiadores brasileiros**. Entrevistas. Editora 34, São Paulo, 2002.

MOURA, Alessandro de. **O movimento operário no Brasil durante a década de 1980**. Anais do VIII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Política sociais no século XXI. Unesp, Marília, 28/06/2012, Disponível in: <http://www.estudosdotrabalho.org/gt3.html>. Acessado em 27/10/2014.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984 (Coleção Tudo é história).

MUNAKATA, Kazumi. **O lugar do Movimento Operário: O lugar e o tempo de “o lugar do movimento operário”, 30 anos depois**. Revista História e Perspectivas, Uberlândia (43), pág. 09-40, Dezembro, 2010.

MUNHOZ, Sidnei J. **Cidade ao Avesso: Desordem e Progresso em São Paulo, no Limiar do Século XX**. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós Graduação em História Econômica. Departamento de História. Universidade de São Paulo. Orientador: Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura. São Paulo, 1997.

MUNHOZ, Sidnei J. **Fragmentos de um possível Diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos.** Revista de História Regional, Vol. 2, 23/09/2007.

PAOLI, Maria Célia. **Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira.** Rio de Janeiro (UFRJ), Encontro da Associação Brasileira de Antropologia, 07/10/1982.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação.** São Paulo, Editora Ática, 1990.

PINHEIRO, Paulo S. & HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil.** Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado (1889-1930), Vol.II. São Paulo, Brasiliense, 1981.

RAGO, Margareth L. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930.** São Paulo, Editora Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Igor Guedes. **O messianismo acadêmico: Redenção pela classe operária.** Uma análise da produção acadêmica das décadas de 1970 e 1980. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade Estadual de Londrina. Orientador: André Luiz Joaquinho, Londrina, 2009.

REIS, Daniel Aarão. **Uma Revolução Perdida: História do socialismo soviético.** São Paulo, Editora Perseu Abramo, 1997.

SADER, Eder. **Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SAID, Edward W. **Representações do Intelectual.** As conferências Reith de 1993. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.

SANTANA, Marco Aurélio. **Ditadura militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática.** Dossiê: Política e Sociedade, Nº 13, Outubro de 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva, Campinas, UNICAMP, 2001.

TOMIZAKI, Kimi Aparecida. **Ser metalúrgico no ABC: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores.** Campinas/SP: Editora Arte Escrita, 2007.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato.** São Paulo, Editora Hucitec, 1997.